

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO

**O DIREITO AO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM: DO INDIVÍDUO NO SISTEMA
REGIONAL AO ECOCÍDIO**

Bruno Medeiros Gurgel

Mestrado em Direito
Ciências Jurídico-Internacionais

2019

Mestrado em Direito
(Ciências Jurídico-Internacionais)

**O DIREITO AO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM: DO INDIVÍDUO NO SISTEMA
REGIONAL AO ECOCÍDIO**

Bruno Medeiros Gurgel

Dissertação de mestrado em ciências jurídico-
internacionais apresentada na Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa

Orientadora: Professora Doutora Carla Amado Gomes

RESUMO

A presente dissertação de mestrado é fundada na relação existente entre a proteção ambiental e direitos humanos. Os objetivos do trabalho são: compreender o processo de reconhecimento do direito ao meio ambiente sadio no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, demonstrar como o meio ambiente é protegido nesse sistema regional, identificar os limites dessa proteção e propor medidas para aumentar o seu alcance. Para isso, são analisados os principais tratados internacionais relacionados ao tema e são comparadas as atividades internacionais na área dos direitos humanos exercidas no sistema da Organização das Nações Unidas e no sistema da Organização dos Estados Americanos. Em seguida, são selecionadas decisões da Corte Interamericana para ilustrar como o meio ambiente é protegido de forma reflexa por um tribunal não especializado na matéria ambiental, com exemplos de outros casos em que o direito ao meio ambiente também poderia ser incluído nas decisões judiciais para formar uma jurisprudência ambiental que garanta a proteção do meio ambiente nesse sistema regional. Para além disso, é analisada a possibilidade do reconhecimento do Ecocídio como suposto novo crime ambiental internacional e as implicações dessa medida como uma solução jurídica capaz de consagrar a formação de um sistema multidimensional de proteção do meio ambiente. Dessa forma, este estudo considera que apesar do *Greening* da Convenção Americana de Direitos Humanos, ainda é possível obter uma maior efetividade do Direito Internacional Ambiental através da criminalização do Ecocídio.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direito Internacional. Ecocídio. Proteção do Meio Ambiente. Sistema Interamericano.

ABSTRACT

This dissertation is based on the relationship between environmental protection and the Human Rights. The main goals are to comprehend the process of acknowledgement to the right to a healthy environment within the Inter-American Court of Human Rights, demonstrate how the environment is protected by this regional system, identifying the boundaries of that protection and propose measures to improve it's scope. Thus, the main international treaties are analyzed and the international activities within the Human Rights compared between the system of the United Nations and the system of the Organization of American States. Subsequently, some rulings of the Interamerican Court were selected to illustrate how the environment is protected in a reflex manner by a court which is not specialized in the regards of the environmental matter with examples of other rulings where the right to a healthy environment could have been included in the court decisions to create an environmental jurisprudence that would guarantee the protection of environment in that regional system. Moreover, the possibility of acknowledgement of Ecocide as a new international environmental crime is discussed and the potential outcomes of that measure as a juridical solution capable of establishing the development of a multidimensional system of protection of the environment. Hence, this study deems that despite the Greening of the American Convention of Human Rights, it is possible to reach better effectiveness of the International Environmental Law through the criminalization of Ecocide.

Keywords: Ecocide. Environmental protection. Human Rights. Inter-American System. International Law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL	12
2.1 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	12
2.2 O MEIO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL	13
2.2.1 Das Declarações Internacionais e a sua importância na definição do âmbito protetivo do meio ambiente	15
2.2.2 Coexistência e Complementaridade: do Sistema Global ao Interamericano	21
2.3 NORMAS DE SOFT LAW E SEU CONTRIBUTO À VINCULAÇÃO A POSTERIORI NOS TRATADOS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS	23
2.4 DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO HUMANO	26
3 O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O MEIO AMBIENTE	30
3.1 PRINCIPAIS FONTES NORMATIVAS DA OEA EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS	30
3.2 A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS ..	34
3.2.1 Das comunicações	37
3.2.2 Da solução amistosa de conflitos	40
3.2.3 Natureza jurídica da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e seu enquadramento na sistemática da Justiça Internacional	42
3.3 A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	45
3.4 O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SADIO NO SISTEMA INTERAMERICANO ..	47
4 O GREENING DA CONVENÇÃO AMERICANA E AS TÉCNICAS HERMENÊUTICAS PROTETIVAS DO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO	51
4.1 DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELA VIA REFLEXA OU POR RICOCHETE	51
4.2 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS	55

4.3 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO À VIDA	60
4.4 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO À EDUCAÇÃO	66
5 DO INDIVÍDUO NO SISTEMA REGIONAL AO CRIME DE ECOCÍDIO	70
5.1 ECOCÍDIO: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	72
5.2 O RECONHECIMENTO DO PARADIGMA DA SOCIEDADE DE RISCO E A RESPOSTA DO DIREITO INTERNACIONAL	79
5.2.1 Ecocídio e o Tribunal Penal Internacional	82
5.2.2 O Ecocídio e os princípios gerais do direito	84
5.2.3 Da possibilidade de enquadramento do ecocídio enquanto Crime Contra a Humanidade ou Crime de Genocídio	93
5.2.4 O Ecocídio enquanto tipo penal autônomo no Estatuto de Roma	96
5.3 A REAL POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL AO MEIO AMBIENTE	101
5.4 O INDIVÍDUO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL E A LIMITAÇÃO DO SISTEMA GLOBAL QUANTO À GARANTIA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE	105
6 CONCLUSÕES	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

1 INTRODUÇÃO

A Modernidade é tida como um momento de crise, marcado pela ruptura do pensamento medieval e o estabelecimento do uso livre da razão com repercussões sobre a filosofia, cultura e sociedade. Esta crise atingiu a principal característica do ser humano (a racionalidade) de forma que a razão foi sendo progressivamente valorizada como uma característica da própria condição humana.

Assim, o uso da razão passa a ser imprescindível para libertar o homem dos entraves que o impedem de escolher o seu próprio destino, conferindo a ele uma sensação de poder absoluto sobre si mesmo e sobre a natureza.

A Modernidade é marcada por diversos fatores, dentre os quais o desenvolvimento dos métodos científicos, autonomização das ciências, intensificação das descobertas científicas e aceleração dos processos de invenção técnica. Tudo isso, naturalmente, levou a um maior poder de manejo sobre o meio ambiente e os recursos naturais.

Ocorre que, a Revolução Industrial, imersa na ótica capitalista do crescimento econômico desenfreado em busca de maiores lucros, não prevê a limitação do uso desses recursos naturais utilizados como fatores de produção. Além disso, os riscos associados à atividade econômica mostram-se cada vez maiores, sendo impossível prever com exatidão qual a dimensão das próximas catástrofes ambientais.

Na verdade, o que se pode afirmar é que o ser humano já alcançou o potencial necessário para destruir os ecossistemas do planeta, sendo imensos os exemplos de acidentes ou atos intencionalmente provocados que geraram danos ambientais irreversíveis ou de difícil reparação.

O século XX foi marcante para o Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente no contexto das Guerras Mundiais. Por sua vez, a proteção do meio ambiente, sobretudo na segunda metade do século XX, se desdobra num âmbito mais específico, ainda que relacionado aos direitos humanos.

Com isto, percebe-se que a formação da consciência ambiental é um fenômeno social relativamente recente que alcançou a dimensão planetária nas últimas décadas, sobretudo em razão das consequências negativas oriundas do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade moderna.

Nesse cenário, há uma aproximação da relação existente entre a proteção do meio ambiente e os direitos humanos, marcada pelo reconhecimento do direito ao meio ambiente através da Declaração de Estocolmo (1972), que representou um marco histórico para o Direito Internacional do Ambiente.

Através da diplomacia multilateral, a proteção dos direitos humanos implementada em âmbito global pela Organização das Nações Unidas também precedeu a criação de sistemas regionais de proteção desses direitos.

Com efeito, na seara global, a criação do Tribunal Penal Internacional através do Estatuto de Roma (1988) se sobressai como uma forma de garantia dos direitos humanos a partir da responsabilização individual dos atos mais lesivos contra a humanidade.

A atuação do Tribunal Penal Internacional mostra-se importante na medida que os indivíduos – enquanto sujeitos de direito internacional – passam a sofrer sanções penais em virtude da violação de direitos humanos, em complemento à sujeição dos Estados a procedimentos de controle e monitoramento com o mesmo objetivo de evitar a violação dos direitos humanos. Desse modo, o indivíduo passa a ter seus direitos salvaguardados quando os Estados não os garantirem, assim como estará sujeito a responsabilização quando viole os direitos de outrem.

Em contrapartida, mais precisamente no contexto latino-americano, desenvolveu-se o Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, com respaldo principalmente na Declaração Americana de Direitos Humanos e na Convenção Americana de Direitos Humanos, documentos esses que são os mais importantes relativos à temática de direitos humanos nas Américas.

Nesse sistema regional, destaca-se a atuação da Corte interamericana de Direitos Humanos (órgão jurisdicional permanente e competente para julgar casos sobre direitos humanos) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (órgão quase jurisdicional que tem a função de promover e proteger os direitos humanos).

Para os indivíduos, a vida com dignidade pressupõe um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Ou seja, é impossível viver de forma saudável em um ambiente que não permita o gozo dos direitos fundamentais em sua plenitude.

A partir dessa relação entre o meio ambiente e os direitos humanos, e dada a característica da indivisibilidade desses direitos, torna-se imperativo que os sistemas de proteção utilizem todas as ferramentas disponíveis para garantir a proteção de

todos esses direitos de forma igualitária, principalmente depois que o direito ao meio ambiente foi reconhecido no Direito Internacional.

Nesse diapasão, o Sistema Interamericano tem desenvolvido técnicas capazes de ampliar o âmbito protetivo do direito ao meio ambiente, mesmo sem que este direito tenha sido originalmente mencionado no texto da Declaração e da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Contudo, no âmbito global, apesar da competência do Tribunal Penal Internacional, a proteção do meio ambiente está garantida de forma limitada, nomeadamente quando os danos ambientais são derivados de condutas restritas aos tempos de guerra.

Nessa perspectiva, o presente trabalho visa esmiuçar como se deu o processo de reconhecimento do direito ao meio ambiente no cenário internacional, tanto em âmbito global (sob a égide da ONU) como no contexto das Américas (aos auspícios da Organização dos Estados Americanos), além de medir o alcance e avaliar as limitações dos meios disponíveis desses sistemas de proteção, bem como analisar a atual situação do indivíduo nos sistemas referidos (Global e Interamericano)

Em específico, buscar-se-á verificar se ainda há algo a ser feito para garantir uma maior efetividade do Direito Internacional do Ambiente identificando as possíveis formas de reconhecimento do Ecocídio enquanto suposto novo crime internacional ambiental. É também especialmente relevante para esse trabalho: a) analisar as implicações desse reconhecimento sobre o prisma do indivíduo enquanto sujeito de direito internacional; b) definir uma solução jurídica ao problema da proteção do meio ambiente, que contemple o indivíduo enquanto sujeito de direito internacional, seja em sua capacidade ativa (reivindicar) ou passiva (ser responsabilizado); e c) definir de que maneira essa eventual medida de garantia poderá ser somada aos outros meios promovedores e protetivos dos direitos humanos existentes.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos.

Os dois primeiros visam compreender como se deu o processo de reconhecimento do direito ao meio ambiente no cenário internacional. Por isso, será analisado, de forma individual, como esse direito foi reconhecido no Sistema Global (matéria do primeiro capítulo) e no Sistema Interamericano (tema do segundo

capítulo), com especial atenção às atividades desenvolvidas pelos principais órgãos da OEA em matéria de direitos humanos.

No terceiro capítulo será analisado o fenômeno do *greening* da Convenção Americana de Direitos Humanos como forma de ampliação do âmbito protetivo dos direitos nela elencados com o intuito de abranger também a proteção do meio ambiente – o que se traduz em uma proteção pela via reflexa (ou por ricochete). Para melhor visualizar como o esverdeamento é operacionalizado no Sistema Interamericano é feita uma análise jurisprudencial a partir de casos julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em seguida, no quarto e último capítulo, será introduzido o “paradigma da sociedade de risco” como justificção de uma intervenção imediata do Direito Internacional Penal para conter os inquestionáveis e extensos danos irreversíveis ou de difícil reparação aos ecossistemas. Para fundamentar tal intervenção, serão utilizados como apoio alguns dos princípios gerais do direito atinentes à matéria, e evidenciada limitação do Sistema Global quanto à garantia do direito ao meio ambiente.

Por fim, será proposta uma solução jurídica que proporcione uma maior efetividade do Direito Internacional do Ambiental de forma que essa medida seja somada aos meios protetivos existentes no Sistema Interamericano no sentido de garantir a tão almejada proteção efetiva do meio ambiente.

Assim, será possível compreender qual a contribuição dada pelo Sistema Interamericano para a Justiça internacional e como uma medida protetiva implementada no Sistema Global é urgente e imprescindível para proteger o meio ambiente e garantir o meio ambiente sadio para as presentes e futuras gerações.

O tema, portanto, revela-se de suma importância na análise e construção do Direito Internacional do Ambiente no mundo globalizado, posto que os problemas de ordem ambiental podem não ser resolvidos apenas no âmbito do direito interno, assim como podem fugir do controle dos blocos regionais e políticos. Assim, a carência na cooperação intergovernamental é campo fértil para desenvolvimento e aplicação do Direito Internacional do Ambiente.

Por amor à honestidade intelectual, importante pontuar, por fim, que parte dos comentários feitos nessa dissertação são frutos diretos dos relatórios¹ feitos nas disciplinas do ano curricular do presente Mestrado em ciências jurídico-internacionais, já produzidos no sentido da presente Dissertação.

¹ Não é alheio a esse autor o facto de que há, no próprio entendimento interno da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, discrepâncias entre a ideia de configurarem os Relatórios como publicação, ou não. Adere-se à corrente que entende não configurar publicação. De toda sorte, optou-se, inclusive, por não disponibilizar a consulta dos referidos escritos na biblioteca.

2 A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL

2.1 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A atual conformação do Direito Internacional dos Direitos do Homem não provém exclusivamente da entrada em vigência de instrumentos normativos internacionais que garantam a sua estabilidade. Houve um processo histórico também marcado por inquietudes e conflitos armados. As atrocidades cometidas sob o manto da soberania estatal violam os direitos fundamentais e transcendem as normas jurídicas internas².

Porém, graças ao Direito Internacional, é possível encontrar medidas para controlar e reduzir esses acontecimentos.

Com a evolução da humanidade, as alterações ambientais provocadas pelos seres humanos são cada vez mais evidentes. As degradações, originadas por atividades econômicas sistemáticas, sejam de natureza pública ou privada, geralmente acarretam impacto direto na qualidade de vida das pessoas e de comunidades inteiras³.

Certo é que, muito antes de qualquer pesquisa científica, vários povos antigos e religiões já demonstravam preocupações com a questão da preservação ambiental. Contudo, o início da conscientização pública internacional em relação à gravidade dos problemas ambientais deu-se com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, por Rachel Carson, em 1962⁴.

A partir de então as questões ecológicas passaram a ganhar espaço no cenário científico e internacional.

No início, antes mesmo de fazer parte das discussões da agenda mundial e do Direito, o meio ambiente era assunto tratado predominantemente pelas ciências

² MOTTA, Thalita Lopes. Um Panorama Jurisprudencial da Proteção do Direito Humano ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n.12, p. 9-24, Jul./Dez. 2009. p. 10.

³ ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA PARA DEFESA DO MEIO AMBIENTE. **Guia de Defesa Ambiental: Construindo a Estratégia para o Litígio de Casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Disponível em: <https://aida-americas.org/sites/default/files/publication/GUIA%20AIDA%20PORTUGUES-WEBSITE_0.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

⁴ A referida publicação fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Cfr. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 14 mar. 2019.

naturais. Por exemplo, para a Biologia, o conceito de meio ambiente sempre esteve inserido no campo da Ecologia⁵. Nesse contexto, entende-se por Ecologia o ramo da Biologia que estuda a interação e as relações dos organismos com o meio ambiente.

Todavia, com as preocupações ambientais do mundo globalizado, inevitavelmente houve uma busca pelo estudo isolado do conceito de meio ambiente. Não que o meio ambiente tenha sido excluído definitivamente da ideia de ecologia, mas apenas para investigar e compreender melhor o conceito de meio ambiente que abrange as relações do homem com o seu *habitat* e as transformações por ele causadas no hábitat de outros seres vivos⁶.

Contudo, enquanto a Ecologia é regida por leis científicas (descritivas), pode-se dizer, a partir de uma visão antropocêntrica, que o meio ambiente é regido por leis humanas (prescritivas), que variam segundo as opções do comportamento humano.

Por sua vez, o comportamento humano está relacionado à sua liberdade de escolha e a escolha das leis da liberdade está diretamente ligada ao Direito.

Assim, o meio ambiente chega à seara do direito.

2.2 O MEIO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL

Por meio do Direito são impostas regras de conduta que podem ser internas ou internacionais. Quando se trata desse último tipo de regras, está-se diante do chamado Direito Internacional. Dentro do Direito Internacional, e tendo em conta a necessidade de proteção do meio ambiente em escala global e não só nacional, surge o chamado Direito Internacional do Ambiente – que podemos classificar como um novo ramo do direito em construção – que, ao lado da proteção internacional dos Direitos Humanos, constitui um dos temas principais da nova agenda internacional do século XXI.

Essas matérias (Direitos Humanos e Meio Ambiente), ao lado da democracia, passaram a marcar, de maneira ampla e inovadora, a agenda

⁵ Esta palavra foi criada pelo biólogo e naturalista alemão Ernst Heinrich Haeckel, em 1866. Etimologicamente, derivada do grego “oîkos”, que significa casa, e “logos”, que significa estudo.

⁶ Nesse sentido, ver: SOARES, Guido Fernando Silva. **Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 19-21. Também: SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**, Barueri: Manole, 2003. p. 1-3.

contemporânea, notadamente após as grandes mudanças ocorridas no mundo em virtude do processo de globalização, cujos reflexos são marcantes e decisivos para o entendimento dos novos fenômenos globais surgidos no planeta a partir de então⁷.

Vale destacar que a crença oitocentista nas constituições e nas leis partia do pressuposto de que onde elas existissem estariam garantidos os direitos das pessoas frente ao Estado. Com efeito, no século XVIII, com a subsistência do dogma da soberania do Estado, não era suposto que uma entidade exterior pudesse interferir nesses direitos, como também não se imaginara que o próprio Estado pudesse romper com as barreiras jurídicas da liberdade⁸.

Entretanto, o século XX foi marcante para o Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente no contexto das Guerras Mundiais. Nesse período, infelizmente o que se viu foi um extremo massacre e desrespeito aos direitos fundamentais dos indivíduos⁹.

Deste modo, a soberania entrou em crise¹⁰ enquanto se multiplicavam as formas de coordenação e de subordinação advindas do Direito das Gentes, e se tornou necessário acrescentar a proteção internacional da pessoa humana além da proteção interna¹¹.

Por sua vez, a proteção do meio ambiente, sobretudo na segunda metade do século XX, se desdobra num manto protetor mais específico, ainda que relacionado aos direitos humanos.

⁷ Cfr. Doc. ONU E/CN.4/Sub. 2/1 994/9, Human rights and the environment: final report, § 1 °, 6 July 1994, p. 3; e MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 1063.

⁸ Cfr. MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 9.^a ed. Coimbra: Coimbra editora, 2011. p. 43 e ss.

⁹ No âmbito do direito interno a proteção dos direitos humanos se confunde com a proteção dos direitos fundamentais. "O respeito aos direitos humanos representa um princípio comum a todos os povos civilizados. Assim, os direitos fundamentais se relacionam com os Direitos Humanos reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado. A diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais não está no conceito, pois ambos possuem a mesma essência e finalidade, que é de assegurar um conjunto de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. A diferença substancial, então, reside na localização da norma que dispôs sobre os mesmos". Cfr. ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Diferença entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. In: **Lex Magister**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_27021556_CONCEITO_OBJETIVO_DIFERENCA_ENTRE_DIREITOS_HUMANOS_E_DIREITOS_FUNDAMENTAIS.aspx>. Acesso em: 07 abr. 2019.

¹⁰ No atual panorama do mundo globalizado, é impossível que cada Estado permaneça hermeticamente fechado em seu governo. Isso porque, mesmo que não exista qualquer relação jurídica de submissão entre dois países, sempre haverá um atrelamento, seja de cunho comercial ou no mínimo cultural. Essas situações muitas vezes fazem com que os Estados renunciem seu poder de mando em benefício do relacionamento internacional.

¹¹ MIRANDA, Jorge. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. Príncipe: Parede, 2012. p. 157

Vale dizer que as questões ligadas ao meio ambiente não se limitam à poluição advinda da industrialização. A título exemplificativo, os órgãos instituídos em tratados para proteção dos direitos humanos também tratam de casos concretos que envolvem o acesso à água, mudanças climáticas, a preservação e subsistência de comunidade indígenas e o desmatamento.

2.2.1 Das Declarações Internacionais e a sua importância na definição do âmbito protetivo do meio ambiente

A diplomacia multilateral proporciona a convergência de entendimentos entre os Estados nas regras comuns para proteger os indivíduos e garantir os seus direitos. Nesse sentido, o desenvolvimento da diplomacia multilateral também proporcionou a maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente a partir do nascimento da Organização das Nações Unidas – ONU ¹².

Durante o processo de negociação das cláusulas da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) provavelmente não era esperado que o artigo 28 da Declaração Universal fosse tão importante para a futura construção normativa do Direito Internacional do Ambiente¹³. Isto porque, através de uma interpretação mais abrangente, é possível inferir que os direitos e liberdades contidos nessa Declaração – que devem ser garantidos pela ordem social e internacional – somente podem ser plenamente gozados em um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, não obstante o direito ao meio ambiente não estar expresso no texto dessa Declaração.

Entretanto, no Direito Internacional a preocupação com o meio ambiente foi relativamente tardia, na medida que houve um certo atraso no aparecimento das regras positivadas do Direito Internacional Ambiental – que teve como marco a Declaração de Estocolmo (1972) – quando comparado à positivação do Direito Internacional dos Direitos Humanos – representada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos).

A Conferência de Estocolmo (1972) foi o primeiro evento internacional de peso relativo à proteção internacional do meio ambiente, em que a sociedade

¹² MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4ª ed. São Paulo: RT, 2010. p. 1080.

¹³ Art. 28 da Declaração Universal de 1948: “Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.”.

internacional voltou os olhos exclusivamente para a questão do meio ambiente humano. Esse documento atenta para a necessidade de definir critérios e princípios comuns que sirvam de guia e inspiração aos povos do mundo para preservar e melhorar o meio ambiente.¹⁴

Tal Conferência também representou um passo concreto na conscientização da sociedade internacional para os problemas ambientais¹⁵. Por isso, o produto maior dessa Conferência (a Declaração de Estocolmo) foi o marco normativo inicial à futura construção do sistema internacional de proteção do meio ambiente.

A Declaração de Estocolmo é composta por um preâmbulo e 26 princípios de grande relevância para a proteção internacional do meio ambiente enquanto direito humano fundamental.

Proclama a Declaração de Estocolmo¹⁶, que “o homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca”. Também faz a distinção entre os dois aspectos do meio ambiente humano – o natural e o artificial – como “essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos fundamentais, inclusive o direito à própria vida”.

Desse modo, além de inovar, ao dispor sobre o meio ambiente, também o faz quando bifurca esse conceito para melhor aplicá-lo, inaugurando a dicotomia entre meio ambiente artificial (formado pelos espaços urbanos) e meio ambiente natural.

O reconhecimento do direito ao meio ambiente como direito humano decorreu do Princípio 1 da Declaração de Estocolmo, de onde se extrai uma relação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e a preservação do meio

¹⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4ª ed. São Paulo: RT, 2010. p. 1066.

¹⁵ Aduz o artigo 4º da Declaração de Estocolmo: “Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico”. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Declaração sobre o ambiente humano, de junho de 1972. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2018.

¹⁶ Item 1 do preâmbulo da Declaração de Estocolmo.

ambiente¹⁷. Ou seja, a partir de uma interpretação principiológica considera-se que para que o direito à vida digna seja plenamente garantido, é preciso reconhecer a solene obrigação de proteger e recuperar o meio ambiente.

Também merecem destaque o Princípio 7, em que é apresentado aos Estados o dever de tomar medidas que impeçam a poluição dos mares de forma que se minimizem os danos à saúde do homem, e o Princípio 21 da Declaração¹⁸ que consagrou o princípio costumeiro *sic utere tuo ut alienum non leadas*, pelo qual a propriedade deve ser utilizada de tal forma a não prejudicar terceiros, e o

Portanto, há dois contributos marcantes trazidos pela Declaração de Estocolmo ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Em primeiro lugar, a Declaração contribuiu para o atrelamento necessário entre proteção ambiental e a noção de desenvolvimento, tema que será discutido no próximo subitem.

E depois, apesar desse tratado não ter instituído um sistema de proteção – em outras palavras, não instituiu uma jurisdição que se declarasse competente em razão da matéria para apreciar os casos que envolvam a proteção do meio ambiente – a Declaração foi responsável por incluir no rol dos direitos humanos a proteção ao meio ambiente, e por conseguinte, o meio ambiente deixou de ser uma preocupação exclusivamente política para ganhar aspecto de juridicidade¹⁹.

Entretanto, uma crítica não pode deixar de ser feita à Declaração de Estocolmo quando aduz no item 5 do Preâmbulo²⁰ que “de todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa.” Desse discurso, percebe-se, que foi adotada uma visão ecológica extremamente antropocêntrica, que não visão faz jus aos parâmetros atuais de preocupação com a vida humana. De modo que, caso a

¹⁷ Conforme Princípio 1 da Declaração de Estocolmo: “O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (...)”.

¹⁸ Conforme Princípio 21 da Declaração de Estocolmo: “os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental, desde que as atividades levadas a efeito, dentro da jurisdição ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda a jurisdição nacional”.

¹⁹ Nesse aspecto, apesar da Declaração preconizar a noção de justiciabilidade internacional do direito ao meio ambiente, ainda não é possível reivindicar esse direito que esteja vinculado a outros direitos humanos também expressos.

²⁰ Versa o Item 5 do Preâmbulo da Declaração de Estocolmo: “O crescimento natural da população coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa”.

visão biocêntrica²¹ tenha sido esquecida ou negada, isso demonstra o quanto é preciso evoluir.

Por outro lado, se a opção de proclamar o ser humano como a coisa mais valiosa do mundo foi uma atitude intencional, certamente seria uma estratégia para garantir uma maior efetividade para a Declaração, já que a efetividade dos tratados de Direito Internacional também é medida pelo número de países signatários, que precisam estar convencidos para promover a ratificação. Sendo assim, uma visão antropocêntrica seria mais facilmente aceita pela comunidade internacional.

Já sob o ponto de vista do direito interno, a Conferência de Estocolmo abriu caminho para que as Constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental entre os direitos sociais do Homem.²²

Portanto, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, apesar de não ter sido expressamente colocado no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pertence ao bloco de constitucionalidade dos textos constitucionais contemporâneos.²³

Após a Declaração de Estocolmo houve uma intensa multiplicação dos acordos ambientais multilaterais, de forma que, em continuidade aos trabalhos iniciados na naquela Conferência, aconteceu no Rio de Janeiro uma nova Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1992), exatamente vinte anos depois da Conferência de Estocolmo.

Essa Conferência, também chamada de ECO-92, resultou na Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (1992), composta por 27 princípios representativos das metas contemporâneas da proteção internacional ambiental. Acerca da Declaração do Rio (1992), além de representar uma reafirmação da Declaração de Estocolmo, também trouxe alguns avanços, já que teve como objetivo “estabelecer uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos

²¹ Em regra, os movimentos ambientalistas possuem duas grandes discussões dentro da relação do ser humano com a natureza: biocêntrica e antropocêntrica. A primeira compreende a vida em sua totalidade. Já a segunda vê a natureza como uma reserva de recursos à disposição pelo homem.

²² SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros 2000. p. 67.

²³ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito internacional público**: parte geral. 7ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 195.

níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave da sociedade e os indivíduos.”²⁴

No Princípio 1 da Declaração do Rio (1992), existe menção ao direito à vida saudável.²⁵ Nesse sentido, o meio ambiente saudável passa a ser, definitivamente, condição para o pleno gozo do direito à vida, pois somente com o ambiente ecologicamente equilibrado é possível viver de forma saudável.

Ao final da ECO-92, também foi adotada a chamada Agenda 21. Esse documento nada mais é do que uma nova norma de *soft law*²⁶ que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

A terceira conferência ambiental das Nações Unidas (a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável) aconteceu dez anos depois, no ano de 2002, em Joanesburgo, na África do Sul. Essa conferência teve como finalidade a implementação dos princípios elencados na ECO-92.

A partir da Conferência de Joanesburgo (2002), inaugura-se uma nova fase que se projeta até os dias atuais. Nessa fase contemporânea do direito internacional do meio ambiente, marcada por fundamentar-se cada vez mais em estudos científicos, assistimos à criação de novas parcerias, novas modalidades de cooperação em governança ambiental e a entrada em vigor de tratados relevantes como o Protocolo de Quioto (1997), com “mecanismos de flexibilidade” baseados no mercado.²⁷

Dando prosseguimento, em 2012, novamente no Rio de Janeiro, houve a Conferência Rio+20. Essa conferência teve como base de discussão a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

²⁴ Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

²⁵ Princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992): “Os seres humanos estão no centro das preocupações com desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma **vida saudável** e produtiva, em harmonia com a natureza.” Grifado.

²⁶ As normas de *soft law* serão abordadas no subitem 2.4.

²⁷ Ver os artigos 6, 12 e 17 do *Protocolo de Quioto*, 1997. Ver também FONSECA, Fúlvio Eduardo. A convergência entre a proteção ambiental e a proteção da pessoa humana no âmbito do direito internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.50, n.1, p.121-138, 2007.

Outros tratados também foram relevantes para o Direito Internacional Ambiental e para o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Por exemplo, a Declaração e Programa de Ação de Viena, aprovada pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993, que veio a reafirmar e ampliar o âmbito de proteção dos direitos humanos. Essa categoria de direitos fora enunciada na Carta das Nações Unidas de 1945 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Como exemplo dessa relevância destaca-se o Art. 11º que torna a proteção ao meio ambiente um direito reflexo aos direitos à vida e à saúde.²⁸

Constrói-se tal entendimento, na medida que apela aos Estados para que “adotem e implementem vigorosamente as convenções existentes sobre o descarregamento de produtos e resíduos tóxicos e perigosos”. Igualmente, “para que cooperem na prevenção do descarregamento ilícito”. Ademais, resta claro a inclusão da preservação ambiental ao conceito de desenvolvimento.

Sobre a Declaração de Pequim (1995), adotada pelos Governos participantes da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, vale destacar que é reafirmada, em seu Art. 10º, a importância das Declarações do Rio de Janeiro (1992) e de Viena (1993), no tocante à proteção ao meio ambiente. Isso decorre do fato de terem alguns objetivos em comum a atingir, dentre outros, o desenvolvimento.

O instrumento normativo supracitado ainda vai além, posto que afirma categoricamente, em seu Art. 36º, que “o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são interdependentes e componentes mutuamente enfatizadores do desenvolvimento sustentável”. De igual modo, defende “um desenvolvimento social equitativo que reconheça a importância do fortalecimento dos pobres, particularmente das mulheres que vivem na pobreza, na utilização dos recursos ambientais sustentáveis, é uma base necessária ao desenvolvimento sustentável”.

Nesse contexto, é importante observar que todo esse processo normativo internacional ocorrido no campo ambiental tem reflexos na seara da proteção internacional dos direitos humanos, principalmente quando se leva em consideração

²⁸ Artigo 11 da Declaração e Programa de Ação de Viena: “O direito ao desenvolvimento deverá ser realizado de modo a satisfazer, de forma equitativa, as necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e vindouras. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reconhece que a descarga ilícita de substâncias e resíduos tóxicos e perigosos representa potencialmente uma séria ameaça aos Direitos Humanos à vida e à saúde de todos”.

que instrumentos normativos desta temática tendem a compor o referido “bloco de constitucionalidade” dos Textos Fundamentais contemporâneos²⁹

Portanto, as regras que envolvem a proteção internacional do meio ambiente têm sido consideradas como um complemento aos direitos do homem, em particular o direito à vida e à saúde humana, sendo bastante expressiva a parte da doutrina com esse posicionamento.³⁰

2.2.2 Coexistência e Complementaridade: do Sistema Global ao Interamericano

As declarações internacionais acima referidas compõem o chamado Sistema Global de Proteção dos Direitos do Homem, que tem como protagonista a ONU, e estão relacionados com o contexto pós-Segunda Guerra Mundial quando da adoção da Carta das Nações Unidas, instrumento normativo que instituiu essa organização internacional.

Esse sistema tem os seguintes documentos internacionais de proteção aos direitos do homem, sem prejuízo de outros: A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966).

A partir desses tratados, que hoje compõem o núcleo-base da estrutura normativa do sistema global de proteção dos direitos humanos, forma-se então a Carta Internacional de Direitos Humanos (International Bill of Human Rights).

Sob esta base foi edificado "o sistema global de proteção desses direitos, ao lado do qual já se delineava o sistema regional de proteção, nos âmbitos europeu, interamericano e, posteriormente, africano".³¹

Todos os sistemas de proteção dos direitos humanos coexistem e são complementares, uma vez que protegem, ao mesmo tempo, direitos idênticos,

²⁹ É o caso da República Federativa do Brasil, em que os tratados ratificados que versam sobre direitos humanos são situados hierarquicamente acima das leis ordinárias e abaixo da Constituição (supralegalidade). Todavia, esses tratados ainda podem adquirir o *status* de emenda constitucional, desde que aprovados pelo Congresso Nacional nos moldes do art. 5º, § 3º, da Lei Fundamental.

³⁰ SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003. p. 173.

³¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 4.ed. rev. atual. São Paulo: Max Limonad, 2000. p. 152.

cabendo ao indivíduo a escolha da via mais favorável a fim de reivindicar, no âmbito internacional, os direitos humanos violados.³²

Isto é, o conteúdo normativo de desses instrumentos internacionais que compõem os sistemas global e regionais são similares em princípios e valores – de forma a refletir a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é proclamada como um código comum a ser alcançado por todos os povos e todas as Nações – e o instrumento global contém um parâmetro normativo mínimo, enquanto o instrumento regional, quando possível, vai além adicionando novos direitos e aperfeiçoando outros. Tudo isso, sempre levando em conta as diferenças e peculiares da região³³.

Tanto o sistema global, capitaneado pela ONU, como os sistemas regionais de proteção têm entre si uma característica primordial, típica da pós-modernidade jurídica, que é a capacidade de extrair valores e compatibilizar ideias provenientes de fontes de produção diferentes, no chamado diálogo das fontes, como fim de reuni-los em prol da salvaguarda da pessoa humana.³⁴

Mais precisamente no contexto latino-americano, desenvolveu-se o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, dentro do qual destacam-se a Declaração Americana de Direitos Humanos e a Convenção Americana de Direitos Humanos como os documentos mais importantes de proteção dos direitos humanos nas Américas, que será abordado no próximo capítulo.

³² “Nesse sentido, leciona Antônio Augusto Cançado Trindade: “O critério da primazia da norma mais favorável às pessoas protegidas, consagrado expressamente em tantos tratados de direitos humanos, contribui em primeiro lugar para reduzir ou minimizar consideravelmente as pretensas possibilidades de ‘conflitos’ entre instrumentos legais em seus aspectos normativos. Contribui, em segundo lugar, para obter maior coordenação entre tais instrumentos em dimensão tanto vertical (tratados e instrumentos de direito interno) quanto horizontal (dois ou mais tratados). (...) Contribui, em terceiro lugar, para demonstrar que a tendência e o propósito da coexistência de distintos instrumentos jurídicos — garantindo os mesmos direitos — são no sentido de ampliar e fortalecer a proteção”. (TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A interação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos. **Arquivos do Ministério da Justiça**, Brasília, v. 46, n. 182, jul./dez. 1993. p. 52-53.). Ver também: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997)**: as primeiras cinco décadas. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 26.

³³ Regional promotion and protection of human rights: twenty-eighth report of the Commission to Study the Organization of Peace, 1980, in Henry Steiner, material do Curso International Law and Human Rights, Harvard Law School, 1994. Apud: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.p. 111.

³⁴ Cf GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Características gerais do direito (especialmente do direito internacional) na pós-modernidade. **Revista Forense**, ano 106, v. 412, Rio de Janeiro, nov./dez. 2010, p. 470-474.

2.3 NORMAS DE SOFT LAW E SEU CONTRIBUTO À VINCULAÇÃO A POSTERIORI NOS TRATADOS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS

Compreender a natureza jurídica das normas internacionais de proteção ambiental é fundamental para perceber o funcionamento dos sistemas de proteção dos direitos humanos. Isto porque, certas regras ou programas de ações oriundas de organizações intergovernamentais, quer sejam decisões ou atos unilaterais, são bastante comuns em matéria ambiental, mas nem todos são normas jurídicas de natureza vinculante.

A falta do caráter vinculativo de certas normas jurídicas a depender da fonte, sobretudo na seara do Direito Internacional do Ambiente, é um grande empecilho para a conformação dos sistemas de proteção dos direitos do homem.

Na verdade, a atual conjuntura econômica internacional demanda flexibilidade na aplicação de seus acordos, posto que é difícil alcançar unanimidade no entendimento das diversas questões ambientais.

A situação é agravada tendo em conta que a regulação do acesso e gestão de bens ambientais, nomeadamente os bens essenciais ao funcionamento da estrutura industrial (v.g., petróleo e ferro), ou de bens pessoais (v.g., jóias), ou de utilização desregrada (v.g., água), que sempre foram utilizados sem necessidade de gestão racional, geram resistência por parte dos Estados, que não desejam autolimitar-se nos seus direitos de exploração dos bens naturais valiosos do ponto de vista econômico. Com isso, a força cogente das convenções ambientais é diretamente proporcional à resistência dos Estados em se submeterem a regras limitativas do uso dos bens naturais³⁵.

Ou seja, o conflito entre os interesses internos dos Estados e as normas de direito internacional é obstáculo para ratificação dos tratados internacionais, já que os Estados podem simplesmente não aderir em nome da soberania.

Nesse contexto, de certa forma, o *soft law* ou *droit doux* oferece essa flexibilidade. É que ele abrange todas aquelas regras cujo valor normativo é menos constringente que o das normas jurídicas tradicionais, seja porque os instrumentos que as abrigam não detêm *status* de “normas jurídicas” – seja porque os seus

³⁵ Cfr. GOMES, Carla Amado. Apontamentos sobre a protecção do ambiente na jurisprudência internacional. In: _____. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 370.

dispositivos, ainda que incertos no quadro de instrumentos vinculantes, não criam a obrigações de direito positivo aos Estados ou se criam, essas obrigações são pouco constringentes.³⁶

Em outras palavras, as normas de *soft law* diferem das demais normas de conteúdo jurídico, seja por ser um produto jurídico ainda inacabado no tempo – já que é voltada a diretrizes de comportamentos futuros; seja porque o sistema de sanções diverge daquele aplicado às normas tradicionais – o que deixa esse fenômeno mais próximo de uma recomendação do que uma obrigação propriamente dita.³⁷

Em geral, as regras de *soft law* visam direcionar futuros comportamentos dos Estados e dos seus agentes, estabelecendo planos de ações conjuntas, mas sem o elemento da obrigatoriedade presente no universo das normas convencionais. Essa característica faz do *soft law* um fenômeno diametralmente oposto ao sistema da *hard law* (direito rígido)³⁸.

Apesar da maior maleabilidade das normas, as regras de *soft law* continuam a ser regras jurídicas, mesmo sabendo que ao assinar um determinado tratado, os Estados a ele não se vinculam e não podem sofrer sanções jurídicas. Por isso, este fenômeno navega entre o domínio da política internacional³⁹ e do direito internacional público.⁴⁰

Entretanto, o maior problema desse tipo de norma está na falta de elementos que garantam sua efetiva aplicação, já que as normas de *soft law* não possuem natureza de norma jurídica vinculante. Se vinculante fosse, estaríamos diante de uma norma de *hard law*.

Não se quer dizer com isso que faltem sanções pelo não cumprimento das normas de *soft law*. Na verdade, essa sanção pode existir, mas com caráter extrajurídico, que perpassa pela ordem moral e política.

Contudo, mesmo sem a força cogente, as declarações internacionais são regras com características de *soft law* relevantes na criação e evolução do direito

³⁶ V. nota número 6, em: SALMON, Jean (coord.). **Dictionnaire de droit international public**. Bruxelles: Bruylant, 2001. p. 1.039.

³⁷ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 186.

³⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 185.

³⁹ Posto que os Estados não estão preocupados com a legalidade na conduta dos negociadores.

⁴⁰ Cf. SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v.1. São Paulo: Atlas, 2002. p. 140.

internacional. O mesmo raciocínio aplica-se às declarações internacionais de direito ambiental, que possuem papel fundamental na evolução da proteção internacional do meio ambiente. Por isso, as declarações de direito internacional ambiental se aproximam da conceituação de *soft law*, na medida que são declarações de intenções, funcionando como termos de ajustamento de condutas estatais.

Em síntese, essas declarações consistem em normas que têm por finalidade precípua regulamentar o comportamento dos Estados através da formulação de postulados moralmente justos e aceitos, cujo desrespeito enseja sanções igualmente morais, diversamente do que disciplinam os tratados internacionais.

Certo é que não se pode sobrevalorizar o caráter obrigatório de determinada declaração como essencial e ignorar-se as demais manifestações possíveis do direito. A juridicidade não pode se limitar à sanção uma vez que existem regras em direito internacional⁴¹ e constitucional, que mesmo sem impor sanções continuam sendo regras jurídicas. Dessa forma, o direito não é somente composto por um conjunto de normas jurídicas obrigatórias e capazes de impor em sanções.⁴²

Cumprе ressaltar também que o fenômeno do *soft law*, que não é exclusivo do direito internacional ambiental, não é “forçosamente negativo”, na medida que um retrato do equilíbrio de forças presentes em determinado âmbito de regulação jurídico-internacional. Isto porque é preferível uma declaração de intenções que seja fruto de um vasto consenso, mesmo que seja ratificada por um número reduzido de Estados, do que um Tratado assinado entre um número restrito de Estados que não merece qualquer observância⁴³.

Sendo assim, a natureza peculiar dos problemas ambientais exige um conjunto normativo diverso daquele padrão normalmente utilizado pelo direito internacional público. Ou seja, para enfrentar as questões ambientais, antes de impor aos Estados sanções jurídicas, são necessários verdadeiros métodos de cooperação internacional. Por isso, o direito internacional do meio ambiente encontra nas regras de *soft law* aquilo que precisa para se solidificar.

⁴¹ Cf. DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Droit international public**. 7.ed. Paris: LGDJ, 2002. p. 90-91.

⁴² Cf. OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. A importância do *soft law* na evolução do direito internacional. **RIDB**, Lisboa, v.1, n.10, 2012, p. 6265-6289.

⁴³ Cfr. GOMES, Carla Amado. Apontamentos sobre a protecção do ambiente na jurisprudência internacional. In: _____. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 372.

2.4 DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO HUMANO

Os direitos fundamentais de primeira e segunda dimensão⁴⁴ foram os primeiros a serem contemplados nos tratados e declarações internacionais. Entretanto, o direito ao meio ambiente sadio é considerado um direito fundamental de terceira dimensão, ou seja, compõe o grupo dos chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, categoria que abrange o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade⁴⁵. Esses direitos de terceira dimensão são apontados como direitos da coletividade, possuem caráter difuso e constituem um direito-dever de todos.

Vale destacar que, apesar de ser enquadrado como direito de terceira dimensão, o direito ao meio ambiente sadio abrange um universo amplo e complexo que começa desde a pontual poluição advinda da industrialização até envolver o planeta como um todo e o risco a saúde mundial⁴⁶.

Deste modo, a proteção do meio ambiente sob a ótica dos direitos humanos abrange a preservação da natureza em todos os aspectos relacionados à vida humana. Por conseguinte, o direito ao meio ambiente sadio acaba por guardar íntima relação com o próprio direito à vida, à saúde, e à dignidade da pessoa humana.

Como já afirmado, no Direito Internacional a preocupação com o meio ambiente foi relativamente tardia. Antes da Declaração de Estocolmo, o meio ambiente era tratado, em plano mundial, como algo dissociado da humanidade⁴⁷. Porém, a partir da Conferência de Estocolmo (1972) iniciou-se uma busca

⁴⁴ Neste trabalho é utilizada a terminologia “dimensão” em detrimento de “geração” quando se trata de evolução dos direitos fundamentais, uma vez que este termo é considerado impróprio por o transmitir uma falsa noção de sobreposição ou hierarquia por grau de importância entre os direitos fundamentais. Enquanto isso o termo “geração” parece melhor transmitir o caráter unitário e indivisível desses direitos. Cfr. SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 55.

⁴⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4.ed. São Paulo: RT, 2010. p. 901-903.

⁴⁶ Cf. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. The contribution of international human rights law to environmental protection, with special reference to global environmental change. In: WEISS, Edith Brown. **Environmental change and international law: new challenges and dimensions**, Toquio: United Nations University Press, 1992. p. 244-312.

⁴⁷ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente. **Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico-ambientais**, Cuiabá, v.1, n.1, p.169-196, jan.-jun. 2007. p. 178.

consciente pela preservação do meio ambiente a partir da preocupação com a poluição e degradação ambientais, que antes eram temas afetos ao domínio exclusivo e absoluto dos Estados.

Com efeito, a partir da Declaração de Estocolmo a questão ambiental passou a ser discutida no direito internacional e repercutiu tanto no direito interno quanto no próprio direito internacional.

No direito interno porque precedeu uma série de novas Constituições preocupadas com a proteção do meio ambiente e “o reconhecimento de um meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano fundamental entre os direitos sociais do Homem, com sua característica de direitos a serem realizados e direito a não serem perturbados”⁴⁸.

Já no âmbito internacional, causou tanto impacto que ocasionou uma avalanche de tratados internacionais, sejam eles multilaterais, bilaterais ou regionais, ligados à temática da proteção ambiental, sendo praticamente impossível determinar com exatidão o número preciso desses instrumentos internacionais.⁴⁹

São exemplos desses tratados que abrangeram o tema meio ambiente e as questões conexas a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992).

Por sua vez, a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), resultado da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, também teve a sua relevância posto que, além do histórico reconhecimento da universalidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos⁵⁰, fixou objetivos relacionados aos princípios da Declaração do Rio, a políticas de desenvolvimento sustentável da *Agenda 21*, bem como aos esforços globais em prol de direitos económicos, sociais e culturais como saúde e bem-estar⁵¹. Assim, a interligação entre esses documentos contribuiu para consolidar e difundir esses temas de interesse para toda a humanidade de forma uníssona.

⁴⁸ SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 67.

⁴⁹ Cf. SOARES, Guido Fernando Silva. **Direito internacional do meio ambiente**: emergência, obrigações e responsabilidades, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 56.

⁵⁰ Vide § 5º da Declaração.

⁵¹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os direitos humanos e o meio ambiente. In: SYMONIDES, Janusz (Org.). **Direitos humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. p. 166-167.

Desse modo, a vinculação o entre meio ambiente e direitos humanos implicou na transição da fase de “internacionalização da proteção ambiental” – assinalada pela preocupação com a proteção ambiental em áreas sob a competência territorial dos Estados e suas implicações com a poluição transfronteiriça – na fase da “globalização”, em que “os princípios de carácter global aplicam-se aos territórios dos Estados, independente de qualquer efeito transfronteiriço, e regem zonas que não estão sob a competência de nenhum território nacional”⁵².

Ainda sobre a repercussão da Declaração de Estocolmo, outras consequências foram “um crescente corpo de jurisprudência no contexto dos direitos humanos, que reconhece o flagelo da degradação ambiental, na medida que afeta o gozo dos direitos estabelecidos”⁵³, e na via institucional dentro da ONU, ao criar na década de 90 o cargo de Relator Especial de Direitos Humanos e Meio Ambiente, para tratar de questões específicas sobre o tema⁵⁴.

A Declaração de Estocolmo produziu todos esses efeitos mesmo enquanto norma de *soft law*, portanto não se revestindo da qualidade de tratado internacional *strito sensu*.

Em síntese, num cenário em que o prevalecia a ideia crescimento económico a qualquer custo, a Declaração de Estocolmo representou o nascimento da busca consciente pela preservação do meio ambiente, na medida que os países participantes finalmente perceberam que a poluição e demais degradações ambientais podem interferir na qualidade de vida das gerações futuras.

Por isso, no âmbito do Sistema Global, a Declaração representou um marco histórico na proteção internacional do meio ambiente que passou a encontrar suporte através do consenso sobre a existência do direito fundamental ao meio

⁵² TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os direitos humanos e o meio ambiente. In: SYMONIDES, Janusz (Org.). **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. p. 168.

⁵³ Em contrapartida, alguns autores apontam dificuldades na consolidação da jurisprudência em matéria ambiental, na medida que há atualmente uma preferência pela diplomacia à litigiosidade, observada nos instrumentos convencionais que estabelecem um princípio de exaustão das vias de resolução não contenciosa até admitir, como *ultima ratio*, o recurso aos tribunais. Cfr. GOMES, Carla Amado. Apontamentos sobre a protecção do ambiente na jurisprudência internacional. In: _____. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 407-408.

⁵⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório da Secretaria-Geral do Conselho Permanente da OEA sobre o cumprimento da Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Aprovado pela resolução AG/RES..1819 (XXXI-O/01) de 4 de abril de 2002.

ambiente sadio, apesar deste não estar mencionado de forma expressa e vinculativa.

No que tange à proteção do direito ao meio ambiente sadio no Sistema Interamericano, esse tema será enfatizado no próximo capítulo.

3 O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O MEIO AMBIENTE

Como já foi explicitado, no domínio da ordem jurídica internacional, a proteção dos Direitos Humanos se dá em dois níveis: a) no Sistema Global, no qual as Nações Unidas são o ator principal; b) nos sistemas regionais (Africano, Europeu e Interamericano), dentre os quais merece destaque nesse momento o Sistema Interamericano, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos – OEA.

A OEA é uma organização internacional criada pelos Estados do Continente Americano⁵⁵ com o objetivo de conseguir uma ordem de paz e justiça, promover a solidariedade, intensificar a colaboração e defender a integridade territorial e independência dos Estados membros.⁵⁶

É, portanto, um organismo regional do tipo a que se refere o artigo 52 da Carta das Nações Unidas. Por conseguinte, é enquadrada como organização internacional criada por um acordo regional e destinada a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e segurança internacionais, sempre com atividades compatíveis com os objetivos e princípios da ONU⁵⁷.

No exercício da soberania e ao decorrer dos anos os Estados americanos adotaram uma série de instrumentos internacionais que convergiram para a criação de um sistema regional de promoção e proteção de direitos humanos.

Dessa forma, o sistema interamericano reconhece e define direitos, estabelece obrigações e cria órgãos específicos destinados a promover e proteger os direitos do homem.

Contudo, para melhor compreender como se dá a garantia do direito internacional dentro dessa organização intergovernamental, em especial através das atividades da Comissão e da Corte Interamericanas no Sistema de Proteção de Direitos Humanos da OEA, faz-se necessário conhecer o arcabouço jurídico que a legitima e organiza.

3.1 PRINCIPAIS FONTES NORMATIVAS DA OEA EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS

⁵⁵ São membros da Organização dos Estados Americanos os seguintes Estados: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

⁵⁶ Vide artigo 1 da Carta da Organização dos Estados Americanos.

⁵⁷ Vide artigo 52 da Carta das Nações Unidas.

São quatro os principais instrumentos normativos que regem o Sistema Interamericano: A Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), ou Carta de Bogotá; a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem (1948), que apesar de não receber a denominação de tratado faz referência aos direitos mencionados na Carta da OEA⁵⁸; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica; e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1988), ou simplesmente Protocolo de San Salvador.

O fato curioso é que a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem aprovada na IX Conferência Internacional Americana de Bogotá (1948) foi o primeiro instrumento internacional que declarou direitos humanos, já que a Declaração Americana foi assinada em abril de 1948 enquanto a Declaração Universal foi assinada no mês de dezembro do mesmo ano.

A Declaração Americana,⁵⁹ antes de dispor sobre os direitos humanos e os deveres e obrigações, reconhece em sua introdução “as instituições jurídicas e políticas, que regem a vida em sociedade e tem como finalidade principal a proteção dos direitos essenciais do homem e as circunstâncias que lhe permitam progredir espiritual e materialmente e alcanças a felicidade.”⁶⁰

Por disposição expressa, a Declaração versa que “os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele cidadão de determinado Estado, mas sim do fato dos direitos terem como base os atributos da pessoa humana. ” ⁶¹ Portanto, os Estados americanos reconhecem que, quando há produção de normas escritas que

⁵⁸ Segundo Jorge Miranda, por tratado ou convenção internacional entende-se “um acordo de vontades entre sujeitos de Direito Internacional constitutivo de direitos e deveres ou de outros efeitos nas relações entre eles; ou, de outra perspectiva, um acordo de vontades, regido pelo Direito Internacional, entre sujeitos de Direito Internacional; ou, ainda, um acordo de vontades entre sujeitos de Direito Internacional, agindo enquanto tais, de que derivam efeitos jurídico-internacionais ou jurídico-internacionalmente relevantes.” MIRANDA, Jorge. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. Lisboa: Principia, 2012. p. 55-56.

⁵⁹ A Declaração Americana foi reformada em 1967 pela Terceira Conferência Interamericana Extraordinária, realizada em Buenos Aires, em 1985 pelo Protocolo de Cartagena das Índias, em 1992 pelo Protocolo de Washington, e em 1993 pelo Protocolo de Manágua. Acerca do conteúdo, a Declaração Americana possui um preâmbulo e dois capítulos; o primeiro dedicado aos direitos humanos e o segundo aos deveres e obrigações, compreendendo um total de 38 artigos.

⁶⁰ Vide considerações iniciais da Declaração Americana.

⁶¹ Parte retirada das considerações iniciais da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948). ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. Aprovada na Nona Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948. Disponível em: < http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm >. Acesso em: 27 jun. 2018.

proclamam direitos humanos, os direitos ali relacionados não são criados ou concedidos pelos Estados, são apenas reconhecidos direitos já existentes.

A Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), ou Pacto de San José da Costa Rica, foi aprovado(a) na Conferência Interamericana Especial sobre Direitos Humanos, realizada na Costa Rica. Neste tratado destaca-se a criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CortelDH, e a consagração da já existente Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, com a delimitação das suas funções.

Na sua primeira parte, o Pacto de San José da Costa Rica estabelece os deveres dos Estados e os direitos protegidos pelo tratado. Na sua segunda parte, a Convenção prevê os meios de proteção. São eles: A CIDH, que já existia, mas teve sua efetividade incrementada nesse instrumento, e a CortelDH (órgão jurisdicional), órgãos que a Convenção declara como competentes “para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Partes”⁶².

Por fim, o Protocolo de San Salvador (1988), instrumento normativo adicional que veio a implementar direitos humanos até então não contemplados na Convenção Americana, em harmonia com o artigo 77, nº 1 que prevê a possibilidade de inclusão progressiva de outros direitos e liberdades no regime de proteção⁶³.

Ao ratificar este Protocolo, os Estados-partes se comprometeram a adotar as medidas necessárias, até o máximo dos recursos disponíveis e levando em conta seu grau de desenvolvimento, a fim de conseguir, progressivamente e de acordo com a legislação interna, a plena efetividade dos direitos reconhecidos neste Protocolo.

Vale ressaltar ainda que a consolidação desse sistema regional se deu também por uma série de convenções internacionais subsequentes, sejam elas para

⁶² ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: < https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm >. Acesso em: 28 jun. 2016.

⁶³ Artigo 77, nº 1 da Convenção Americana: De acordo com a faculdade estabelecida no artigo 31, qualquer Estado Parte e a Comissão podem submeter à consideração dos Estados Partes reunidos por ocasião da Assembleia Geral, projetos de protocolos adicionais a esta Convenção, com a finalidade de incluir progressivamente no regime de proteção da mesma outros direitos e liberdades.

tratar de temas gerais ou especiais, como é o caso dos grupos especialmente vulneráveis⁶⁴.

Embora todos os Estados-partes da Convenção Americana sejam obrigatoriamente membros da OEA, a recíproca não é verdadeira, uma vez que nem todos os membros da OEA são parte na Convenção Americana.⁶⁵ Isto porque, até o momento, 25 de 34 países da OEA ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos.⁶⁶

A CIDH é, simultaneamente, órgão da OEA⁶⁷ e órgão da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San Jose da Costa Rica⁶⁸, servindo de instância para a promoção e proteção dos direitos humanos dos cidadãos do continente americano.⁶⁹

Diz-se que a “CIDH realiza funções ambivalentes ou bifrontes”,⁷⁰ na medida que é órgão da OEA, mas também desempenha atribuições expressivas sob a égide da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Dessa forma, sua atuação pode ser mais ou menos profunda, a depender das funções atribuídas por cada instrumento normativo.

⁶⁴ A título exemplificativo também foram realizadas as seguintes convenções: Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura (1985); Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativos à Abolição da pena de morte (1990); Convenção Internacional sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas (1994); Convenção Internacional para prevenir, punir e erradicar a Violência contra a Mulher (1994); e, a Convenção Internacional sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiências (1999)

⁶⁵ ARRIGHI, Jean Michel. **OEA: Organização dos Estados Americanos**. Trad. Sérgio Bath. Barueri: Manole, 2004. p. 53.

⁶⁶ Conforme Secretaria-Geral da OEA. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

⁶⁷ Vide artigo 106 da Carta: “Haverá uma Comissão Interamericana de Direitos Humanos que terá por principal função promover o respeito e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria. Uma convenção interamericana sobre direitos humanos estabelecerá a estrutura, a competência e as normas de funcionamento da referida Comissão, bem como as dos outros órgãos encarregados de tal matéria”. Também merece destaque o artigo 145 da Carta, que aduz que “enquanto não entrar em vigor a convenção interamericana sobre direitos humanos a que se refere o Capítulo XV, a atual Comissão Interamericana de Direitos Humanos velará pela observância de tais direitos”. OEA, 1993.

⁶⁸ De acordo com o Estatuto da Comissão: “Artigo 1º – 1. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão da Organização dos Estados Americanos criado para promover a observância e a defesa dos direitos humanos e para servir como órgão consultivo da Organização nesta matéria. 2. Para os fins deste Estatuto, entende-se por direitos humanos: a. os direitos definidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos com relação aos Estados”.

⁶⁹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 730.

⁷⁰ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 979.

Com isso, caso o Estado membro tenha ratificado a Convenção Americana, a CIDH atuará sob a égide de tal diploma. Porém, se pertencer ao grupo de 11 (onze) Estados que ainda não a ratificaram a Convenção, a Comissão atuará de acordo com a Carta da OEA e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.⁷¹

Entretanto, o mesmo não se pode afirmar acerca da CortelDH, que é tão somente órgão da Convenção Americana.

Dentre as atribuições da CIDH enquanto órgão da Convenção na garantia do direito internacional, salienta-se o seu papel na Solução Pacífica de conflitos e a sua competência para examinar as comunicações, temas que serão aprofundados adiante.

Para já, e em síntese, na OEA existe um duplo sistema de proteção dos direitos humanos: o sistema geral, que é baseado na Carta e na Declaração, e o sistema que abarca apenas os Estados que são signatários da Convenção, que além de contemplar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como no sistema geral, também alcança novas funções atribuídas à CIDH e a intervenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos⁷².

3.2 A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão de extrema relevância para a OEA.

A CIDH foi fruto de proposta aprovada na 5ª Reunião de Ministros de Relações Exteriores, realizada em Santiago do Chile (1959), e a sua criação como órgão especializado foi o primeiro passo que deflagrou um processo gradual de maturação dos mecanismos de proteção dos direitos humanos no sistema interamericano⁷³.

O Estatuto que rege atualmente o funcionamento da Comissão foi aprovado no Nono Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA (La Paz,

⁷¹ RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 62.

⁷² GUERRA, Sidney. **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Controle de Convencionalidade**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 27.

⁷³ Cfr. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 975. Cfr. RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos em juízo: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2001. p. 57-58.

Bolívia, 1979). Nele consta a atribuição de promover os Direitos Humanos proclamados na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) ⁷⁴.

A CIDH foi inserida como órgão principal no sistema da OEA em 1967, por ocasião da reforma da Carta da OEA, realizada através do Protocolo de Buenos Aires, com a grande missão de zelar pela promoção dos direitos humanos no Continente Americano.

A Comissão é composta por sete membros (Comissários ou Comissionados), que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, à título pessoal, para um mandato de quatro anos, sendo permitida apenas uma reeleição. A escolha da Comissão é feita pela Assembleia Geral, a partir de uma lista de candidatos propostos pelos Governos dos Estados membros. ⁷⁵

O mandato é incompatível com o exercício de atividades que possam afetar a independência, imparcialidade e o prestígio da Comissão. Outrossim, para garantir que os membros da Comissão atuem desvinculados do Estado da nacionalidade, os membros da Comissão não poderão participar de discussão, investigação, deliberação ou decisão de assunto que envolva seu país ⁷⁶. Nesse sentido, é possível inferir que é a CIDH que representa todos os Estados membros da OEA, e não os comissários que representam seus Estados, individualmente.

Diante do duplo sistema de proteção existente na OEA, nota-se que há distinções claras entre as atribuições da Comissão em relação aos Estados Partes que não ratificaram a Convenção Americana e aqueles Estados da Organização que ratificaram esta Convenção. Para os primeiros, a competência da Comissão se baseia nas disposições da Carta da OEA e na prática da CIDH, enquanto para os Estados Partes da Convenção Americana as atribuições aplicáveis à CIDH derivam desse próprio instrumento.

Assim, são atribuições da Comissão, para todos os membros da OEA, de acordo com o Estatuto ⁷⁷, estimular de maneira geral a consciência dos direitos humanos através de:

⁷⁴ Vide art. 1º do Estatuto da CIDH.

⁷⁵ Vide art. 3 do Estatuto da CIDH.

⁷⁶ Vide artigo 17, nº 2, do Regulamento da CIDH.

⁷⁷ Vide artigo 18 do Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Aprovado pela resolução AG/RES. 447 (IX-O7/79), adotada pela Assembleia Geral da OEA, em seu Nono Período Ordinário de Sessões, realizado em La Paz, Bolívia, em outubro de 1979.

a) Recomendações aos Estados, para que adotem medidas progressivas em prol desses direitos;

b) Solicitação de informações aos Estados sobre as medidas adotadas em matéria de direitos humanos;

c) Atendimento das consultas formuladas pelos Estados na Secretaria-Geral da OEA, prestando o devido assessoramento nas questões de direitos humanos;

d) Exame e investigação das comunicações que lhe forem dirigidas sobre suposta violação de direitos humanos por qualquer Estado membro da organização.

e) Realização de vistoria *in loco* em um Estado com a anuência ou convite do Governo respectivo. Em geral, essas visitas produzem um relatório⁷⁸ sobre a situação dos direitos humanos observada, o qual é publicado e apresentado ao Conselho Permanente e à Assembleia Geral da OEA.

f) Organização de visitas, conferências, seminários e reuniões com representantes de governos, instituições acadêmicas, entidades não governamentais e outras, com o objetivo principal de divulgar informações e promover o conhecimento do trabalho do sistema Interamericano de direitos humanos;

Por outro lado, sob a égide da Convenção⁷⁹, leia-se, para além das atribuições já conferidas pela Carta, compete à Comissão:

g) Solicitar aos Estados membros que adotem “medidas cautelares”⁸⁰ para prevenir danos irreparáveis aos direitos humanos em casos graves e urgentes. Também pode solicitar que a Corte Interamericana adote “medidas provisórias”⁸¹ em casos de extrema gravidade e urgência para evitar danos irreparáveis às pessoas, mesmo que o caso ainda não tenha sido levado à Corte;

h) Apresentar casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos, e comparecer perante ela na tramitação e consideração de casos⁸²;

⁷⁸ No cumprimento de suas funções, a CIDH tem o apoio jurídico e administrativo de sua Secretaria Executiva. Em conformidade com o art. 13 do Regulamento da CIDH, a Secretaria Executiva prepara os projetos de relatórios, resoluções, estudos e outros trabalhos de que for encarregada pela Comissão ou pela Presidência. A Secretaria Executiva também recebe e tramita a correspondência, as petições e comunicações dirigidas à Comissão.

⁷⁹ Vide artigo 19 do Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

⁸⁰ Vide artigo 25 do Regulamento da CIDH.

⁸¹ Vide artigo 63, nº 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

⁸² Para que um caso de violação de Direitos Humanos chegue até a CorteIDH deve ser respeitado o procedimento dos artigos 44 a 51 da Convenção. Vale lembrar que a Comissão pode levar casos à Corte mesmo quando não provocada, conforme art. 24 do Regulamento: “A Comissão poderá, *motu proprio*, iniciar a tramitação de uma petição que reúna, a seu juízo, os requisitos para tal fim”.

i) Pôr-se à disposição das partes interessadas durante o procedimento de exame das comunicações, a fim de chegar a uma solução amistosa do assunto, fundada no respeito aos direitos humanos reconhecidos na Convenção;

j) Solicitar pareceres consultivos à Corte Interamericana, em conformidade com o disposto no artigo 64 da Convenção Americana;

Portanto, a Comissão tem importantes atribuições, sobretudo enquanto órgão da Convenção Americana. Entretanto, a seguir serão melhor esmiuçadas as suas competências para examinar as comunicações⁸³, iniciar a tramitação de petição na CortelDH, fruto do exame das comunicações atinentes a violações de Direitos Humanos constantes na Convenção Americana por Estado que dela seja parte⁸⁴, e o seu papel no incentivo à solução amistosa de conflitos.⁸⁵

3.2.1 Das comunicações

No que tange às comunicações⁸⁶, é função da Comissão receber as queixas individuais de cidadãos de Estados-membros ou organizações não-governamentais contra os Estados que ratificaram a Convenção Americana⁸⁷, podendo dar início ao procedimento de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos ou por não ter encontrado reconhecimento ou proteção desses direitos

⁸³ Note-se que, nos termos do artigo 23 do Regulamento da Comissão Interamericana (adotado em maio de 2001), cabe também à Comissão receber e examinar petição que contenha denúncia sobre violação de direitos humanos consagrados na Declaração Americana de Direitos do Homem, em relação aos Estados membros da Organização que não sejam partes da Convenção Americana. O procedimento é similar ao procedimento relativo às petições que contenham denúncia de violação aos direitos constantes na Convenção Americana, de acordo com o artigo 50 do mesmo Regulamento.

⁸⁴ Sobre a iniciativa de tramitação da petição, aduz o Artigo 24 do Regulamento da Comissão: “A Comissão poderá, *motu proprio*, iniciar a tramitação de uma petição que reúna, a seu juízo, os requisitos para tal fim”.

⁸⁵ Foram destacadas essas três competências considerando que essas exercem maior influência no mecanismo jurisdicional, consubstanciando fatores imprescindíveis para a garantia dos direitos humanos por meio da via judicial, e em detrimento das demais que estão relacionadas com as atividades de gestão, secretariado e monitoramento/fiscalização.

⁸⁶ Aduz o artigo 44 da Convenção: “Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte.”.

⁸⁷ Conforme artigo 41, “f”, da Convenção: “A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício do seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições: (...) f. atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, de conformidade com o disposto nos artigos 44 a 51 desta Convenção”. Cfr. OEA, 1969.

fundamentais no direito interno.⁸⁸

Com efeito, é função da Comissão examinar todas as comunicações a ela dirigidas sobre suposta violação de direitos humanos por qualquer Estado membro, mas quando confirmada a violação, as implicações para os Estados podem variar dentro a depender do comprometimento dos Estados com a ratificação dos tratados na OEA.

É que, ao ratificarem a Convenção, os Estados aceitam automática e obrigatoriamente a competência da CIDH para examinar estas comunicações contra eles próprios⁸⁹, não sendo necessário elaborar qualquer declaração expressa e específica para tal fim⁹⁰.

Ou seja, caso o Estado violador tenha ratificado a Convenção, portanto aceite automaticamente a jurisdição da CortelDH, o caso poderá ser por ela decidido caso se verifique a inércia desse Estado, sobretudo depois das recomendações das feitas pela CIDH.

Em contrapartida, caso o Estado violador não tenha ratificado a Convenção, não haverá para ele uma resolução por meio judicial dentro da OEA, cabendo apenas a Comissão Interamericana atuar por da solução amistosa como ferramenta diplomática.

Nesse cenário, em regra, os Estados sempre estarão sujeitos às Recomendações da CIDH, e se for possível e necessário, também serão sujeitos a consequências de uma decisão da jurisdicional proferida pela CortelDH.

O exame das comunicações realizado pela CIDH, além de ser de inegável relevância para esse sistema de proteção de direitos humanos da OEA inaugurado pela Convenção, também faz parte do sistema de garantia do Direito Internacional Americano.⁹¹

Ao tratar das comunicações e no exercício das suas atribuições, a Comissão desempenha uma função quase judicial⁹². Isto porque a sua função não é

⁸⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 730.

⁸⁹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. e-book. p. 343.

⁹⁰ PIOVESAN, Flávia. Brasil e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. In: **Centre for Brazilian Studies**. Working Paper 77. Oxford: University of Oxford, 2006. p. 19.

⁹¹ MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direito Internacional Americano**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

⁹² BUERGENTHAL, Thomas; NORRIS, Robert. **Human rights: the inter-american system**. New York: Oceana Publications, 1982. p. 453-454.

propriamente jurisdicional, mas é a CIDH que analisa as comunicações, formula recomendações, solicita medidas cautelares, verifica a situação de incumprimento, além de inaugurar e impulsionar o processo judicial contra os Estados dentro da OEA.

Diz-se inclusive que há uma certa complementaridade entre o mecanismo político (operacionalizado pela Assembleia Geral, Secretaria Geral e Conselho Permanente) e o mecanismo quase judicial, pois este último forneceria o marco jurídico que atestaria o eventual incumprimento das normas de direitos humanos pelos Estados.⁹³

De forma sumária, antes do processo chegar à Corte Interamericana, já foi analisado pela Comissão: a) Se foram interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna; b) se a queixa/comunicação foi apresentada dentro do prazo de 6 (seis) meses a partir da data em que o presumido prejudicado tenha sido notificado da decisão; c) Se não há litispendência do mesmo caso em outro processo de solução internacional; d) Se foram observados os pressupostos formais relativos à identificação das partes e da sua representação legal nos casos das intervenção por entidades⁹⁴.

Do mesmo modo, cumpre ressaltar que, mesmo depois da análise dos requisitos de admissibilidade e sempre que possível, o caso ainda deve passar pela tentativa de resolução pacífica de conflitos através da Comissão, matéria que será discutida no próximo subtítulo.

Ultrapassada a análise dos pressupostos, se não se chegar a uma solução dentro do prazo fixado pelo Estatuto, a Comissão redigirá um relatório com os fatos, as conclusões e eventuais proposições/recomendações, que será encaminhado aos Estados interessados⁹⁵.

Se no prazo de 3 (três) meses a contar da remessa do relatório aos Estados interessados o assunto não houver sido solucionado ou submetido à CortelDH, a Comissão poderá formular recomendações e fixar prazos para o cumprimento, de forma que se o prazo não for respeitado a Comissão decidirá, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, se o Estado tomou ou não as medidas adequadas⁹⁶

⁹³ RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 62.

⁹⁴ Vide artigos 46 e 47 da Convenção Americana.

⁹⁵ Vide artigo 50 da Convenção Americana.

⁹⁶ Vide artigo 51 da Convenção Americana.

Assim, a CortelDH só passa a decidir sobre os casos que lhe são apresentados pela Comissão ou por um Estado-parte. Por isso, apesar da Comissão não exercer uma função essencialmente jurisdicional, as atribuições da CIDH são essenciais para o girar a engrenagem do sistema jurídico da OEA.

3.2.2 Da solução amistosa de conflitos

No que concerne a atuação da CIDH na solução amistosa de conflitos na OEA⁹⁷, as disposições à respeito desse tema estão dispersas em vários documentos, como na Carta da OEA⁹⁸, na Convenção Americana, no próprio Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá) e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR⁹⁹.

O sistema de petições individuais da OEA estabelece um procedimento cuja a finalidade é determinar a responsabilidade internacional dos Estados violadores dos Direitos Humanos. Por outro lado, o Regulamento da CIDH também prevê a possibilidade de, em qualquer etapa do exame de petição, chegar a uma solução amistosa sobre o assunto¹⁰⁰.

A solução amistosa chama atenção por ser um caminho alternativo, mais curto e menos desgastante politicamente para os Estados, na medida que evita a tramitação pela via contenciosa e os efeitos de uma solução jurisdicional. Por essa razão, a CIDH, por iniciativa própria ou das partes, pôr-se-á à disposição das partes a fim de chegar a uma solução amistosa.

O início e continuação das negociações dentro do procedimento de solução amistosa dependerão da vontade das partes, em que pese a Comissão poder dar

⁹⁷ Prevista no artigo 40 do Regulamento da CIDH, em seu artigo 1º: “Em qualquer etapa do exame de uma petição ou caso, a Comissão, por iniciativa própria ou a pedido das partes, pôr-se-á à disposição destas a fim de chegar a uma solução amistosa sobre o assunto, fundamentada no respeito aos direitos humanos estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, na Declaração Americana e em outros instrumentos aplicáveis”.

⁹⁸ A solução pacífica de controvérsias encontra-se referenciada nos arts. 2, “C”; 3, “I”; 24, 25, 26, 27, 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90 da Carta da OEA.

⁹⁹ Esse tratado foi concebido como um mecanismo de segurança coletiva para enfrentar atos de agressão, em resposta ao conceito de solidariedade continental. Para tanto, estabelece bases jurídicas para a aplicação dos procedimentos de solução pacífica de controvérsias, sem prejuízo da legítima defesa e outras medidas coletivas para a defesa comum e manutenção da paz e segurança. Cfr. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca**. Disponível em: < <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-29.html> >. Acesso em: 02 jul. 2016.

¹⁰⁰ Conforme art. 41 do Regulamento da CIDH.

por concluída a sua intervenção no procedimento se decidir que o assunto não é suscetível de solução por esta via.

De acordo com a Convenção, se se houver chegado a uma solução amistosa, a Comissão redigirá um relatório contendo uma breve exposição dos fatos e da solução alcançada, que será encaminhado ao peticionário e aos Estados Partes da Convenção, e posteriormente encaminhado ao Secretário-Geral para publicação¹⁰¹.

Todavia, antes de aprovar esse Relatório, é dever da Comissão verificar se as vítimas da presumida violação (ou seus beneficiários) expressam seu consentimento no acordo. Apenas se não for alcançada uma solução amistosa é que a Comissão dará prosseguimento à tramitação da petição ou caso com a publicação de um relatório.

Por conseguinte, diante da impossibilidade de solução amistosa, o conteúdo do referido Relatório será distinto, e a Comissão exporá os fatos e suas conclusões, podendo apontar as Recomendações que julgar adequadas¹⁰². Apenas após esse procedimento é que poderá haver remessa do caso para apreciação da CortelDH.¹⁰³

A Convenção incorporou o mecanismo de solução amistosa como parte do trâmite de petições e casos, o que conferiu à Comissão uma ampla experiência como facilitadora de acordos.

A solução amistosa dos assuntos já envolveu vários tipos de acordo, podendo versar sobre: a) Restituição de direito afetado, seja através da devolução da liberdade, derrogação de leis que violam direitos humanos, devolução de terras ou restituição de emprego; b) reabilitação médica, psicológica e social; c) medidas de satisfação da verdade, memória e justiça, que perpassam pelo reconhecimento público de responsabilidade sobre atos, busca e entrega dos restos mortais das vítimas, declarações oficiais que visam reestabelecer a honra das vítimas, aplicação de sanções judiciais e administrativas e construção de edificações e homenagens às vítimas; d) compensação econômica; e, e) medidas de não repetição¹⁰⁴.

Dessa forma, o mecanismo de solução amistosa permite gerar espaços de diálogo entre peticionários e Estados, onde eles podem alcançar acordos que

¹⁰¹ Vide art. 49 da Convenção Americana e art. 50, nº 5 do Regulamento da CIDH.

¹⁰² Cf. art. 50 da Convenção e art. 23 do Estatuto da CIDH.

¹⁰³ Cf. arts. 48 e 49 da Convenção e art. 41, nº 5 do Regulamento da CIDH.

¹⁰⁴ Para mais detalhes, ver: COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Impacto del procedimiento de solución amistosa**. Washington, D. C.: OAS, 2013. p. 18.

estabelecem medidas de reparação benéficas para as vítimas da situação denunciada, ou até mesmo em favor da coletividade.

Por outro lado, para os Estados violadores o acordo amistoso permite concluir a controvérsia e demonstrar compromisso de respeito e garantia dos Direitos Humanos, em cumprimento aos instrumentos regionais de proteção.

Em última análise, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem uma função quase jurisdicional, pois mesmo que não profira decisões judiciais (esse é o ofício da CortelDH), é CIDH que recebe, examina, admite e processa as denúncias, faz recomendações aos Estados, estimula a solução pacífica de controvérsias e, ao final, decide se apresenta ou não o caso à Corte.

3.2.3 Natureza jurídica da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e seu enquadramento na sistemática da Justiça Internacional

Quanto à natureza jurídica, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é órgão autónomo da Organização dos Estados Americanos – OEA, que tem como função basilar a promoção da observância e a defesa dos direitos humanos nas Américas, com destaque ao papel de órgão consultivo da OEA nessa matéria.¹⁰⁵

A CIDH é considerada o principal órgão da OEA. Porém, apesar de fazer parte desta organização internacional, trata-se de um órgão autónomo. Isto porque seus membros atuam com independência e imparcialidade, não representando o Estado de origem.¹⁰⁶ Por isso, a autonomia da Comissão é uma realidade porque ela opera sem que seus atos estejam sujeitos à chancela de nenhum outro órgão.

Sua autonomia também é reflexo da independência dos seus membros, que atuam desvinculados do Estado de origem. Já sua imparcialidade é garantida pela

¹⁰⁵ Vide Estatuto da CIDH e Regulamento da CIDH, pelos quais destaco o art. 1, nº 1, do Regulamento: “A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autónomo da Organização dos Estados Americanos que tem como função principal promover a observância e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria”. (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Aprovado pela Comissão em seu 137º período ordinário de sessões, realizado de 28 de outubro a 13 de novembro de 2009; e modificado em 02 de setembro de 2011 e em seu 147º período de sessões, celebrado de 08 a 22 de março de 2013 para sua entrada em vigor em 01 de agosto de 2013. Disponível em: < <https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/RegulamentoCIDH2013.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2016.).

¹⁰⁶ RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p 62.

impossibilidade de os membros exercerem atividades incompatíveis com a função
107 .

Portanto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autônomo, independente e imparcial, incumbido da promoção e da averiguação do respeito e a garantia destes direitos fundamentais.

Feitos os apontamentos necessários a fim de caracterizar e localizar o Órgão na estrutura da organização a qual pertencente, cumpre agora enquadrá-lo na sistemática da Justiça Internacional.

O Direito Internacional é o conjunto de normas e princípios, positivados ou costumeiros, que representam direitos e deveres aplicáveis no âmbito internacional.¹⁰⁸ Ou seja, é o conjunto de normas que regula as relações externas dos sujeitos que compõem a sociedade internacional.¹⁰⁹

A Justiça Internacional, por sua vez, engloba as mais diversas formas de resolução de controvérsias¹¹⁰, dentre as quais: a) O conjunto de meios de resolução pacífica de diferendos internacionais relativos à interpretação e/ou aplicação das fontes do Direito Internacional¹¹¹, que constituem meios de garantia do próprio Direito Internacional; b) a arbitragem internacional; e c) os próprios meios jurisdicionais permanentes.¹¹²

Nesse contexto, a arbitragem internacional e os meios jurisdicionais permanentes necessariamente conduzem a uma decisão obrigatória para as partes envolvidas na controvérsia. Enquanto isso, os meios não jurisdicionais de resolução de diferendos, ou seja, aqueles que não conduzem as partes a uma decisão obrigatória, estão presentes tanto no quadro interestadual¹¹³, quanto dentro das organizações internacionais universais ou regionais, de fins gerais ou específicos.

¹⁰⁷ Estatuto da CIDH, Artigo 8, nº1: “A condição de membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos é incompatível com o exercício de atividades que possam afetar sua independência e sua imparcialidade, ou a dignidade ou o prestígio do cargo na Comissão. Ver também art. 4, nº 1 do Regulamento da CIDH”.

¹⁰⁸ BREGALDA, Gustavo. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 3.

¹⁰⁹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Público**. v. 2. 8. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1986. p. 44

¹¹⁰ Cf. art. 33.º, n.º 1, da CONU e art. 25 da Carta da OEA para o rol não exaustivo de meios pacíficos de solução de controvérsias.

¹¹¹ Pelos quais destaco a negociação, inquérito, mediação e conciliação internacionais.

¹¹² MESQUITA, Maria José Rangel de. **Justiça Internacional: Lições**. Parte 1. Lisboa: AAFDL, 2010. p. 89.

¹¹³ No quadro interestadual, os meios não jurisdicionais são identificados na intervenção de terceiros (nomeadamente os bons ofícios, mediação, inquérito internacional, e conciliação internacional), ou

Em síntese, é do domínio da Justiça Internacional tudo que diz respeito às formas de solução pacíficas de controvérsias existentes na sociedade internacional e com relevância para o Direito Internacional. A esse conceito abrangente, que engloba, além dos meios jurisdicionais permanentes, a arbitragem e os demais meios diplomáticos, é dado o nome de Justiça Internacional *lato sensu*.¹¹⁴

Em contrapartida, entende-se por Justiça Internacional *stricto sensu* o conjunto de meios jurisdicionais permanentes de resolução de diferendos internacionais. A esse grupo pertencem tanto os órgãos jurisdicionais de organizações internacionais quanto as instituições jurisdicionais internacionais, todos com caráter permanente.¹¹⁵

Ora, é possível afirmar, segundo a delimitação conceitual empregada por Maria José Rangel de Mesquita, que sem sombra de dúvidas a CortelDH compõe a Justiça Internacional *stricto sensu*, por ser um órgão jurisdicional permanente vinculado à OEA.

Por sua vez, a CIDH está inserida no universo da Justiça Internacional *lato sensu*. Isto porque, dada a natureza jurídica da Comissão (órgão autônomo de uma organização internacional), assim como suas atribuições gerais (promoção e defesa dos direitos humanos), que não são essencialmente jurisdicionais, infere-se que a CIDH não faz parte do limitado grupo da Justiça Internacional *stricto sensu*, na qual fazem parte apenas as instituições jurisdicionais internacionais ou os órgãos jurisdicionais de organizações internacionais.

Assim, melhor juízo se faz ao localizar a CIDH como parte integrante do conjunto de meios de resolução pacífica de diferendos internacionais relativos à interpretação e/ou aplicação das fontes do Direito Internacional, que constituem meios de garantia do próprio Direito Internacional.

sem intervenção de terceiros (através da negociação diplomática). Cfr. MESQUITA, Maria José Rangel de. *Justiça Internacional: Lições*. Parte 1. Lisboa: AAFDL, 2010. p. 71.

¹¹⁴ MESQUITA, Maria José Rangel de. **Justiça Internacional**: Lições. Parte 1. Lisboa: AAFDL, 2010. p. 89.

¹¹⁵ MESQUITA, Maria José Rangel de. **Justiça Internacional**: Lições. Parte 1. Lisboa: AAFDL, 2010. p. 89-90.

Portanto, a CIDH, enquanto órgão da OEA, desempenha papel fundamental dentro da Justiça Internacional *lato sensu*, seja quando promove a resolução pacífica de diferendos através dos procedimentos de solução amistosa existentes, seja quando da apresentação de casos à Corte Interamericana, ou mesmo através das recomendações e relatórios que visam a promoção e defesa dos direitos humanos como forma de garantia do cumprimento das normas do Direito Internacional.

Feitas as observações necessárias sobre atividade da Comissão Interamericana, cabe agora promover as informações pertinentes acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

3.3 A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A ideia de criar uma corte para proteger os direitos humano nas Américas surgiu na Nona Conferência Internacional Americana, em Bogotá no ano de 1948. Nessa oportunidade foi aprovada a Resolução XXXI, considerando que a proteção desses direitos deve ser garantida por um órgão jurisdicional já que não há direito devidamente garantido sem o amparo de um tribunal competente.

Com o advento da Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, aprovado em 1969 e com previsão para entrada em vigor em 1978, também foi criada a Corte Interamericana de Direitos Humanos, doravante CorteIDH.

O Estatuto da Corte foi aprovado em 1979 pela Assembleia Geral da OEA, através da Resolução AG/RES. 448, que definiu a Corte Interamericana como “uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos”¹¹⁶.

O acesso à tutela dos direitos humanos está previsto na Parte II da Convenção Americana, denominado de Meios de Proteção, que aponta a CIDH e a CorteIDH como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Partes deste Tratado¹¹⁷.

¹¹⁶ Vide artigo 1 do Estatuto da Corte Interamericana.

¹¹⁷ Vide artigo 33 da Convenção Americana.

A CortelDH é composta por 7 (sete) juízes, nacionais dos Estados membros da OEA, eleitos a título pessoal dentre os juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício da função de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do estado que os propuser como candidatos¹¹⁸.

Esses juízes são escolhidos para um mandato de 6 (seis) anos, admitida uma única recondução, a partir de uma lista tríplice indicada por cada Estado Parte da Convenção, que são eleitos através de votação secreta na Assembleia Geral pelo voto da maioria absoluta desses Estados¹¹⁹.

A CortelDH tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições da Convenção Americana que lhe seja submetido¹²⁰, desde que sejam submetidos pelos Estados Partes da Convenção ou pela Comissão Interamericana.

Caso determinado Estado não seja signatário da Convenção, mas deseje submeter um caso perante a CortelDH, deve ao menos declarar que reconhece a competência da Corte por determinado tempo ou para um caso específico. Entretanto, este Estado sempre estará sujeito a condições de reciprocidade.

Ainda no âmbito da função jurisdicional, vale lembrar que antes de um caso chegar à apreciação da CortelDH, este já passou por todo crivo da Comissão. Ou seja, a comissão já examinou os pressupostos de admissibilidade e já elaborou o relatório contendo a descrição dos fatos, proposições, recomendações e conclusões para que a Corte possa intervir em relação à petição ou comunicação apresentada¹²¹.

Além da função jurisdicional, a CortelDH também possui uma função consultiva. Tal função tem com base no artigo 64 da Convenção Americana, que prevê a possibilidade de qualquer Estado membro da OEA consultar CortelDH sobre a interpretação da Convenção ou outros tratados que guardem relação com os direitos humanos dentro desta organização. Mediante solicitação dos Estados membros, a CortelDH ainda poderá emitir opinião sobre a compatibilidade entre as normas de direito interno e as normas que envolvam os direitos humanos garantidos dentro da OEA.

¹¹⁸ Vide artigo 52 da Convenção Americana.

¹¹⁹ Vide artigos 53 e 54 da Convenção Americana.

¹²⁰ Vide artigo 61 da Convenção Americana.

¹²¹ Vide artigos 48 a 50 da Convenção Americana.

Até recentemente, a CortelDH já julgou 375 casos¹²² e emitiu 26 opiniões consultivas¹²³.

Quanto à participação do indivíduo no sistema interamericano, observa-se uma evolução histórica na sua participação dentro da OEA. Isto porque, o primeiro Regulamento da Corte Interamericana, de 1980, foi inspirado no regulamento então vigente do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que por sua vez foi baseado no Regulamento da Corte Internacional de Justiça – CIJ.

Contudo, em 1997, quando entrou em vigor o terceiro Regulamento da CortelDH, passou a ser concedido o direito de apresentação de argumentos e provas durante a fase de reparações pelos representantes das vítimas e seus familiares¹²⁴. Em grau de progressão, o quarto Regulamento da Corte do ano de 2000 passou a permitir que as supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes legais devidamente credenciados pudessem participar diretamente de todas as etapas dos processos levados a apreciação da CortelDH.

Nessa medida, a evolução da participação do indivíduo no processo judicial levado à Corte é corolário do princípio do acesso à justiça e representa mais uma garantia observada dentro da OEA.

Feitos os apontamentos necessários para compreensão do funcionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, insta fazer uma breve introdução acerca da consagração do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano, para só então passar a analisar alguns casos sujeitos ao procedimento desse sistema regional e que envolvem a proteção do meio ambiente.

3.4 O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SADIO NO SISTEMA INTERAMERICANO

A positivação do direito ao meio ambiente sadio no Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos se deu através do artigo 11 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de

¹²² Dados disponibilizados pela CortelDH, com todos os julgados acessíveis em: http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=en Acesso em 8 mai. 2019.

¹²³ Dados disponibilizados pela própria CortelDH com todas as opiniões consultivas acessíveis em: http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_opiniones_consultivas.cfm?lang=es Acesso em 8 mai. 2019.

¹²⁴ Alteração trazida pelo artigo 23 do Regulamento da Corte Interamericana de 1996.

Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 17 de novembro de 1988, o chamado Protocolo de San Salvador.

O referido Protocolo versa, em seu artigo 11 (1), que “toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e a contar com os serviços públicos básicos” ¹²⁵. Aqui já é possível inferir a interligação entre o direito à vida e o direito ao meio ambiente sadio, que remete à indivisibilidade desses direitos, característica típica dos direitos do homem. Este raciocínio é a base para o entendimento da proteção reflexa do direito ao meio ambiente sadio ¹²⁶.

Também afirma no §2º do mesmo dispositivo que “os Estados partes promoverão a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente” ¹²⁷, o que demonstra uma preocupação não só com a proteção, mas também com a promoção do direito ao meio ambiente sadio por parte dos Estados.

Com efeito, foi através do Protocolo de San Salvador que o direito ao meio ambiente sadio foi acoplado ao rol de direitos econômicos, sociais e culturais. O dispositivo referido tem especial relevância para o Continente Americano, por ter sido o primeiro do mundo a proteger o direito ao meio ambiente sadio no âmbito regional ¹²⁸, de forma expressa e vinculativa ¹²⁹.

Em contrapartida, e com a devida licença da doutrina constitucionalista, os direitos elencados no Protocolo parecem estar melhor associados à corrente dos *direitos pragmáticos* ¹³⁰, constituindo-se na sua maior parte por diretrizes ao poder público. De toda sorte o reconhecimento desses direitos no Protocolo de San Salvador faz surgir, para os Estados parte, a obrigação de oferecer os serviços públicos básicos de forma eficiente, com inclusão de todos aqueles necessários para

¹²⁵ Vide artigo 11 do Protocolo de San Salvador.

¹²⁶ A proteção reflexa ou por ricochete será matéria do próximo capítulo.

¹²⁷ Vide artigo 11 do Protocolo de San Salvador.

¹²⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4.ed. São Paulo: RT, 2010, p. 1098.

¹²⁹ D'ÁVILA, Caroline Dimuro Bender. A proteção reflexa do meio ambiente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Instituto Interamericano de Direitos Humanos**, São José, n.1, jan./jun. p.11-38, 1985. Disponível em: <<https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/1117/revista-iidh-60.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018. p. 21.

¹³⁰ Para Pontes de Miranda as normas pragmáticas são “aquelas em que o legislador, constituinte ou não, em vez de editar regra jurídica de aplicação concreta, apenas traça linhas diretoras, pelas quais se hão de orientar os poderes públicos. A legislação, execução e a própria justiça ficam sujeitas a esses ditames, que são programas dados à sua função.” PONTES DE MIRANDA. Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969. São Paulo: Revista dos Tribunais, tomo 1, 1969, pp. 126-127. Cfr. Também D'ÁVILA, Caroline Dimuro Bender. A proteção reflexa do meio ambiente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Instituto Interamericano de Direitos Humanos**, São José, n.1, jan./jun. p.11-38, 1985. Disponível em: <<https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/1117/revista-iidh-60.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018. p. 22.

uma vida digna e de qualidade¹³¹. Afinal, só assim o direito ao meio ambiente sadio poderia ser garantido.

Portanto, a consagração do direito ao meio ambiente sadio também abriu portas para uma interpretação mais ampla do direito à vida, que passa a abranger também outros aspectos sem os quais a vida digna não seria possível, como o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para o gozo e fruição da vida sadia.

Não obstante o Protocolo de San Salvador ter finalmente reconhecido esse direito, vale salientar que este instrumento normativo não reconheceu a possibilidade de o indivíduo exigí-lo diretamente mediante a apresentação de petições individuais. Isto porque apenas os direitos sindicais e o direito à educação podem ser pleiteados através de petições individuais¹³². Por conseguinte, os demais direitos elencados no Protocolo, como é o caso do direito ao meio ambiente sadio, supostamente só podem ser levados à CortelDH se estiverem necessariamente vinculados ao direito à organização sindical ou ao direito à educação.

Contudo, isso não quer dizer que violações do direito ao meio ambiente sadio e aos demais direitos econômicos sociais e culturais estão completamente desamparados por não poderem ser eventualmente levados à CortelDH. Isto porque, caso os direitos à organização sindical ou à educação não estejam acompanhados de uma violação ao meio ambiente sadio – e nessa hipótese o caso poderia ser levado à Corte através das petições individuais – ainda subsistiriam as garantias previstas na Convenção e/ou na própria Declaração¹³³. Além disso, os demais dispositivos do Protocolo podem ser utilizados como normas de interpretação relativas ao cumprimento da Convenção Americana, o que abre portas para interpretações favoráveis ao meio ambiente.

Por fim, se fosse estabelecida uma relação entre o reconhecimento do direito ao meio ambiente no sistema global e no interamericano, seria que a Declaração de Estocolmo está para o Sistema Global, assim como o Protocolo de San Salvador está para o Sistema Interamericano. Entretanto, enquanto a Declaração de

¹³¹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4.ed. São Paulo: RT, 2010, pp. 1098.

¹³² Vide Artigo 19 (6) do Protocolo de San Salvador: “Apenas os direitos estabelecidos na alínea “a” do artigo 8 (direitos sindicais) e no artigo 13 (direito à educação) podem ser pleiteados através de petições individuais.”

¹³³ MAZZUOLI, Valério de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Direito Internacional do Ambiente e o Greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 9, nº 1, p. 199-242, jan.-jun. 2013. p. 211.

Estocolmo reconheceu o direito ao meio ambiente no bojo do Princípio 1 e de forma não vinculativa, dada a natureza da norma jurídica, o Protocolo de San Salvador reconheceu esse direito no artigo 11 de forma expressa e vinculativa aos Estados que a ratificarem.

Dito isto, cabe agora analisar de que forma se desenvolveu a proteção do meio ambiente no Sistema Interamericano a partir da observação do fenômeno denominado “*Greening* da Convenção Americana”, acompanhado da demonstração das técnicas hermenêuticas aplicadas no sistema da OEA em alguns casos concretos para ilustrar a prática da Corte e da Comissão Interamericanas.

4 O GREENING DA CONVENÇÃO AMERICANA E AS TÉCNICAS HERMENÊUTICAS PROTETIVAS DO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO

4.1 DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELA VIA REFLEXA OU POR RICOCHETE

A Convenção Americana de 1969 (*Pacto de San José da Costa Rica*) não comporta em seu texto qualquer menção a direitos de ordem ambiental. Mesmo assim, na prática, tanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto a Corte têm demonstrado que é no sistema da OEA é possível proteger o meio ambiente.

Nesse sentido ensinam Valério Mazzuoli e Gustavo Teixeira¹³⁴:

“Em que pese a Convenção Americana de 1969 também conhecida por *Pacto de San José da Costa Rica*) – assim como a Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950 – não possuir em seu texto qualquer direito de cunho ambiental, o certo é que a prática tanto da Comissão quanto da Corte Interamericana de Direitos Humanos tem demonstrado que no plano do sistema regional interamericano é possível amparar (proteger, garantir etc.) temas ligados ao meio ambiente, cuja influência é exemplificada por um fenômeno chamado *greening* (ou “esverdeamento”) do direito internacional. Para tanto, faz-se necessário desenvolver estratégias e técnicas capazes de vincular temas ambientais aos dispositivos da Convenção Americana, como os relacionados às garantias judiciais, à liberdade de expressão, ao direito de propriedade, entre outros.”

Na mesma linha, também leciona Flávia Piovesan¹³⁵:

“A Corte Interamericana, por meio de uma interpretação dinâmica e evolutiva, inspirada na indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, tem permitido avanços na proteção dos direitos sociais. Tem desenvolvido seu próprio *framework* para a proteção desses direitos, ao consagrar a dimensão positiva do direito à vida, o princípio da progressividade dos direitos sociais (em especial para a proteção de grupos socialmente vulneráveis) e a proteção indireta de direitos sociais.”

Assim, ao fenômeno observado relativo à proteção do meio ambiente no Sistema Interamericano pela via reflexa ou por ricochete – já que a CorteIDH é um

¹³⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Direito Internacional do Ambiente e o Greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 9, nº 1, p. 199-242, jan.-jun. 2013.

¹³⁵ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, p. 321, 2014. e-book.

tribunal específico para tratar sobre direitos humanos – é dado o nome de *greening* ou “esverdeamento” da Convenção Americana.

Tal como esse mecanismo é desenvolvido pela Corte Interamericana, também é exercido pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e pelo Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos. Nessa linha, vale dizer que o Sistema Global e os regionais (europeu e interamericano e africano, em especial) possuem exemplos de interpretação ampliativa dos direitos civis e políticos, com o intuito de extrair direitos sociais ou ainda deveres de prestação e realização de políticas públicas¹³⁶.

Com isso, percebe-se que os órgãos judiciais ou quase judiciais de direitos humanos, aqui incluídas as Comissões e as Cortes dos sistemas de proteção, não esperaram os Estados reformarem amplamente os mecanismos internacionais. Pelo contrário, essa proteção baseada no dever geral de assegurar os direitos multifacetados. Assim, a interpretação ampliativa dos direitos sociais tem suprido de forma constante as demandas relacionadas aos direitos relacionados ao meio ambiente, mesmo que pela via dos sistemas de proteção dos direitos humanos.

¹³⁶ Sobre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: “Também a Corte Europeia tem desenvolvido seu próprio framework para a proteção de direitos sociais, por via indireta, como obrigações positivas decorrentes de direitos civis, notadamente do direito à vida privada e familiar, em conformidade com o artigo 8º da Convenção, que estabelece o direito ao respeito à vida privada e familiar. Inspirada no ideário liberal individualista e com fundamento no direito ao respeito à vida privada e familiar, a Corte Europeia tem fomentado uma jurisprudência protetiva dos direitos sociais, baseada na interpretação de que o artigo 8º da Convenção demanda dos Estados não apenas clássicas medidas negativas — no sentido de obstar a ingerência estatal indevida em abuso à esfera da privacidade e vida familiar —, mas também medidas positivas — no sentido de instar a proteção do direito à saúde, ao bem-estar, ao meio ambiente e à moradia, em nome do direito ao respeito à vida privada e familiar. A proteção dos direitos sociais desenvolve-se, assim, de forma indireta e reflexa, tendo como argumento central a proteção dos direitos civis à privacidade e à vida familiar.” Cf. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, p. 321-322, 2014. e-book. Para ilustrar como o meio ambiente pode ser protegido através da proteção dos direitos humanos, em especial o direito à vida, destaca-se o Caso Oneryildiz v. Turquia, que formou jurisprudência no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem a partir da análise de vinculação entre o direito à vida e os riscos ambientais. Nesse caso emblemático, membros de uma família morreram após um deslizamento de terras fruto das chuvas, erosão do solo e ocupação irregular de encostas. Em sua decisão, o Tribunal Europeu decidiu que o Estado havia violado seus deveres de proteção à vida, uma vez que não havia realizado obras ambientais preventivas, tampouco havia alertado a população local dos riscos de deslizamento de terra. RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 97. Sobre a proteção reflexa do meio ambiente desenvolvida no âmbito da Convenção Europeia, salienta ainda Carla Amado Gomes que a doutrina considera que o ambiente é protegido “por ricochete”. Porém ressalta que “essa tutela reflexa acaba por resultar numa proteção amputada do bem jurídico ambiente (quando é, na verdade, de ambiente que se trata) na sua expressão mais pura, uma vez que não dispensa a lesão de um bem jurídico pessoal como fundamento de acesso a juízo.” GOMES, Carla Amado. Apontamentos sobre a proteção do ambiente na jurisprudência internacional. In: _____. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 407.

No que tange ao do Sistema Interamericano, o resultado dessa interpretação ampliativa é a formação de um sistema de proteção multinível dos direitos humanos, com capacidade de amparar os direitos sociais em diferentes âmbitos, quais sejam: local (nos casos das repúblicas federativas), nacional, regional e até mesmo global, inclusive contemplando a defesa dos valores ambientais.

Nessa perspectiva, essa interpretação exige que Estados que estejam atentos, ao mesmo tempo, às normas internas e as internacionais, com vistas a atender aos parâmetros mínimos de proteção dos titulares desses direitos, promovendo a integração e o diálogo jurisdicional entre os tribunais.

Assim, o *greening* no Sistema Interamericano permite a formação de uma identidade de valores humanos encontrados nas Constituições e nas normas supranacionais derivadas da vontade dos Estados signatários da Convenção Americana e do Protocolo de *San Salvador*, de certo modo suprimindo a falta de um dispositivo de aplicabilidade imediata que garanta a proteção do meio ambiente.

Sobre a técnica da proteção ambiental pela via reflexa, salienta-se que esta se mostra eficaz na medida que a concepção de que o meio ambiente, por si só, já configura um direito a ser protegido tem se revelado insuficiente no cenário internacional, especialmente porque os direitos de solidariedade são abrangidos por um sistema de monitoramento frágil quando comparado à proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Assim, para evitar que a proteção do meio ambiente seja esquecida, já que não há uma jurisdição ambiental específica, é utilizada a abordagem referida – a proteção por ricochete – que se traduz no esverdeamento dos mecanismos já existentes de proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais já praticados.

O esverdeamento pode ser melhor entendido a partir da distinção das duas dimensões (individual e coletiva) do direito ao meio ambiente. Nessa linha, são extremamente pedagógicas as palavras de Valério Mazzuoli e Gustavo Teixeira¹³⁷:

(...) No âmbito individual, a garantia ao meio ambiente sadio se faz presente nas relações verticais e horizontais. Por obrigatoriedade de garantias ambientais nas relações verticais devemos entender aquelas que envolvem o Estado e os indivíduos. Assim, a relação vertical envolve o convívio de um

¹³⁷ MAZZUOLI, Valério de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Direito Internacional do Ambiente e o Greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 9, nº 1, p. 199-242, jan.-jun. 2013.

indivíduo ou grupos de indivíduos com instrumentos legais estatais voltados à proteção de recursos naturais e à garantia de direitos civis e políticos como o acesso à informação e a participação na gestão de bens ambientais.

No âmbito horizontal, a proteção ao meio ambiente surge da aplicação do *Drittwirkung* ou *third party effect*. O *Drittwirkung* implica a eficácia dos direitos fundamentais não só na relação entre indivíduos e Estado, mas também no âmbito das relações entre particulares. O “esverdeamento” dos direitos civis e políticos resultaria, portanto, em um *Drittwirkung* ambiental, (...) capaz de impor nas relações entre particulares de cunho contratual, trabalhista ou civilista a observância de normas que garantam às partes envolvidas o direito fundamental de estarem em contato com um ambiente sadio.

Na dimensão coletiva da proteção ambiental, o meio ambiente humano transforma-se em bem comum, resultado do esverdeamento dos direitos econômicos, sociais e culturais. Tal dimensão tem implicado a tendência de se proteger grupos e coletividades em estado de vulnerabilidade decorrente da degradação ambiental.”

Com efeito, como o Sistema Interamericano está voltado para observar a atuação dos Estados da OEA, naturalmente haverá proteção do meio ambiente nas dimensões individual-vertical e coletiva, em que os Estados devem garantir o meio ambiente sadio a indivíduos ou grupo de indivíduos através de um sistema jurídico capaz, além de zelar pelos grupos especialmente vulneráveis tendo em conta o meio ambiente como um bem comum.

Nesse passo, é de todo oportuno sublinhar que o esverdeamento é influenciado pelo próprio artigo 11 do Protocolo de San Salvador – pelos meios já referidos no item 3.4 – que inseriu o direito ao meio ambiente sadio no rol de direitos¹³⁸ da Convenção Americana a serem garantidos pelos Estados, como já observado nesta pesquisa.

Apesar da viabilidade de proteger o direito ao meio ambiente sadio através da associação, sobretudo, aos direitos sociais – isto face à indivisibilidade dos direitos humanos, que permite o relacionar com os direitos à vida, saúde, educação, etc. – no sistema interamericano os casos da temática ambiental são majoritariamente relacionados às violações de direitos dos povos indígenas, quilombolas e de comunidades campesinas¹³⁹.

¹³⁸ O Protocolo de *San Salvador* também adicionou uma série de direitos sociais à Convenção Americana (v.g. direitos ao trabalho, à organização sindical, à alimentação, à educação, ao acesso à cultura, proteção da família, da criança, dos idosos e dos deficientes).

¹³⁹ Tal fenômeno é explicado pelo aumento das demandas do poder econômico vigente por recursos naturais das grandes florestas e de áreas habitadas pelos povos tradicionais das Américas. Para saber mais, ver: GARFIELD, Seth. A nationalist environment: indians, nature and the construction of the Xingu National Park in Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 1, p. 139-167, 2004.

Por isso, para uma melhor compressão acerca da interpretação ampliativa e da proteção por ricochete, inicialmente buscar-se-á identificar e analisar as jurisprudências que retratam o fenômeno do *greening* no sistema Interamericano, para em seguida identificar casos em que o direito ao meio ambiente também poderia ser utilizado como fundamento para as decisões da Corte Interamericana.

4.2 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Sobre a proteção do meio ambiente através do direito das comunidades indígenas, tal tendência é confirmada pelo Relatório da Secretaria-Geral do Conselho Permanente da OEA sobre o cumprimento da Direitos Humanos e Meio Ambiente, de 4 de abril de 2002¹⁴⁰, que citou os dois primeiros casos que relacionaram esses direitos no Sistema Interamericano. Contudo, outros casos foram objetos de julgamento perante a Corte Interamericana.

Emblemático foi o caso ocorrido na Guatemala que envolve os direitos de Bákama Velásquez. O desaparecimento deste indígena Maya trouxe a reflexão sobre as implicações que existem quanto à sepultura digna, principalmente em culturas específicas que valorizam a morte (em relação direta com a vida) de uma forma diversa da observada na nossa cultura ocidental de base eurocêntrica. Acerca desse caso, veja-se o voto de Cançado Trindade:

“El género humano, o sea, la unidad del género humano, debe, pues, en mi entender, ser mejor apreciada en su dimensión esencialmente temporal (y no estática), abarcando del mismo modo también las generaciones futuras

¹⁴⁰ Esse Relatório destaca como exemplos de proteção do ambiente pela via reflexa o Caso Yanomami x Brasil (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolução n. 12/85**, Caso n. 7615 (Brasil), 5 de março de 1985, constante do Relatório Anual da CIDH 1984-85, OE A/Ser. L/ V/II. 66, doc. 10 rev. 1, 1 outubro, 1985, 24-31) e o caso da Comunidade Indígena Awas Tingni Mayagna (Sumo) x Nicarágua (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito**. Caso Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni v. Nicarágua. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C n. 79.) como os primeiros casos de temática ambiental analisados pela Comissão e Corte Interamericanas, respectivamente. No âmbito da atividade da Comissão Interamericana, a Resolução n. 12/85 relacionou os impactos da construção de uma rodovia em território amazônico habitado pela etnia Yanomami à violação dos direitos de residência, à vida, à saúde, à liberdade, e à segurança do grupo, ressaltando ainda que outros grupos especialmente vulneráveis em mesma situação também poderiam recorrer ao Sistema Interamericano para buscar proteção. Cf. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório da Secretaria-Geral do Conselho Permanente da OEA sobre o cumprimento da Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Aprovado pela resolução AG/RES..1819 (XXXI-O/01) de 4 de abril de 2002.

(que comienzan a atraer la atención de la doctrina contemporánea del derecho internacional). Nadie osaría negar el deber que tenemos, los seres vivos, de contribuir a construir un mundo en que las generaciones futuras se vean libres de las violaciones de los derechos humanos que victimaron sus predecesores (la garantía de no-repetición de violaciones pasadas). La solidaridad humana se manifiesta en una dimensión no sólo espacial - es decir, en el espacio compartido por todos los pueblos del mundo, - sino también en una dimensión temporal - es decir, entre las generaciones que se suceden en el tiempo, tomando el pasado, presente y futuro en conjunto. Es la noción de solidaridad humana, entendida en esta amplia dimensión, y jamás la de soberanía estatal, que se encuentra en la base de todo el pensamiento contemporáneo sobre los derechos inherentes al ser humano. De ahí la importancia de las culturas, - como vínculo entre cada ser humano y la comunidad en que vive (el mundo exterior), - en su atención unánime al respeto debido a los muertos. En medios sociales fuertemente impregnados de una visión comunitaria, - como lo son los africanos, por ejemplo, - prevalece un sentimiento de armonía entre los vivos y los muertos, entre el ambiente natural y los espíritus que lo animan. Las manifestaciones culturales deben encontrar expresión en el mundo del Derecho. No se trata, en absoluto, de un "relativismo cultural", sino más bien del reconocimiento de la relevancia de la identidad y diversidad culturales para la efectividad de las normas jurídicas."¹⁴¹

Numa ótica temporal, é facilmente observável que o julgado, em especial o citado voto, se preocupa com as gerações futuras e o direito de dar continuidade à cultura de cuidado com os restos mortais, sendo dever do Estado tutelar juridicamente esse aspecto – a garantia de não-repetição de violações passadas, expressamente aduzida no voto em análise.

Outro importante ponto é a solidariedade e empatia, notados na ideia de um multiculturalismo, em que cada um dos específicos modos de entender a vida – como as manifestações culturais diversas – tenham espaço.

¹⁴¹ Em tradução livre: “A raça humana, isto é, a unidade da raça humana, deve, portanto, em meu entendimento, ser melhor apreciada em sua dimensão essencialmente temporal (e não estática), abrangendo também as futuras gerações (que começam a atrair a atenção da doutrina contemporânea do direito internacional). Ninguém se atreveria a negar o dever que temos, seres vivos, de contribuir para a construção de um mundo no qual as futuras gerações estejam livres das violações de direitos humanos que seus predecessores vitimaram (a garantia de não repetição de violações passadas). A solidariedade humana se manifesta não apenas em uma dimensão espacial - isto é, no espaço compartilhado por todos os povos do mundo - mas também em uma dimensão temporal - isto é, entre as gerações que se sucedem no tempo, o passado, presente e futuro juntos. É a noção de solidariedade humana, entendida nessa dimensão ampla, e nunca a da soberania do Estado, que está na base de todo pensamento contemporâneo sobre os direitos inerentes aos seres humanos. Daí a importância das culturas - como elo de ligação entre cada ser humano e a comunidade em que vive (o mundo exterior) - em sua unânime atenção ao respeito devido aos mortos. Nos meios sociais fortemente impregnados de visão comunitária, como os africanos, por exemplo, prevalece um sentimento de harmonia entre os vivos e os mortos, entre o ambiente natural e os espíritos que o animam. As manifestações culturais devem encontrar expressão no mundo do Direito. Não é, de modo algum, um "relativismo cultural", mas sim o reconhecimento da relevância da identidade e diversidade culturais para a eficácia das normas legais”. (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito**. Caso Bácamá Velasquez vs. Guatemala. São José, 25 nov. 2000. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_70_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.).

Ainda dois casos paradigmáticos quanto aos direitos de comunidades indígenas merecem ser citados: Comunidade Moiwana vs. Suriname; e Comunidade indígena Yakye Axa vs. Paraguai. Esses dois casos estão relacionados à ineficácia ou inexistência de mecanismos internos nos Estados para garantir o reconhecimento do direito de pleitear juridicamente pela propriedade das terras tradicionais que se consubstancia em forma de privação dessas comunidades do contato com a terra e seus recursos naturais.

No primeiro, houve massacre, por parte das forças armadas do Suriname, da Comunidade N'djuka Maroon de Moiwana. Homens e mulheres, e também muitas crianças, foram assassinados em massa. Os sobreviventes tiveram que fugir e se isolaram em pequenos pedaços de terra pelo país, distantes de seu solo natal e com sua cultura – especialmente o estilo de vida – obviamente comprometidas.

Para além da sanção ao Estado do Suriname, a decisão aduz que é consciente das necessidades típicas da comunidade, que deve ser respeitada, em todas as suas crenças. Assim:

“La Corte está consciente de que los miembros de la comunidad no desean regresar a sus tierras tradicionales hasta que: 1) el territorio sea “purificado” de acuerdo con los rituales culturales; y 2) ya no tengan temor de que se presenten nuevas hostilidades en contra de la comunidad. Ninguna de estas dos condiciones se presentarán sin que haya una investigación y proceso judicial efectivos, que tengan como resultado el esclarecimiento de los hechos y la sanción de los responsables. Mientras se realizan estos procesos, hasta su culminación, sólo los miembros de la comunidad pueden decidir cuándo sería apropiado el regreso a la aldea de Moiwana. Cuando los miembros de la comunidad estén satisfechos de que se ha hecho lo necesario para que puedan regresar, el Estado deberá garantizar la seguridad de aquéllos. A tales efectos, cuando los miembros de la comunidad regresen a dicha aldea, el Estado deberá enviar representantes oficiales cada mes a la aldea de Moiwana durante el primer año, para realizar consultas con los residentes de Moiwana. Si durante esas reuniones mensuales los miembros de la comunidad expresan preocupación en relación con su seguridad, el Estado debe adoptar las medidas necesarias para garantizarla, las cuales serán diseñadas en consulta estricta con los destinatarios de las medidas.”¹⁴²

¹⁴² Em tradução livre: “A Corte está ciente de que os membros da comunidade não desejam retornar às suas terras tradicionais até que: 1) o território seja “purificado” de acordo com os rituais culturais; e 2) não mais temam que novas hostilidades ocorram contra a comunidade. Nenhuma dessas duas condições será apresentada sem uma investigação e um processo judicial eficazes, o que resultará no esclarecimento dos fatos e na punição dos responsáveis. Enquanto estes processos estão sendo realizados, e até a sua conclusão, somente os membros da comunidade podem decidir quando seria apropriado retornar à Moiwana. Quando os membros da comunidade estiverem convencidos de que fizeram o que é necessário para que retornem, o Estado deverá garantir sua segurança. Para esse fim, quando os membros da comunidade retornam a essa aldeia, o Estado deve enviar representantes oficiais a cada mês para a aldeia de Moiwana durante o primeiro ano, para consultar os moradores de Moiwana. Se durante essas reuniões mensais os membros da comunidade

Por si só, os ritos culturalmente tradicionais das comunidades indígenas já são mais atrelados à preservação do ambiente, em íntima ligação com a ideia de um ser humano inserto num sistema, em vista não apenas dos cuidados que essas comunidades têm em relação à fauna e a flora que os cercam, mas também por serem alheios a todo o processo de consumo desenfreado.

É dizer que a preocupação com a continuidade das comunidades indígenas não diz respeito apenas à continuidade da espécie humana singularmente considerada, mas resvala, quase que automaticamente, numa preocupação ambiental.

Entretanto, há ainda a questão da propriedade. Assim, veja-se:

“Sin embargo, esta Corte ha sostenido que, en el caso de comunidades indígenas que han ocupado sus tierras ancestrales de acuerdo con sus prácticas consuetudinarias – pero que carecen de un título formal de propiedad – la posesión de la tierra debería bastar para que obtengan el reconocimiento oficial de dicha propiedad y el consiguiente registro. La Corte llegó a esa conclusión considerando los lazos únicos y duraderos que unen a las comunidades indígenas con su territorio ancestral. La estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe de ser reconocida y comprendida como la base fundamental de sus culturas, su vida espiritual, su integridad y su supervivencia económica⁷². Para tales pueblos, su nexo comunal con el territorio ancestral no es meramente una cuestión de posesión y producción, sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras.”¹⁴³

expressarem preocupação em relação à segurança da comunidade, o Estado deve adotar as medidas necessárias para garanti-la, as quais serão elaboradas em estrita consulta aos destinatários das medidas”. (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação e custas**. Caso da Comunidade Moiwana vs. Suriname. São José, 15 jun. 2005. Disponível em: < http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019. p. 86.).

¹⁴³ Em tradução livre: “No entanto, este Tribunal considerou que, no caso de comunidades indígenas que tenham ocupado suas terras ancestrais de acordo com suas práticas costumeiras – mas sem um título de propriedade formal – a posse da terra deveria ser suficiente para obter reconhecimento oficial da referida propriedade e o registro subsequente. A Corte chegou a essa conclusão considerando os laços únicos e duradouros que ligam as comunidades indígenas ao território ancestral. A estreita relação que os povos indígenas têm com a terra deve ser reconhecida e entendida como a base fundamental de suas culturas, sua vida espiritual, sua integridade e sua sobrevivência econômica. Para esses povos, o vínculo comum com o território ancestral não é meramente uma questão de posse e produção, mas um elemento material e espiritual que eles devem desfrutar plenamente, inclusive para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às futuras gerações.” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação**

O segundo caso versa expressamente sobre direito coletivo de propriedade. A anteriormente citada comunidade indígena (Yakye Axa) restou privada das terras de seus ancestrais, o que comprometeu severamente as condições de uma vida digna, em vista das dificuldades em diversos níveis, que foram de alimentares até sanitárias.

Ainda quanto ao Paraguai e comunidades indígenas, especificamente questões de não reconhecimento de propriedade das terras tradicionais, tem-se que em 2006 houve outra decisão, no caso dos Sawhoyamaxa; e em 2010, da comunidade Xákmok Kásek. Em todos os casos as decisões trouxeram brilhantes ensinamentos, a jurisprudência – num sentido de proteção dessas comunidades, como não poderia ser diferente – foi sendo aperfeiçoada e inserindo novos conceitos. Veja-se:

In this case, the Court reiterates its previous considerations regarding the access to water, food, health care and education of the members of the Community [...]. In addition, it observes that that the proven situation of extreme vulnerability affected the children in particular. As previously mentioned, the lack of adequate nutrition has affected the development and growth of the children, has increased the normal rates of atrophy in their growth, and has resulted in high rates of malnutrition among them (supra para. 201). In addition, the evidence provided reveals that, in 2007, the children of the Community “either did not receive all their vaccinations, or were not vaccinated according to international standards, or did not have any certification of the vaccinations received.”¹⁴⁴

e custas. Caso da Comunidade Moiwana vs. Suriname. São José, 15 jun. 2005. Disponível em: < http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019. p. 57.).

¹⁴⁴ Em tradução livre: “Neste caso, a Corte reitera suas considerações anteriores sobre o acesso à água, alimentação, saúde e educação dos membros da Comunidade [...]. Além disso, observa que a situação comprovada de extrema vulnerabilidade afetou as crianças em particular. Como mencionado anteriormente, a falta de nutrição adequada afetou o desenvolvimento e o crescimento das crianças, aumentou as taxas normais de atrofia em seu crescimento e resultou em altas taxas de desnutrição entre elas (par. 201 supra). Além disso, as evidências fornecidas revelam que, em 2007, as crianças da Comunidade “não receberam todas as vacinas, não foram vacinadas de acordo com os padrões internacionais ou não receberam nenhuma certificação das vacinas recebidas”. (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação e custas.** Caso da Comunidade indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai. São José, 24 ago. 2010. Disponível em: < http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_214_ing.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.).

Como pôde ser analisado do trecho extraído, um dos mais latentes é a da questão alimentícia (notadamente quanto às crianças). Isso porque a noção do direito à alimentação nas comunidades indígenas guarda íntima ligação com um meio ambiente sadio, já que é da própria natureza que essas comunidades retiram seus alimentos.

4.3 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO À VIDA

Salienta Cançado Trindade que “é o próprio direito à vida, em sua dimensão ampla, o que vincula o reconhecimento necessário do direito ao meio ambiente sadio”. Ademais, o direito ao meio ambiente sadio, em sua dimensão temporal, deve recepcionar a “noção abrangente de ameaça”, com vistas a proteger a saúde e a vida dos seres humanos.¹⁴⁵

Segundo a linha aqui exposta, o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado configura-se uma extensão ou corolário lógico do direito à vida, sem o qual nenhum ser humano pode vindicar a proteção dos seus direitos fundamentais violados.¹⁴⁶ Tanto é que, no sistema interamericano, o direito ao meio ambiente sadio foi incluído posteriormente no rol dos direitos fundamentais, em mudança operada pelo Protocolo de *San Salvador*.

No Sistema Interamericano, está de acordo com a interpretação da CorteIDH que o direito à vida não é tão somente um direito que exige dos Estados deveres de abstenção. Na verdade, hoje se reconhece que os direitos humanos possuem dupla dimensão: A dimensão subjetiva (dotação de direitos subjetivos aos beneficiários da proteção) e objetiva, que é aquela que impõe deveres de proteção ao Estado. Portanto, a dimensão objetiva dos direitos humanos exige que os Estados realizem prestações positivas de modo a assegurar o direito à vida digna¹⁴⁷.

Dessa forma, o direito à vida contempla “diferentes facetas”, que vão desde o direito de nascer, de permanecer vivo, e de defender a própria vida, até o de optar

¹⁴⁵ Cf. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio-ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993. p. 71.

¹⁴⁶ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010, p. 1082.

¹⁴⁷ Cf. RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, p. 96-97, 2011.

por sua própria morte, por exemplo. Assim, a proteção do direito à vida é dividida em dois planos: a dimensão vertical e a dimensão horizontal. Assim, ensina Ramos:¹⁴⁸

“A dimensão vertical envolve a proteção da vida nas diferentes fases do desenvolvimento humano (da fecundação à morte). Algumas definições sobre o direito à vida refletem esta dimensão, pois este direito consistiria no “direito à não interrupção dos processos vitais do titular mediante intervenção de terceiros e, principalmente, das autoridades estatais”. Há ainda a sua dimensão horizontal, que engloba a qualidade da vida gozada e suas facetas sociais, o que nos leva a discussões sobre a vida digna e mínimo existencial. Essa dimensão horizontal leva o direito à vida a abarcar a tutela à saúde, educação, moradia, trabalho, prestações de seguridade social e até mesmo meio ambiente equilibrado.

Nesse sentido, a Corte IDH determinou que o direito à vida compreende não somente o direito de todo ser humano de não ser privado da vida arbitrariamente, mas também o direito a que não sejam geradas situações que impeçam ou dificultem o acesso à uma existência digna. Fica consagrado, então, o novo conteúdo da proteção do direito à vida, sob a forma de prestações positivas do Estado vinculadas às condições de vida.

(...)

Ultimamente, a proteção à vida desdobra-se para abarcar os chamados riscos ambientais, que afetam o direito à vida digna, consagrando o direito à vida sustentável. Utilizando o mesmo raciocínio aplicado na exigência de uma vida em condições dignas, fica claro que a vida do ser humano exige o respeito a um meio ambiente protegido e equilibrado. Viver em um mundo poluído, desequilibrado, abrevia a vida humana e ainda põe em risco o planeta e o futuro da espécie. Com isso, houve a lenta aceitação da proteção ambiental como parte integrante do direito à vida, até porque vários dos tratados internacionais de direitos humanos foram redigidos antes do reconhecimento do direito ao meio ambiente sadio e sustentável, o que exigiu que os intérpretes buscassem apoio à proteção do meio ambiente em direitos tradicionalmente protegidos.”

Em suma, no que tange à dimensão vertical, esta envolve a proteção da vida nas diferentes fases do desenvolvimento humano (da fecundação à morte). Por sua vez, a dimensão horizontal engloba a qualidade da vida gozada e os seus aspectos sociais.

Esta última dimensão permite a associação do direito à vida a vários direitos sociais, que só podem ser gozados em sua plenitude em um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Por isso, proteção à vida se desdobra para abarcar os chamados “riscos ambientais”, que afetam o direito à vida digna, consagrando o direito à vida sustentável.

Dito isto, em relação ao direito à vida, é importante analisar jurisprudências que irão trabalhar o próprio conceito de vida, a partir do pressuposto que esta seja

¹⁴⁸ Cf. artigo 4º da Convenção Americana de Direitos Humanos. Cf. RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, p. 97, 2011.

não apenas uma existência, mas algo maior, que engloba uma série de direitos e garantias que fazem com que sejam preservados, também, a qualidade e proteção desta vida.

Importante frisar que a Corte não confirma que esses casos retratam a proteção do meio ambiente pela via reflexa. Porém, devido à relação que guardam com o meio ambiente, e como prova de que ainda é possível utilizar mais a técnica do *greening* em outros casos, serão expostas algumas jurisprudências com a respectiva relação com o meio ambiente.

Outro caso ocorrido também na Guatemala foi o denominado “ninõs de la calle” (meninos de rua), iniciado no ano de 1997 na Corte Interamericana de Derechos Humanos, em que dois policiais pertencentes à Policía Nacional da Guatemala, Néstor Lopez e Samuel Zuñiga, executaram, não antes de sequestrar e torturar, em junho de 1990, alguns moradores de rua. Tratava-se de crianças, e o crime se deu em dois momentos diferentes: inicialmente, no dia quinze de junho, quatro meninos (Julio Roberto Sandoval, Jovito Cifuentes, Henry Contreras e Federico Túnchez) foram assassinados. Dez dias depois, outro assassinato ocorreu, nos mesmos moldes e com o mesmo tipo de vítima: um menino, morador de rua, Anstraum Aman Villagrán Morales.

Em 19 de novembro de 1999, houve a decisão por parte da CortelDH. Nesta, o voto concorrente dos juízes Cançado Trindade e Abreu Burelli traz precioso ensinamento acerca das implicações desse crime para além da privação da vida:

El derecho a la vida no puede seguir siendo concebido restrictivamente, como lo fue en el pasado, referido sólo a la prohibición de la privación arbitraria de la vida física. Creemos que hay diversos modos de privar a una persona arbitrariamente de la vida: cuando es provocada su muerte directamente por el hecho ilícito del homicidio, así como cuando no se evitan las circunstancias que igualmente conducen a la muerte de personas como en el caso d'espèce. En el presente caso Villagrán Morales versus Guatemala (Fondo), atinente a la muerte de niños por agentes policiales del Estado, hay la circunstancia agravante de que la vida de los niños ya carecía de cualquier sentido; es decir, los niños victimados ya se encontraban privados de crear y desarrollar un proyecto de vida y aun de procurar un sentido para su propia existencia. El deber del Estado de tomar medidas positivas se acentúa precisamente en relación con la protección de la vida de personas vulnerables e indefensas, en situación de riesgo, como son los niños en la calle. La privación arbitraria de la vida no se limita, pues, al ilícito del homicidio; se extiende igualmente a la privación del derecho de vivir con dignidad. Esta visión conceptualiza el derecho a la vida como perteneciente, al mismo tiempo, al dominio de los derechos civiles y políticos, así como al de los derechos económicos, sociales y culturales,

ilustrando así la interrelación e indivisibilidad de todos los derechos humanos.¹⁴⁹

Significa dizer que há uma preocupação maior do que apenas sancionar os responsáveis pela morte dos garotos. Maior ainda do que uma função pedagógico-social relacionada a essas mortes (no sentido de não reincidência): há uma preocupação com todos os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais que estão interrelacionados nesse caso concreto.

Assim, além da dimensão vertical do direito à vida, o Estado deve garantir as condições necessárias para salvaguardar também a dimensão horizontal desse direito, que pressupõe um ambiente sadio, o que seguramente não era o caso dos meninos de rua.

Portanto, faltou-lhes também um ambiente sadio que os permitisse viver com dignidade, já que uma visão abrangente do direito à vida é coerente com a ideia de indivisibilidade dos direitos humanos, que prega que todos os direitos humanos devem ter a mesma proteção jurídica, uma vez que todos são essenciais.

Em outra acepção, tem-se ainda a imbricação entre o direito à vida e a proteção do meio ambiente, mas não exclusivamente – como se não já fosse o bastante – pela proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais, que compõem o verdadeiro sentido da vida. Trata-se da violação do direito à vida de indivíduos que estão diretamente relacionados à luta pela proteção do meio ambiente.

Nessa linha, em outro caso, nomeadamente *Kawas Fernández vs. Honduras*, o Estado acabou por tratar as investigações da morte da militante de proteção do

¹⁴⁹ Em tradução livre: “O direito à vida não pode mais ser interpretado restritivamente, como no passado, referindo-se apenas à proibição da privação arbitrária da vida física. Acreditamos que existem diferentes maneiras de se privar arbitrariamente uma pessoa da vida: quando sua morte é diretamente causada pelo ato ilícito de homicídio, bem como quando não se evitam as circunstâncias que igualmente levam à morte das pessoas, como no caso sob exame. No presente caso, Villagrán Morales contra a Guatemala, em relação à morte de crianças por agentes policiais do Estado, há uma circunstância agravante de que a vida das crianças já não tinha nenhum sentido; isto é, as crianças vitimadas já estavam privadas de criar e desenvolver um projeto de vida e até mesmo de buscar um sentido para sua própria existência. O dever do Estado de tomar medidas positivas é acentuado precisamente em relação à proteção da vida de pessoas vulneráveis e indefesas, em risco, como as crianças na rua. A privação arbitrária da vida não se limita, portanto, ao crime de homicídio; também se estende à privação do direito de viver com dignidade. Essa visão conceitua o direito à vida como pertencente, ao mesmo tempo, ao domínio dos direitos civis e políticos, bem como dos direitos econômicos, sociais e culturais, ilustrando assim a inter-relação e indivisibilidade de todos os direitos humanos”. [CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Sentença de mérito**. Caso dos “meninos de rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala. São José, 19 nov. 1999. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_63_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019].

meio ambiente com desídia. E não se trata de caso isolado. Assim, veja-se o relato na própria decisão do caso em comento:

During the decade that followed the death of Mrs. Blanca Jeannette Kawas Fernández, there have been reports of acts of aggression, threats and execution of various individuals who devoted to the defense of the environment in Honduras. In 1996, Carlos Escaleras, a popular leader of Valle del Aguán, was executed; in 1998, Carlos Luna, an environmental activist; in 2001, Carlos Flores, a community leader and environmental activist of Olancho, and in 2006, Heráldo Zúñiga and Roger Iván Cartagena, members of the Olancho Environmental Movement (MAO). The information provided by the State shows that, even though there have been convictions for these events, some of the individuals responsible therefor have not been captured, and instigators have not been identified either.¹⁵⁰

Tão perturbadora a desídia, que se formou, no ano de 2007, um Grupo de investigação da morte de ambientalistas.

Não somente nesse caso, mas também nele, a Corte restou convencida de que não se tratava de uma morte sem relação com o ofício exercido no sentido de ser um ambientalista.

No específico caso, por nítidas provas, notadamente testemunhais, a morte da ativista estava diretamente relacionada ao fato de que ela era advogada e estava à frente da defesa de questões ambientais.

Nesse sentido de preservação do meio ambiente, importante trazer ainda trecho da decisão, notadamente opinião apartada do juiz Sérgio García-Ramírez:

The Inter-American Court has categorically and constantly highlighted the special duty of the State when it comes to human rights defenders. Such persons are, just like the State itself – and so I have repeatedly noted – central players in the Inter-American Human Rights Systems, the operation of which is largely dependent on the progress made in such protection in the countries of the Americas and the expansion of the human rights culture. I must further note that the violation of the duty of guarantee in this case – in which the right to life was violated – runs counter to the general protection of those who devote their life and work to the preservation of the environment, a service that reaches well beyond the individual right of one or a few

¹⁵⁰ Em tradução livre: “Durante a década que se seguiu à morte da Sra. Blanca Jeannette Kawas Fernández, houve denúncias de atos de agressão, ameaças e execução de vários indivíduos que se dedicaram à defesa do meio ambiente em Honduras. Em 1996, Carlos Escaleras, um líder popular do Valle del Aguán, foi executado; em 1998, Carlos Luna, ativista ambiental, em 2001, Carlos Flores, líder comunitário e ativista ambiental de Olancho, e em 2006, Heráldo Zúñiga e Roger Iván Cartagena, membros do Movimento Ambiental Olancho (MAO). A informação fornecida pelo Estado mostra que, embora tenha havido condenações por esses eventos, alguns dos responsáveis por eles não foram capturados, e instigadores não foram identificados.” (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso de Kawas-Fernández sz. Honduras. **Sentença de mérito, reparação e costas.** 3 abr. 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_196_ing.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018. p. 22.).

persons: it concerns and affects us all. Such devotion has now become evident, since the victim was a recognized environmentalist who had faced opposition and adversity because of her being such.

Any actions and omissions that directly affect those who act in this context also intimidate others who are engaged in similar activities. Therefore, they create individual and social discouragement, causing serious damage to the community as a whole. The position of the Court on this subject is, moreover, in line with the repeated requirement that special protection be provided to persons engaged in the defense of human rights. Preservation of the environment, the integrity of which is a right of all, gravitates in that direction and calls for protection.¹⁵¹

Assim, cumpre ressaltar que os defensores dos direitos humanos têm papel social decisivo, pelo que é dever do Estado garantir, de forma ainda mais específica, que estes indivíduos possam agir de forma livre, sem medo de violência ou sanções indevidas. E isso se deve não apenas pela vida em particular do ativista, nem pelos impactos de suas ações, mas também porque, pela própria conduta social deles, qualquer ato acaba por atingir a comunidade de forma que se percebe o desencorajamento de todos que se envolvam em atividades no sentido da proteção social. O prejuízo é inenarrável.

Diante dos exemplos dados é possível inferir, em harmonia com a característica da indivisibilidade dos direitos humanos, que é possível relacionar o direito ao meio ambiente sadio aos mais variados direitos contemplados nos sistemas de proteção dos direitos humanos.

Com efeito, a dimensão horizontal do direito à vida atrai para a competência dos mecanismos de direitos civis e políticos uma competência inicialmente não

¹⁵¹ Em tradução livre: “A Corte Interamericana ressalta categórica e constantemente o dever especial do Estado quando se trata de defensores dos direitos humanos. As pessoas são, assim como o estado em si – e assim aduzi – atores centrais do sistema interamericano Sistemas de Direitos, cujo funcionamento depende em grande medida do progresso alcançado nesta proteção em países das Américas e na expansão da cultura de direitos humanos. Devo ainda notar que a violação do dever de garantia neste caso – em que o direito à vida foi violado – vai contra a proteção geral daqueles que dedicam vida e trabalho para a preservação do meio ambiente, um serviço que vai além do direito individual de uma ou poucas pessoas: concerne e afeta todos nós. Tal devoção tornou-se evidente, uma vez que a vítima era uma ambientalista reconhecida que havia enfrentado oposição e adversidade por sê-la. Quaisquer ações e omissões que afetam diretamente aqueles que agem neste contexto intimida também outras pessoas envolvidas em atividades semelhantes. Portanto, desencorajam de forma individual e social, causando sérios danos à comunidade como um todo. A posição deste Tribunal quanto à matéria está, além disso, em conformidade com a exigência reiterada de que proteção especial seja fornecida às pessoas engajadas na defesa dos direitos humanos. Preservação do meio ambiente, a integridade deste, que é direito de todos, gravita nessa direção e chama para proteção.” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso de Kawas-Fernández sz. Honduras. **Sentença de mérito, reparação e custas**. 3 abr. 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_196_ing.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018. p. 22.).

planejada pelos Estados sobre direitos sociais aquando da ratificação da Convenção Americana.

Assim, a interpretação ampliativa do direito à vida também poderia servir para fundamentar a proteção do meio ambiente sadio, pelo que a Corte Interamericana ainda não chegou ao limite disponível dos meios de proteção reflexa disponíveis para garantir o direito ao meio ambiente sadio através da formação de jurisprudência a favor do meio ambiente.

4.4 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Como é sabido, a sociedade atual – do Ocidente – é caracterizada por desenfreados gastos – e aqui a referência é não apenas aos recursos financeiros – no que tange às produções de bens de consumo. É, inclusive, comumente denominada como Sociedade de Consumo desde o fim da Segunda Grande Guerra, e especialmente por meio dos avanços tecnológicos e industriais.

Essa irrefletida produção e consumo de uma quantidade abismal de bens e serviços, obviamente, causa danos diretos ao meio ambiente, vez que é este que fornece as matérias-primas para as descritas atividades. Assim, a ausência de uma consciência ambiental está direta e proporcionalmente relacionada à falta de políticas públicas que visem investir naquele segmento.

Tal situação caótica anteriormente citada só poderá ser alterada notadamente por meio da educação: é o conhecimento da realidade socioambiental e da importância do consumo consciente que podem, num primeiro momento, promover um desenvolvimento sustentável.

Esse é o motivo, portanto, da relevância de investimento na educação quando da proteção do meio ambiente. É uma relação direta. Nesse sentido, dois conceitos são centrais para perceber mais a fundo a problemática e travar um debate cientificamente relevante: o de desenvolvimento sustentável e o de consumo consciente.

O primeiro, diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Aqui, vale dizer que harmonizar o desenvolvimento, em termos industriais e tecnológicos, com a proteção do meio ambiente natural é a chave da questão. O que deve ser a matriz desse tipo de desenvolvimento é, justamente, a empatia e preocupação com as

futuras gerações, bem como com a biodiversidade do planeta; fazendo com que o ser humano perceba e se preocupe com os elementos ao seu redor, numa atitude diversa do egoísmo.

Ao entender-se como corresponsável por toda a estrutura de fauna e de flora do planeta, o ser humano coloca-se com atitude proativa quanto aos problemas éticos e sociais que são gerados principalmente com o avançar da tecnologia.

Nesse sentido, aduz o filósofo alemão Hans Jonas¹⁵² que deve haver o que chama de um Princípio da Responsabilidade, por parte dos humanos, posto que os seres conscientes que devem gerir da melhor forma os recursos naturais existentes, porque, em última análise, da preservação em causa está dependente também a própria sobrevivência humana.

O segundo conceito, é o do consumo consciente. Segundo Bauman¹⁵³, o consumo em si é uma necessidade do ser humano, uma característica que pode ser observada independentemente do recorte espacial ou temporal que seja feito, estando inclusive relacionado à sobrevivência em âmbito biológico e natural.

O que se tem atualmente é um consumo desenfreado ou, em outras palavras, o que se convencionou denominar de consumismo. Essa definição acaba por ter nocivas aplicações na prática diária posto que, como ideologia, “estimula o indivíduo, ou a sociedade, a buscar satisfação e felicidade através da aquisição e exibição pública de uma grande quantidade de bens e serviços”¹⁵⁴.

Assim, é preciso conscientizar os indivíduos para que saibam viver de modo sustentável e saber lidar com as pressões sociais exercidas na sociedade de consumo.

Em termos normativos, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre os Direitos Humanos estabelece, em seu artigo 13, o direito social à educação.

Nessa medida, aponta Resende¹⁵⁵ que:

¹⁵² JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. 2 reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2015.

¹⁵³ BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 37.

¹⁵⁴ PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 25.

¹⁵⁵ RESENDE, Augusto César Leite de. A proteção do meio ambiente no Sistema Interamericano de Direitos Humanos a partir do Direito à Educação. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v.10, n.2, 2013, p. 297-314. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/19764237.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

A proteção do direito ao meio ambiente sadio poderá, no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos, ocorrer de forma indireta a partir do direito social à educação. Com efeito, o consumo consciente é boa prática que depende de uma atuação positiva do Estado consistente em um facere, isto é, da implementação de ações concretas de educação, formal e informal, que incentivem a mudança de comportamento dos consumidores e a promoção do consumo consciente em larga escala, ações estas dentre as quais se destaca a inserção nas propostas pedagógicas das unidades de ensino diretrizes de educação voltadas ao consumo consciente.

Ocorre que, o consumo consciente implica um processo cognoscitivo socialmente consagrado através do direito à educação, sem o qual não seria possível obter o discernimento necessário.

Portanto, permanece a ideia que a Corte Interamericana deve zelar pelo direito à Educação – em que se inclui a educação ambiental - como forma de proteger os indivíduos quando o Estado não garante efetivamente esse direito.

É nesse sentido da Educação em Direitos Humanos, o caso Gomes Lund e Outros (“guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, em que

A Comissão solicitou à Corte que ordene ao Estado a implementação, em um prazo razoável, de programas de educação em direitos humanos permanentes dentro das Forças Armadas, em todos os níveis hierárquicos, os quais devem incluir o presente caso e os instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos, especificamente os relacionados com o desaparecimento forçado de pessoas e a tortura.

O Estado declarou que, em decorrência da adesão a convenções das Nações Unidas, começou a investir em educação em direitos humanos para as Forças Armadas. A “Estratégia Nacional de Defesa” prevê expressamente que as instituições de ensino das três Forças Armadas ampliem as matérias de formação militar com assuntos relativos a noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos. Desse modo, a Academia da Força Aérea ministra a matéria “Direito Geral”, que aborda questões de direitos humanos, na parte relativa ao exame dos dispositivos constitucionais referentes aos direitos e garantias fundamentais. No Exército, a Cátedra de “Direito” contempla assuntos de Direito Constitucional e Direitos Humanos, inclusive Direito Internacional Humanitário. Na Marinha, o conteúdo relativo aos direitos humanos é tratado na matéria “Direito Constitucional”, especificamente no estudo dos “direitos e garantias fundamentais do homem”, tema que também é abordado de maneira ampla na matéria “Direito Internacional Humanitário”.

A Corte considera de maneira positiva a informação do Brasil sobre os programas de capacitação das Forças Armadas. Este Tribunal julga importante fortalecer as capacidades institucionais do Estado, mediante a capacitação de integrantes das Forças Armadas sobre os princípios e normas de proteção dos direitos humanos e os limites a que devem ser submetidos. 389 Para essa finalidade, o Estado deve dar prosseguimento às ações desenvolvidas e implementar, em um prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, destinado a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas. Como parte dessa formação, deverá ser incluída a presente Sentença, a jurisprudência da Corte Interamericana a respeito do desaparecimento forçado de pessoas, de outras graves violações aos direitos humanos e à jurisdição

penal militar, bem como às obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil, derivadas dos tratados nos quais é parte.¹⁵⁶

Como se pôde notar, os comentários no sentido educativo são especificamente quanto às Forças Armadas. De toda sorte, nota-se o esforço quanto à tomada de medidas efetivas quanto ao assegurar do direito à educação.

Assim, revela-se que também com atos comissivos, no sentido de promover a consciência socioambiental de cada indivíduo é que se pode ter uma devida proteção do meio ambiente.

Por fim, cumpre ressaltar que o processo de *greening* tem projetado um maior alcance para a Convenção Americana, além do diálogo entre esta e a Declaração Americana a partir da inter-relação entre o meio ambiente e a proteção dos direitos humanos, o que demonstra que é possível ampliar, a partir de uma técnica hermenêutica, o manto protetor do direito ao meio ambiente diante da falta de uma jurisdição específica que garanta esse direito. Sem olvidar, ainda é possível desenvolver e aplicar melhor essa técnica hermenêutica.

¹⁵⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação e custas.** Caso Gomes Lund e Outros (“guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. 24 nov. 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 13 jan, 2019. p. 102-103.

5 DO INDIVÍDUO NO SISTEMA REGIONAL AO CRIME DE ECOCÍDIO

As atrocidades cometidas sob o manto da soberania estatal violaram os direitos fundamentais e transcenderam as normas jurídicas internas. Graças ao Direito Internacional é possível encontrar medidas para controlar e reduzir esses acontecimentos. Contudo, a atual conformação do Direito Internacional dos Direitos do Homem não provém exclusivamente da entrada em vigência de instrumentos normativos internacionais que garantam a sua estabilidade, sendo esse processo histórico também marcado por inquietudes e conflitos armados¹⁵⁷.

Conforme vistos nos capítulos anteriores, a proteção do meio ambiente no Sistema Interamericano é operacionalizada através da atuação da CIDH e da CorteIDH. Também foi visto que essa proteção ocorre em um sistema regional, dedicado à proteção dos direitos humanos, e sob a jurisdição da CorteIDH – que é um tribunal não especializado em matéria ambiental. Logo, essa proteção é exercida numa perspectiva antropocêntrica, que protege os direitos fundamentais e não o meio ambiente como principal bem jurídico.

A partir da relação encontrada entre outros direitos fundamentais e o meio ambiente, a tutela ambiental é alcançada de forma indireta, ou seja, uma proteção pela via reflexa ou por ricochete. Com efeito, uma grande parte dos casos levados à CorteIDH estão relacionados com a defesa dos direitos civis e políticos.

Com tantos tratados internacionais ambientais, com disposições acerca da promoção e proteção do meio ambiente, não restam dúvidas que o meio ambiente é um bem jurídico protegido pelo direito internacional. Apesar disso, é contraditório observar a quantidade de tratados sobre a matéria e chegar à conclusão de que estes não são capazes de conter o aumento significativo dos desastres ecológicos observados hodiernamente.

Mas isso não quer dizer que o direito internacional ambiental estagnou no tempo. É preciso reconhecer a evolução deste ramo do direito. Isto porque, antes do meio ambiente “enraizar” nos tratados direito internacional e nas organizações internacionais a ponto de ser protegido em sistemas distintos – globais ou regionais, de forma expressa ou com recurso a técnicas hermenêuticas – a tutela do meio

¹⁵⁷ MOTTA, Thalita Lopes. Um Panorama Jurisprudencial da Proteção do Direito Humano ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, V. 6, n.12, Jul./Dez. 2009. p. 10.

ambiente no direito internacional do ambiente passou por um processo evolutivo com fases distintas.

Nas suas primeiras manifestações, preocupou-se em evitar os ditos “conflitos de vizinhança”¹⁵⁸, surgidos numa sociedade crescentemente industrializada e povoada, e causados pela má utilização dos recursos naturais utilizados como fatores de produção e bens de consumo¹⁵⁹. Nessa época não havia grande preocupação com o papel do indivíduo, de forma que a matéria ambiental internacional estava ligada aos interesses econômicos dos Estados e das empresas, em uma abordagem restrita à reparação civil pelos danos causados.

No entanto, no final da década de sessenta houve o surgimento da chamada *consciência ambiental*¹⁶⁰. Nesse cenário foram publicadas as Resoluções n.º 1346 (XLV) e n.º 2398 (XXIII), da Assembleia-Geral da ONU¹⁶¹, ambas de 1968¹⁶², através das quais foram mundialmente expostas preocupações relativas ao impacto das mudanças súbitas do meio ambiente sobre o homem e o seu bem-estar físico, mental e social. Esse contexto embrionário serviu de ensaio para as ideias que num

¹⁵⁸ Denominação empregada para disputas relacionadas a danos ambientais que extrapolam os limites geopolíticos de um país. V.g. o caso *Trail Smelter*, em que houve uma disputa arbitral que durou cerca de quinze anos (1926-1941) entre os Estados Unidos da América e o Canadá. O conflito foi provocado pela poluição do ar através de fumos de dióxido de enxofre, emitidos pela Fundação de Trail, situada na Colômbia Britânica, no Canada, e pertencente a uma empresa Canadiana (Consolidated Mining and Smelting Company of Canada, Limited). Esses fumos produziram danos materiais e ambientais do outro lado da fronteira, no Estado de Washington, a um grupo de agricultores. A questão foi submetida a um tribunal arbitral constituído à sombra da Convenção de Otawa de 1935. Para mais detalhes Cfr. MONIZ, Maria. *Direito Internacional do ambiente: o caso da fundição de trail. Diversitates*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.1-33, 2012. Ver também: GOMES, Carla Amado. *Direito internacional do ambiente: uma abordagem temática*. Lisboa: AAFDL Editora, 2018. p. 261.

¹⁵⁹ V.g., solo e água. Cfr. SAND, Peter. *The Evolution of International Environmental Law*. In: DANIEL BODANSKY, Daniel; et. al. (Orgs.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 29 a 33. Também nesse sentido: SANDS, Philippe. *Principles of International Environmental Law*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 26 ss.

¹⁶⁰ Termo associado ao momento em que o mundo passou a se preocupar com as consequências das ações humanas para o meio ambiente com o objetivo de prevenir os riscos do crescimento econômico baseado em recursos naturais esgotáveis.

¹⁶¹ Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (APCM), JNICT, Problemas do Meio Ambiente, Cx 2, Proc. G-24. 2, *Questions relating to science and technology*, resolução 1346 (XLV), documento produzido no âmbito de uma sessão plenária da ONU, datado de 30 de Julho de 1968; Resolução 2398 (XXIII) intitulada *The problems of human environment*, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas, datada de 3 de Dezembro de 1968.

¹⁶² Em paralelo, no âmbito Europeu e neste mesmo ano o Conselho da Europa aprovou três textos relativos à poluição do ar e da água, quais sejam, a Resolução (68)4 do Comité de Ministros, de 8 de Março de 1968, em que consta a Declaração de Princípios sobre a luta contra a poluição atmosférica; a Declaração de 6 de Maio de 1968 – Carta da Água; e o Acordo europeu sobre limitação de use de detergentes não biodegradáveis, de 16 de Setembro de 1968. Cfr. GOMES, Carla Amado. *Apontamentos sobre a protecção do ambiente na jurisprudência internacional*. In: _____. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 368.

futuro próximo seriam essências para dar o primeiro passo importante na proteção internacional do meio ambiente – reconhecer o meio ambiente como um direito humano.

Como demonstrado item 2.4, antes da Declaração de Estocolmo o meio ambiente era tratado, em plano mundial, como algo dissociado da humanidade. Porém, com a Declaração de Estocolmo (1972) – primeira grande realização dos movimentos ambientais no mundo – inaugura-se a *era moderna*¹⁶³ do direito ambiental, marcada pelo início da proteção internacional do ambiente enquanto direito humano.

Ocorre que, já na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, uma das temáticas abordadas foi o *ecocídio* enquanto suposto novo crime internacional a ser estudado¹⁶⁴. Mas afinal o que é o ecocídio e qual a relevância desse tema?

5.1 ECOCÍDIO: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O ecocídio consiste em uma ofensiva massiva ao meio ambiente capaz de gerar a destruição ou perda de ecossistemas em um determinado território, com associação de consequências como morte da fauna e flora¹⁶⁵, e até prejuízos ou morte de seres humanos que lá habitam.

Etimologicamente, o termo foi utilizado como um neologismo, proveniente da união de dois radicais de distintos, quais sejam: *oikos*, do grego, que exprime a noção de “casa”, “lar” ou “meio ambiente”, e da palavra de origem latina *occídio*, que remete ao ato de “matar” ou “massacre”, este último mais comumente utilizado pelo direito penal. Assim, a união inédita desses dois termos com origem em idiomas distintos tem como resultado semântico a conduta de “matar o próprio lar” ou “massacrar o meio ambiente”.

¹⁶³ SAND, Peter. The Evolution of International Environmental Law. In: DANIEL BODANSKY, Daniel; et. al. (Orgs.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 33.

¹⁶⁴ De acordo com o movimento *Eradicating Ecocide*, o tema “ecocídio” foi abordado nesta conferência como suposto crime internacional que merece atenção vários intervenientes, entre eles Olof Palme, primeiro ministro da Suíça, Indira Gandhi da Índia e Tang Ke, o líder da delegação chinesa. Cfr. ERADICATING ECOCIDE. Disponível em: <http://eradicatingecocide.com/the-law/history>. Acesso em 15 jan. 2019.

¹⁶⁵ HIGGINS, Polly. **Proposed Amendment to the Rome Statute**. 2010. Disponível em: <http://eradicatingecocide.com/the-law/factsheet/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

O termo foi criado por Arthur William Galston, biólogo membro do departamento de botânica da Universidade de Yale, no âmbito de sua pesquisa sobre herbicidas, com referência ao “agente laranja” utilizado pelos Estados Unidos da América na Guerra do Vietnam¹⁶⁶. De forma pretensiosa esse herbicida foi pulverizado como tática de guerra capaz de atingir a selva nativa e com isso enfraquecer e expor certos grupos armados locais. Contudo, a contaminação provocou enormes estragos à fauna e flora, inclusivamente com a propagação de doenças e aniquilação de espécies nativas.

Em 1970, o termo foi levado a conhecimento público em uma conferência em Washington relacionada à guerra e à responsabilidade em razão da situação hostil na Indochina e no Vietnam. Nessa oportunidade foi elaborado o primeiro projeto de convenção com o objetivo de fazer os Estados reconhecerem o ecocídio como crime internacional. Para o autor do projeto, Richard Falk, o ecocídio era classificado como ato humano que destrói ecossistemas, no todo ou em parte, em tempos de guerra ou de paz¹⁶⁷.

Portanto, o movimento em torno ecocídio é uma tentativa de definir ou reconhecer uma modalidade de delito ecológico que viola os valores como a vida, saúde, felicidade, integridade emocional e estética, e que resultam da fruição dos elementos da natureza (v.g. paisagem, fauna, flora, água, ar e solo)¹⁶⁸.

O ecocídio despertou demasiado interesse na comunidade internacional, tanto que, nas Nações Unidas, o tema voltou a baila em 1978, em debate na Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias. Nessa oportunidade, foi discutida possibilidade inclusão do ecocídio e o genocídio cultural à lista de crimes da ONU. Além disso, em 1985 o tema também foi objeto de Relatório elaborado por Benjamin Whitaker e apresentado à Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, em que foi enfatizada a importância de expandir e aprofundar os estudos sobre ecocídio¹⁶⁹.

Ocorre que, apesar da relevância do tema a nível global, em 1998 foi aprovado o Estatuto de Roma sem que o ecocídio ou qualquer outro crime ambiental

¹⁶⁶ Cfr. WEISBERG, Barry. **Ecocide in Indochina**. San Francisco: Canfield Press, 1970.

¹⁶⁷ FALK, Richard. Environment warfare and ecocide: facts, appraisal and proposals. **Révue Belge de Droit International**, Brussels, n. 11, p. 1-27, 1973. p. 21-24.

¹⁶⁸ DOTTI, René Ariel. **Proteção Constitucional do Meio Ambiente**: doutrinas essenciais de Direito Ambiental. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 1107.

¹⁶⁹ Cfr. ERADICATING ECOCIDE. Disponível em: <http://eradicatingecocide.com/the-law/history>. Acesso em 15 jan. 2019.

fosse tipificado de forma autônoma, pelo que a tutela do meio ambiente através do Direito Internacional Penal ficou prejudicada e de certa forma esquecida.

Diz-se “de certa forma” porque o Estatuto de Roma não ignorou completamente a proteção do meio ambiente, já que o lançamento intencional de ataque que cause graves danos ao meio ambiente foi considerado como crime de guerra, desde “que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta que se previa”¹⁷⁰. Entretanto, tal dispositivo parece insuficiente para salvaguardar a integridade dos ecossistemas do planeta diante da gravidade dos danos em larga escala relacionados a crimes ambientais.

Com isso, a falta de reconhecimento dos crimes ambientais no Direito Internacional Penal, sobretudo em tempos de paz¹⁷¹, aliada a falta de eficiência do Direito Internacional Ambiental tem impulsionado movimentos que apelam para uma regulação internacional mais rígida (v.g. Eradicating Ecocide, End Ecocide on Earth e End Ecocide in Europe).

Em 2010, o grupo Eradicating Ecocide, ONG liderada por Polly Higgins, apresentou uma proposta de criminalização do Ecocídio enquanto um crime contra a paz, a humanidade, a natureza, as futuras gerações e não limitado a questões relacionadas com conflitos armados. Para tanto, formulou um documento denominado Ecocide Act, amplamente divulgado com elementos constitutivos da aludida proposta¹⁷².

De acordo com a proposta o ecocídio seria a extensa destruição, dano ou perda do(s) ecossistema(s) de determinado território, em decorrência da ação humana ou por outras causas, de tal forma que o usufruto pacífico pelos habitantes desse território seja severamente diminuído¹⁷³. Cumpre ressaltar que, a partir dessa definição, haveriam dois tipos de ecocídio, um derivado de ações humanas e outro motivado por causas naturais.

Nessa linha, o termo é utilizado para descrever danos ecológicos de grande extensão e com efeitos duradouros, tendo em conta o número de pessoas e

¹⁷⁰ Vide artigo 8º, nº 2, al. b), iv) do Estatuto de Roma.

¹⁷¹ Já há responsabilização penal internacional pelo dano ambiental em tempos de guerra, ao abrigo do artigo 8 (2), b), iv) do Estatuto de Roma.

¹⁷² BORGES, Orlindo Francisco. Ecocídio: Um crime ambiental internacional ou um crime internacional maquiado de verde? **RIDB**, Lisboa, v.2, n.7, p. 6457-6495, 2013. Disponível em: <www.idb-fdul.com>. Acesso em: 13 fev. 2019.

¹⁷³ Tradução livre Cfr. HIGGINS, Polly; SHORT, Damien; SOUTH, Nigel. Protecting the planet: a proposal for a law of ecocide. **Crime Law and Social Change**. v. 59. n.1. p. 251-266, 2013.

espécies (fauna e flora) afetadas. Ou seja, compreende a devastação de grandes áreas de cobertura vegetal e impacto decorrente na vida das pessoas em termos sociais e econômicos, uma vez que a depender da extensão do dano, é improvável ou mesmo impossível reverter as condições da área atingida¹⁷⁴.

Por curiosidade, se o conceito de ecocídio fosse transformado em conduta tipificada penalmente seria possível projetar alguns exemplos de ecocídio que aconteceram na história, como na Guerra do Vietnã, entre 1961 a 1971, quando os Estados Unidos da América¹⁷⁵ despejaram em larga escala um herbicida conhecido como “agente laranja” que causou graves consequências para a fauna e flora no Vietnã do Sul, além de várias doenças humanas decorrentes que ainda são objeto de estudo intenso.¹⁷⁶

Também outra grande catástrofe que poderia ser considerada como ecocídio foi o acidente de Chernobyl, ocorrido em 26 de abril de 1986, na Ucrânia, quando um dos reatores explodiu e causou um incêndio que durou dez dias e liberou uma imensa nuvem radioativa num raio de 30km, atingindo uma área extensa na Europa, em especial Ucrânia, Belarus e Rússia. O resultado foi a morte de milhares de pessoas, a contaminação de outras milhares, animais e meio ambiente¹⁷⁷. Vale salientar que muitos dos que sobreviveram até hoje apresentam sequelas decorrentes do acidente.

No Brasil, pelo menos dois eventos relacionados à atividade extrativista mineral poderiam configurar a prática de ecocídio.

O primeiro, em 5 de novembro de 2015, no município de Mariana, no estado de Minas Gerais, quando houve o rompimento da barragem da mineradora Samarco, que despejou sessenta bilhões de litros de rejeitos de mineração de ferro

¹⁷⁴ Para mais, ver: GRAY, Mark Allan. The international crime of ecocide. **California Western International Law Journal**, v. 26, n. 2, art. 3. p. 215-271, 1995.

¹⁷⁵ Os Estados Unidos da América ainda não haviam ratificado o Protocolo de Genebra de 1925, que vinculava os signatários à proibição do primeiro uso de armas químicas e biológicas na guerra.

¹⁷⁶ Cfr. ZIERLER, David. **The Invention of Ecocide: Agent Orange, Vietnam and the scientists who changed the way we think about the environment**. London: The University of Georgia Press, 2011. p. 5-6.

¹⁷⁷ BBC. **Veja como está Chernobyl, 30 anos após pior acidente nuclear da história**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/04/160426_chernobyl_ucrania_aniversario_ima_gens_fd> Acesso em: 20 mai. 2019.

na bacia do rio Doce, atingindo uma área de 500 quilômetros, com danos ambientais imensuráveis e irreversíveis¹⁷⁸.

O segundo, em coincidência trágica, ocorre em 25 de janeiro de 2019, no mesmo Estado de Minas Gerais, dessa vez no município de Brumadinho, à 60 quilômetros da capital Belo Horizonte. Rompeu-se a barragem Mina de Feijão, administrada pela empresa Vale S.A.. O evento culminou no despejo de 12 milhões de metros cúbicos de resíduos em forma de lama na bacia do Rio Paraopeba e causou a morte de pelo menos 231 pessoas, e várias estão desaparecidas¹⁷⁹. Os resíduos seguem pela bacia do Paraopeba, um dos principais afluentes do Rio São Francisco que corta o estado de Minas Gerais e mais cinco estados da região Nordeste. Caso nada seja feito, 521 municípios brasileiros poderão ser afetados¹⁸⁰. De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica, ONG que organizou uma expedição com pesquisadores pela área afetada, 112 hectares de florestas nativas foram devastados e a água do rio está imprópria para uso nos 305km impactados pelos rejeitos de minérios¹⁸¹.

Todos esses eventos representam desastres ambientais de grande magnitude com danos irreparáveis aos ecossistemas envolvidos e que comprometeram e ainda comprometem as condições de vida de comunidades inteiras.

Em setembro de 2016, a Procuradoria do Tribunal Penal Internacional publicou um documento intitulado “Política sobre Seleção e Priorização de Casos”¹⁸², o que representou uma pequena vitória para ONG’s e todos os simpatizantes que lutam por um sistema internacional capaz de punir crimes ambientais. Isto porque, apesar de não mencionar de forma expressa o ecocídio, no referido documento, a

¹⁷⁸ JACOBI, Pedro Roberto; CIBIM, Juliana. A necessária compreensão das consequências ampliadas de um desastre. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n.4, p.1-5, 2015.

¹⁷⁹ O número de mortos está de acordo com informações da Polícia Civil em 18 de abril de 2019. Cfr. G1 MINAS GERAIS. **Brumadinho: o número de mortos sobe para 231**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/04/18/brumadinho-numero-de-mortos-sobe-para-231.ghtml>> Acesso em: 05 mai. 2019.

¹⁸⁰ BRASIL DE FATO. **Não foi acidente, é crime! O rompimento da barragem em Brumadinho (MG), no Brasil**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/01/nao-foi-acidente-e-crime-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-mg-no-brasil/> Acesso em 05 mai. 2019.

¹⁸¹ CENTRO DE EXPERIMENTOS FLORESTAIS SOS MATA ATLÂNTICA. **Observando os Rios: O retrato da qualidade da água na bacia do rio Paraopeba após o rompimento da barragem Córrego do Feijão – Minas Gerais** Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Expedicao-Paraopeba_Relatorio.pdf> Acesso em 10 de mai. 2019.

¹⁸² INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Office of the prosecutor policy paper on case selection and prioritization**. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/20160915_OTP-Policy_Case-Selection_Eng.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Procuradoria do TPI define, de forma cautelosa, quais os critérios que serão utilizados na escolha prioritária de casos de sujeitos à investigação e ação penal.

Segundo o documento referido, o objetivo da Procuradoria é alcançar a verdadeira extensão da criminalidade em um esforço para assegurar, juntamente às jurisdições nacionais, que os crimes mais graves cometidos em cada situação descrita não fiquem impunes. Para isso, tendo em conta que a gravidade dos crimes é critério de admissibilidade dos casos¹⁸³, dentro dos limites do poder discricionário da Procuradoria e ao abrigo do Regulamento da Procuradoria¹⁸⁴, será dada certa ênfase aos casos mais graves cometidos contra a comunidade internacional como um todo. Assim, a avaliação da gravidade da Procuradoria inclui considerações quantitativas e qualitativas, que levam em conta os fatores como escala, natureza, a gravidade da conduta e o impacto dos crimes.

Com efeito, as condutas associadas ao ecocídio certamente teriam prioridade no seguimento de investigações e posterior ação penal, dado que, por definição, e vindo a ser um crime o ecocídio geraria danos em larga escala. Logo tornar-se-ia um crime de natureza relevante, porque traz destruição e está associado a impactos significativos na vida humana.

Ocorre que a Política sobre Seleção e Priorização de Casos é um documento interno da Procuradoria e, como tal, não dá origem a direitos, além de estar sujeito a revisão com base na experiência e à luz da jurisprudência em evolução e/ou quaisquer alterações relevantes aos textos jurídicos do Tribunal¹⁸⁵.

Portanto, esse documento não reconhece o crime de ecocídio enquanto crime de competência material do TPI, ao contrário do que se tem dito. Trata-se então de um documento informativo acerca dos critérios de prioridades na atuação da Procuradoria que eventualmente poderá aumentar as chances dos crimes mais graves serem levados à apreciação do TPI como o ecocídio.

Nessa linha, a Procuradoria do TPI demonstrou em sua política sobre seleção e priorização de casos que o impacto dos crimes pode ser avaliado tendo em vista,

¹⁸³ Vide Artigo 17 (1) (d) do Estatuto de Roma.

¹⁸⁴ Vide Artigo 29 (2) do Regulamento da Procuradoria do TPI.

¹⁸⁵ De acordo com o Parágrafo 2 da Introdução da Política: "This is an internal document of the Office and as such, it does not give rise to legal rights, and is subject to revision based on experience and in light of evolving jurisprudence and/or any relevant amendments to the legal texts of the Court." INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Office of the prosecutor policy paper on case selection and prioritization.** Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/20160915_OTP-Policy_Case-Selection_Eng.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

entre outras coisas, o aumento da vulnerabilidade das vítimas, o terror subsequentemente instalado ou o dano social, econômico e ambiental infligido às comunidades afetadas.

Neste contexto, o Gabinete prestará especial atenção à acusação de delitos do Estatuto de Roma cometidos por meio de, ou que resultem, entre outros, a destruição do meio ambiente, a exploração ilegal de recursos naturais ou a desapropriação ilegal de terras.¹⁸⁶

Porém, há um grande abismo entre benefício da prioridade nas investigações para os crimes de maior gravidade, e o reconhecimento do crime de ecocídio com posterior formação da jurisprudência sobre o assunto. Ou seja, é preciso haver uma solução jurídica que servirá como ponte entre esses dois pontos e conduza à efetiva criminalização da conduta. Essa solução, para ser legítima e jurídica, deve respeitar o ordenamento vigente.

Neste sentido, se houver uma forma de ligar esses pontos, reconhecer o crime ecocídio é simbolicamente importante porque representa a percepção, no mais alto nível, de que a proteção dos direitos humanos e a proteção do planeta Terra estão intimamente ligadas.

Assim, delimitado conceito de ecocídio e feito um breve relato sobre a sua história, questiona-se: Como reconhecer o ecocídio como crime internacional diante da urgente necessidade de formas novas e eficazes de proteção do meio ambiente em escala global? Vale a pena expandir a tutela do meio ambiente para outros ramos do direito (v.g. o direito penal)? Qual seria o resultado dessa soma de proteções ao meio ambiente na justiça internacional? Qual o papel do indivíduo nesse processo enquanto sujeito de direito internacional e como pode ser analisada a sua participação nesses sistemas de proteção? Essas questões serão tratadas adiante.

¹⁸⁶ Conforme parágrafo 41 do texto original: "The impact of the crimes may be assessed in light of, inter alia, the increased vulnerability of victims, the terror subsequently instilled, or the social, economic and environmental damage inflicted on the affected communities. In this context, the Office will give particular consideration to prosecuting Rome Statute crimes that are committed by means of, or that result in, inter alia, the destruction of the environment, the illegal exploitation of natural resources or the illegal dispossession of land". INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Office of the prosecutor policy paper on case selection and prioritization**. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/20160915_OTP-Policy_Case-Selection_Eng.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

5.2 O RECONHECIMENTO DO PARADIGMA DA SOCIEDADE DE RISCO E A RESPOSTA DO DIREITO INTERNACIONAL

Depois da Declaração de Estocolmo, houve um aumento crescente no número de diplomas normativos ambientais, o que ocasionou a chamada *congestão de tratados internacionais*¹⁸⁷. Em outras palavras, houve uma pulverização de tratados internacionais que nem sempre são acompanhados de efetividade, seja por se tratar de normas de *soft law*, ou porque foram desenvolvidos sem qualquer conexão uns com os outros, de modo que podem dar soluções distintas para um mesmo problema jurídico¹⁸⁸.

Ocorre que, dar soluções distintas para uma mesma hipótese não é sinônimo de segurança jurídica, de modo que o aumento de diplomas normativos no direito internacional do ambiente não significa necessariamente maior proteção¹⁸⁹. Por isso, mesmo com a crescente ratificação pelos Estados de diversos diplomas internacionais em matéria ambiental, o Direito Internacional ainda se mostra insuficiente para conter os impactos negativos causados pela relação entre globalização e os riscos desenvolvidos pela sociedade.

Tal fato remete ao paradigma da *sociedade de risco*¹⁹⁰ e a chamada *modernização reflexiva*¹⁹¹. Nessa linha, importa dizer que “a sociedade tem

¹⁸⁷ Para uma noção mais aprofundada sobre essa questão, Cfr. HICKS, Bethany Luckitsch. Treaty congestion in international environmental law: the need for greater international coordination. **University of Richmond Law Review**, n. 32, pp. 1643-1674, 1999.

¹⁸⁸ Cfr. WOLFRUM, Rüdiger; MATZ-LÜCK, Nele. **Conflicts in International Environmental Law**. In: Max-Planck-Institute für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Springer: Heildeberg, 2003. p. 1-3.

¹⁸⁹ Cfr. GOMES, Carla Amado. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 370.

¹⁹⁰ A *sociedade global de risco* é aquela que, a inicialmente de maneira encoberta, e logo em forma cada vez mais evidente, está enfrentando a possibilidade de autodestruição real de todas as formas de vida no planeta. Esse conceito foi desenvolvido na década de 80 no contexto da crise ambiental marcada naquele tempo pelo desastre de Chernobyl, pela queda do Muro de Berlim e a derrubada do socialismo real, bem como dos avanços tecnológicos que apontavam para a construção de uma nova forma de organização social. Cfr. BECK, Ulrich. **Políticas ecológicas em la edad del risco**. Barcelona: El Roure, 1998. p. 120.

¹⁹¹ A modernização reflexiva vem contrapor a modernização tradicional já trazida pela sociedade industrial com o acréscimo desproporcional dos riscos sociais, políticos, econômicos e industriais gerados pelo próprio processo de modernização. Cfr. BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____; GIDDENS, A; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 11-72.

desenvolvido riscos inaceitáveis sem, todavia, estar disposta a dar os passos necessários e tomar as medidas cabíveis para o controle da situação”¹⁹².

Fato é que pela primeira vez na história a humanidade passou a dispor de meios para destruir a vida na Terra, o que vem chamar a atenção de todos para uma visão sombria da modernização em que a civilização se autocoloca em situação de perigo.

Assim, diante da factualidade da sociedade de risco e com o reconhecimento deste paradigma da modernidade, torna-se imprescindível a intervenção do Direito. Por conseguinte, os operadores do direito continuam na sua saga para tentar aperfeiçoar o ordenamento jurídico para que este seja capaz de acompanhar e prevenir os novos fatos sociais relacionados à degradação do meio ambiente.

No Direito Internacional, as reações a favor do meio ambiente são das mais diversas, nem sempre harmônicas entre si¹⁹³, dentre as quais atualmente destacam-se: 1) os mecanismos *ad hoc*, com encaminhamento de disputas para arbitragem ou para órgãos jurisdicionais permanentes (cortes ou tribunais)¹⁹⁴; 2) a resolução de conflitos pela prévia eleição de um painel arbitral ou órgão jurisdicional específico; 3) os procedimentos estabelecidos em tratados internacionais que elegem foro específico para interpretação e aplicação de normas internacionais; 4) os órgãos jurisdicionais ou especializados em matéria que não sejam ambientais, mas cujas matérias tenham relação com a questão ambiental posta em litígio¹⁹⁵; ou ainda 5) a hipótese de um Estado, por meio da sua organização judiciária interna, julgar casos que contenham elementos de internacionalidade no âmbito do Direito Internacional Privado.

¹⁹² BORGES, Orlindo Francisco. Ecocídio: Um crime ambiental internacional ou um crime internacional maquiado de verde? **RIDB**, Lisboa, v.2, n.7, p. 6457-6495, 2013. Disponível em: <www.idb-fdul.com>. Acesso em: 13 fev. 2019.

¹⁹³ Cfr. BORGES, Orlindo Francisco. Ecocídio: Um crime ambiental internacional ou um crime internacional maquiado de verde? **RIDB**, Lisboa, v.2, n.7, p. 6457-6495, 2013. Disponível em: <www.idb-fdul.com>. Acesso em: 13 fev. 2019. Sobre conflitos de jurisdição no contencioso internacional ambiental, ver: BORGES, Orlindo Francisco. Conflitos de jurisdição no contencioso internacional ambiental envolvendo poluição marinha por hidrocarbonetos provenientes de navios. Relatório apresentado ao mestrado científico em Ciência Jurídico-Ambientais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - FDUL (2010/2012) para a disciplina de Direito Internacional e Comunitário do Ambiente, ministrada pela prof. Dra. Carla AMADO GOMES, 60 p.

¹⁹⁴ Vide art. 36, II, do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ).

¹⁹⁵ Como, por exemplo, as Cortes Internacional e Regionais de Direitos Humanos, e os painéis da Organização Mundial do Comércio (OMC), que tutelam outros direitos que não o do meio ambiente, mas que acabam por proteger o meio ambiente de forma reflexa ou por ricochete.

Face às diversas soluções oferecidas pelo direito internacional para uma mesma hipótese, a proteção ambiental revela-se fragmentada pela sua falta de coordenação. Porém, este é um problema de organização que precisa ser ultrapassado para conter os impactos negativos causados pela relação entre globalização e os riscos desenvolvidos pela sociedade.

Várias razões podem ser apontadas para a falta de efetividade do Direito Internacional do Ambiente¹⁹⁶, entre elas: a falta de consenso dos Estados em considerar certos bens ambientais como merecedores da tutela *erga omnes*; a preferência da diplomacia ao litígio judicial¹⁹⁷; a predominância da abordagem ressarcitória das questões ambientais¹⁹⁸; a preferência pelas soluções diplomáticas¹⁹⁹ ao invés do litígio judicial, enquanto fator impeditivo da formação da jurisprudência internacional; e até mesmo a falta de um tribunal com jurisdição internacional especializado em matéria ambiental²⁰⁰.

Em suma, há uma conscientização ambiental internacional acompanhada por uma congestão de instrumentos normativos. Porém, a falta de efetividade dessas normas contribui para a debilidade do Direito Internacional do Ambiente no cenário ainda atual de reconhecimento do paradigma da sociedade de risco.

A quietude não poderia prevalecer nesse contexto, de modo que a consciência sobre a esgotabilidade dos recursos naturais e as consequências das transformações decorrentes da atividade humana geram grande pressão social para que sejam adotadas novas medidas contra a sociedade industrial, medidas essas que preencham as lacunas do Direito Internacional Ambiental.

Por isso, uma das soluções imediatas e possíveis diante da emergência da sociedade de risco, na qual se proliferam novos perigos que põem em xeque as condições de sobrevivência da própria humanidade, é a tutela do meio ambiente

¹⁹⁶ Vários autores apontam motivos para a “debilidade fragante” do direito internacional ambiental. Por todos, Carla AMADO GOMES. Cfr. GOMES, Carla Amado. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 407-408.

¹⁹⁷ Como ocorre nos instrumentos convencionais.

¹⁹⁸ Vide Princípio 13 da Declaração do Rio de Janeiro (1992), que estimula os Estados a elaborar quadros normativos que permitiam atribuir “indenização às vítimas de poluição e de outros danos ambientais.” Cfr. GOMES, Carla Amado. **Direito internacional do ambiente: uma abordagem temática**. Lisboa: AAFDL Editora, 2018. p. 263.

¹⁹⁹ Nos instrumentos convencionais prevalece a regra do esgotamento das vias de resolução não contenciosa, o que impede a formação da jurisprudência ambiental.

²⁰⁰ Cfr. GOMES, Carla Amado. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008. p. 407-408.

através do direito internacional penal, mais especificamente através da jurisdição exercida pelo Tribunal Penal Internacional.

5.2.1 Ecocídio e o Tribunal Penal Internacional

Como a crise ambiental enfrentada atualmente não está restrita a determinada área, região ou país, caracterizando-se como um problema global por afetar o meio ambiente como bem único, é intuitivo e racional assumir que o Direito Internacional parece ser o meio mais indicado para que sejam promovidas soluções que garantam uma proteção mundial.

Nesse sentido, a tutela do meio ambiente através do Direito Internacional Penal já uma realidade, embora ainda possa ser alargada com a inclusão do ecocídio no rol de crimes de competência do Tribunal Penal Internacional.

O Tribunal Penal Internacional, instituído pelo do Estatuto de Roma (1998), é um órgão jurisdicional com caráter permanente e independente no âmbito do sistema da Organização das Nações Unidas – ONU, com jurisdição sobre os crimes de maior gravidade que afetam a comunidade internacional no seu conjunto²⁰¹.

A competência material do TPI está regulada pelo Artigo 5º do Estatuto de Roma, com previsão expressa dos crimes de genocídio, crimes contra Humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. Com efeito, é reconhecido o padrão de proteção contra ofensivas que ultrapassem os interesses individuais e ameacem a paz, segurança e o bem-estar da Humanidade.

Nesse campo, a atividade do TPI é imperativa, pois não existe qualquer outro mecanismo que acarrete aos indivíduos a necessidade de prestar contas por violação de leis internacionais. Na verdade, outros recursos disponíveis para conter as violações do direito internacional (v.g. embargos econômicos ou uso de força militar) afetam sobremaneira os civis de forma geral, e não quem viola efetivamente as normas. Assim, baseado no princípio da responsabilidade internacional do indivíduo²⁰², cabe ao TPI invocar os indivíduos para prestarem contas de forma pessoal ao direito internacional.

Ressalta-se que nem a imunidade nacional e internacional exime os indivíduos desta prestação de contas, tendo em vista que é um dos objetivos de o

²⁰¹ Vide Preâmbulo do Estatuto de Roma (1988).

²⁰² Vide artigo 25 do Estatuto de Roma.

Estatuto de Roma tratar os indivíduos de forma igualitária – até porque os indivíduos que cometem os crimes previstos nesse diploma quase sempre utilizam esse privilégio conferido pelo próprio direito interno dos países no qual fazem parte²⁰³.

Insta mencionar que a competência do TPI é complementar à jurisdição penal nacional. Ou seja, os processos só serão admitidos caso não haja disposição sobre o delito praticado na legislação interna do Estado signatário do Estatuto onde ocorreu o crime, ou caso seja verificada a incapacidade desse Estado em julgar esses crimes²⁰⁴.

O Direito Penal Ambiental é considerado por alguns como o novo ramo do direito que incrimina não só as condutas que colocam em risco a vida, a saúde dos indivíduos e a perpetuação da espécie humana, mas também o atentar sobre a própria natureza²⁰⁵.

Nesse sentido, a hipótese de considerar o ecocídio como um crime ambiental internacional está no domínio Direito Internacional Penal Ambiental. Vale dizer que é do domínio do Direito Internacional porque a instituição do TPI e a delimitação da sua competência advém de uma fonte do Direito Internacional. Por outro lado, o Direito Penal e o meio ambiente estão interligados em virtude da relevância do objeto tutelado – o meio ambiente – que justifica, em tese, a intervenção penal.

Contudo, por ser o meio ambiente um bem difuso, alguns conceitos e princípios consagrados no direito penal tradicional não se aplicam ao meio ambiente, ou quando aplicados, devem se moldar às particularidades e aos princípios do Direito Ambiental²⁰⁶.

²⁰³ LIMA, Renata Mantovani de; BRINA, Marina Martins da Costa. **Coleção para entender: O Tribunal Penal Internacional**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006. p 100.

²⁰⁴ Nesse sentido ensina Flávia Piovesan que “os arts 17 a 19 do Estatuto que preveem as condições de admissibilidade para a jurisdição do Tribunal Internacional, como a não-disposição ou a incapacidade de o Estado julgar esses crimes, o que inclui a inexistência de um processo imparcial independente, o colapso do sistema judicial nacional, a impossibilidade de obtenção de provas, testemunhas necessárias etc. Dessa maneira, entendemos que o Estatuto busca equacionar a garantia do direito à justiça, o fim da impunidade, a soberania do Estado à luz do Princípio de Complementaridade.” Cfr. PIOVESAN, Flávia. Princípio da complementariedade e soberania. **Revista CEJ**, V. 4 n. 11 mai./ago., s/p. 2000. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/349/551>> Acesso em: 03 mar. 2019.

²⁰⁵ Para LECEY, o direito penal do ambiente é uma resposta social, um instrumento de pressão à solução de conflitos, uma ferramenta de efetividade das normas gerais, assim como instrumento de prevenção, visto que, para ele, a função do Direito Penal mais evidente é a prevenção de delitos. Cfr. LECEY, Eladio. A proteção do meio ambiente e a responsabilidade penal da pessoa jurídica. In: FREITAS, Vladimir Passos de (org.). **Direito Ambiental em Evolução** 1. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 39.

²⁰⁶ FREITAS, Gilberto Passos de. Direito Penal Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé (ed.). **Curso interdisciplinar de direito ambiental**. Barueri: Manole, 2005. p 400.

Assim, é preciso ter cautela com a possível criminalização internacional do ecocídio, especialmente no que tange ao respeito aos princípios norteadores desses ramos do direito, por forma a evitar crises e contradições que inviabilizem a medida.

5.2.2 O Ecocídio e os princípios gerais do direito

Para que o ecocídio seja considerado um crime internacional ambiental é necessário que haja uma justificação adequada que motive a intervenção simultânea dos ramos do direito ambiental e penal.

Nesse diapasão, é razoável que se verifique a compatibilidade da medida no que tange aos princípios norteadores do direito do ambiente, assim como os do direito penal que eventualmente poderiam frustrar a sua aplicação²⁰⁷.

Logo, devidamente valorado o meio ambiente e uma vez respeitados os princípios do Direito Penal, é importante que haja a criminalização, a nível internacional, de condutas que levem a uma destruição deliberada do meio ambiente, tanto em situações de guerra como também em tempos de paz²⁰⁸.

Os princípios gerais do direito são fontes do direito internacional, assim como os tratados, o costume internacional, as decisões judiciais e a doutrina dos autores mais qualificados²⁰⁹.

Os princípios, sejam eles elaborados em âmbito institucional ou na esfera doutrinária, são ferramentas imprescindíveis dentro da experiência jurídica. Sob eles se assenta toda a ideologia de um determinado sistema jurídico, por isso funcionam como norte da atividade hermenêutica.

Assim, é pressuposto para o bom funcionamento de um sistema jurídico que as interpretações das normas não contrariem indiscriminadamente os princípios²¹⁰, e que estes funcionem como guias para a atividade interpretativa.

²⁰⁷ Neste trabalho o ecocídio será analisado através das lentes do princípio do direito penal mínimo e do princípio da legalidade, por consideram que esses são os princípios do direito penal que mais poderiam gorar a criminalização do ecocídio.

²⁰⁸ FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **Revista Internacional dos Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-140, 2005. p 121.

²⁰⁹ Vide artigo 38 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça.

²¹⁰ Diz-se “indiscriminadamente” porque obviamente existirão as situações de conflitos entre normas jurídicas que poderão contrapor princípios distintos. Porém, de forma discriminada, os conflitos são devidamente ilididos pelas técnicas de ponderação.

Com efeito, “violiar um princípio é muito mais grave do que transgredir a norma”, já que “a desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos”²¹¹. Ou seja, a depender do princípio atingido pela interpretação equivocada é possível alcançar a mais grave forma de ilegalidade, posto que tal situação pode representar uma insurgência contra todo o sistema através da subversão dos seus valores fundamentais.

Em termos de utilidade, os princípios são úteis na medida que conferem um padrão de validade para as soluções legais, servem de apoio interpretativo e possuem uma função integrativa que preenche as lacunas do ordenamento²¹². Portanto, os princípios servem como elementos balizadores da norma jurídica, delimitando o seu alcance, evitando antinomias e garantindo a coesão do sistema jurídico.

O sistema normativo internacional dá sustentação às medidas que visam a proteção dos valores essenciais à sociedade, valores esses fundamentais, dentre os quais o meio ambiente²¹³. E quando o tema é “meio ambiente” é natural identificar a proeminência da relação com direito ambiental diante da necessidade de regular a proteção dos recursos naturais, especificamente ao limitar, controlar ou restringir os excessos de consumo praticados pela sociedade moderna globalizada e pouco preocupada com o esgotamento de recursos naturais.

Nesse contexto, é função do Direito Ambiental garantir a proteção dos recursos disponíveis hoje através da utilização racional que permitirá o gozo do meio ambiente sadio para as presentes e futuras gerações. Portanto, *prima facie*, a solução é compatível com o a próprio finalidade do direito do ambiente – a proteção do meio ambiente.

Aqui é imperioso destacar que, dentro do próprio direito ambiental, para garantir um meio ambiente sadio de forma eficaz, também é preciso que o direito interno e o internacional estejam entrosados e se complementem²¹⁴. Isto é, que a

²¹¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995. p 230.

²¹² Cfr. CANOTILHO, J. J. Gomes. **Introdução ao Direito do Ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. p. 43.

²¹³ Cfr. KISS, Alexandre. Sustainable Development and Human Rights. In: TRINDADE, A. A. C. **Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente**. São José: IIDH, 1995. p. 37.

²¹⁴ Faz-se aqui uma analogia ao princípio da integração plasmado no artigo 11º do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia, pelo qual “as exigências em matéria de proteção do ambiente

proteção comece das áreas menores para as maiores. Ou seja, que a proteção deste bem jurídico comece dentro dos limites geopolíticos dos países, perpassando pela proteção exercida nos sistemas regionais e sistema global de proteção dos direitos do homem e, eventualmente, pelo crivo de um tribunal internacional que exerça uma jurisdição global.

Para isto, o pressuposto é que haja um consenso pelo menos entre os princípios norteadores do direito ambiental, já que normas de direito interno expressamente diferentes também podem dar margem a soluções diversas. Assim, a harmonia entre os princípios norteadores do direito ambiental nas ordens internas e internacional implica em garantir uma proteção mais efetiva, uniforme, justa e com segurança jurídica.

Desse modo, o resultado só poderá ser uma maior integração no plano jurídico-ambiental, em que vários sistemas e ordens jurídicas poderiam comunicar-se e complementar-se, com normas gerais e tendencialmente com institutos jurídicos unificados.

Tudo isto sem ferir a soberania dos Estados, o que se traduz como uma situação desejável, já que o direito ambiental não possui um código específico.

Então, dadas as circunstâncias, já que não há um código específico que possa reger o direito internacional ambiental, a realidade é que há uma vasta quantidade de tratados ambientais que trazem princípios norteadores e merecedores de reconhecimento internacional.

devem ser integradas na definição e execução das políticas públicas e ações da União, em especial com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável.” Dessa forma, a consequência da consagração deste dever de integração das considerações ambientais na definição e aplicação das demais políticas torna imperativa a aplicação dos princípios fundamentais do Direito Europeu do Ambiente (princípios da precaução, prevenção, correção na fonte e poluidor pagador). Ou seja, a integração obtida na União Europeia deve ser exemplo para o direito internacional do ambiente enquanto solução para um sistema coeso. Ainda sobre o princípio da integração, ensina CANOTILHO que “Uma política de proteção do ambiente eficaz e preventiva implica a ponderação de qualquer atividade humana. Com efeito, o ambiente deve ser um elemento de ponderação a ter em consideração não só decisões imediatamente relacionadas com o ambiente, mas também em decisões sobre matérias só mediatamente relacionadas com o ambiente, como matérias agrícolas, de pescas, industriais, comerciais, de transportes, de energia, de turismo e mesmo económicas, de consumo, de emprego, de educação etc.” Cfr. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Introdução ao Direito do Ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. p. 54.

Logo, o consenso entre os princípios seria pressuposto para a dita integração jurídico-ambiental.

Porém, fato é que essa integração ainda está em processo de desenvolvimento, e como não se sabe quando o Direito Ambiental alcançará a sua almejada efetividade, o Direito Penal surge como uma “carta joker”.

Feitas as considerações sobre a integração jurídico-ambiental – que guarda relação com princípio da integração – e a necessidade de consenso sobre o conteúdo dos princípios, remete-se agora a outros princípios gerais do Direito do Ambiente, com a ressalva de que as doutrinas nacionais e internacional destacam importantes princípios, mas não há unanimidade em torno destes, sobretudo quanto à nomenclatura utilizada.

Os princípios do Direito Ambiental “tem por escopo proteger todas a espécies de vida no planeta, propiciando uma qualidade de vida satisfatória ao ser humano da presente e das futuras gerações” ²¹⁵. Esses princípios estão presentes em todo ordenamento jurídico, dando-lhe força e coesão necessária, inclusive para nortear as ações dos Estados, prevenir e/ou evitar os efeitos negativos causados pelos seres humanos ao meio ambiente em uma sociedade em desenvolvimento, em nome de uma política ambiental comum.

Aliás, cumpre ressaltar que disposições do Direito Internacional do Ambiente são amplamente recomendatórias, ou seja, são substratos normativos positivos e genéricos, que tem como último fim a sua conversão em normas jurídicas universais. Assim, inicialmente influenciam, norteiam e permeiam as decisões soberanas dos Estados e das suas instituições jurisdicionais na regulação das questões de direito interno para, enfim, obterem como efeito o fortalecimento das normas em um sistema jurídico fortalecido e baseado na cooperação e diplomacia internacionais.

O Direito Internacional Ambiental possui princípios relevantes que guardam relação com a eventual tipificação do crime de ecocídio. Desse modo, para verificar a possibilidade dessa nova forma de proteção do meio ambiente, remete-se à análise do ecocídio à luz dos princípios ambientais da cooperação internacional, da precaução, da prevenção, e desenvolvimento sustentável, a fim de verificar se há fundamentação principiológica que induza a tipificação do ecocídio como crime internacional.

²¹⁵ Cfr. SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 10 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 29.

Uma peculiaridade acerca da categoria dos princípios ambientais é a sua natureza “transnacional”²¹⁶. Ou seja, no direito ambiental o objeto protegido não se restringe aos limites fronteiriços tradicionais, o que exige ferramentas comuns a todos os cidadãos e países. Por isso diz-se que o meio ambiente tem uma “vocação espacialmente planetária”²¹⁷.

Nessa linha, urge mencionar o *princípio da cooperação internacional* em matéria ambiental como forma incontornável para alcançar a preservação dos bens ambientais, bens estes que não conhecem fronteiras, assim como a poluição²¹⁸. Desse modo, torna-se indispensável a atuação concertada dos Estados no plano internacional, inspirados também pelo princípio da fraternidade²¹⁹.

Assim, o princípio da cooperação internacional remete à necessidade de colaboração entre os Estados, no sentido de alcançar uma proteção mais efetiva do meio ambiente. Este princípio foi mencionado pela primeira vez no Princípio 24 da Declaração de Estocolmo²²⁰, mas também encontra reafirmação em diversos diplomas internacionais como na Declaração do Rio (1992) em seu Princípio 7²²¹.

Em outras palavras, o princípio da cooperação internacional impõe aos Estados dever de comprometer-se com os tratados internacionais, manter o

²¹⁶ Cfr. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Introdução ao Direito do Ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. p. 34. Nesse sentido também: ROTA, Demetrio Loperena. **Los principios del derecho ambiental**. Madrid: Civitas, 1998. p. 75.

²¹⁷ Vale dizer que “Muchas de las normas que se aplican formalmente en un país, o en el ámbito comunitario, tienen consecuencias mucho más allá de sus fronteras.” Cfr. ROTA, Demetrio Loperena. **Los principios del derecho ambiental**. Madrid: Civitas, 1998. p. 9 e 27.

²¹⁸ GOMES, Carla Amado. Princípios Jurídicos Ambientais e Proteção da Floresta: considerações assumidamente vagas. **RevCEDOUA**, Coimbra, n.17, ano IX, p.51-69, 2006. p. 66.

²¹⁹ Nesse sentido, versa o artigo 4º da Convenção da ONU para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, segundo o qual “Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural. (...) Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.”.

²²⁰ Proclama o Princípio 24 da Declaração de Estocolmo (1972) que “Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.

²²¹ De acordo como Princípio 7 da Declaração do Rio (1992) “Os Estados cooperarão espírito de parceria global para conservar, proteger e recuperar a saúde e integridade do ecossistema da Terra. Tendo em conta os diferentes contributos para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na procura do desenvolvimento sustentável a nível internacional, considerando as pressões exercidas pelas suas sociedades sobre o ambiente global e as tecnologias e os recursos financeiros de que dispõem.”.

intercâmbio de informações, fomentar as pesquisas nas áreas da ciência e tecnologia, e promover esforços conjuntos para evitar os riscos e as situações indesejadas que possam ocasionar danos ao meio ambiente.

Esse princípio é reflexo da conscientização das consequências transfronteiriças das atividades que degradam o meio ambiente, sem renunciar a soberania dos Estados nem a autodeterminação dos povos. Portanto, a criminalização do ecocídio encontra respaldo neste princípio na medida a criminalização não fere a soberania dos Estados, mas previne os atos dos Estados – assim como deve prevenir atos dos particulares – que possam degradar o meio ambiente e prejudicar as presentes e futuras gerações.

Aproveitando o ensejo, se prevenir é preciso, naturalmente urge mencionar os *princípios da precaução e prevenção*²²².

O primeiro expressa a necessidade de cautela ou cuidado na aplicação de medidas que possam evitar danos graves ou irreversíveis, mesmo diante da ausência de absoluta certeza científica que as justifique, por ser economicamente viável para impedir ou prevenir determinado dano ambiental²²³.

Assim, trata-se de um instrumento de prevenção dos riscos, invocado sempre que exista incerteza científica quanto às consequências de determinada ação para a saúde humana ou para o meio ambiente. Ou seja, é ele que justifica que os responsáveis por atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente adotem medidas preventivas de proteção face ao risco de danos irreversíveis ou de difícil reparação.

Por outro lado, o princípio da prevenção busca adoção de medidas antes da ocorrência de um dano concreto cuja imagem é conhecida, com a finalidade de evitar a que ocorra novamente, ou pelo menos que seus efeitos sejam minorados²²⁴. Trata-se, portanto, do reconhecimento de que o gasto necessário para reparar um dano ambiental a um ecossistema é, em regra, muito superior aos benefícios

²²² A Declaração de Estocolmo (1972) já revelava, em seu Princípio 2, a necessidade da prevenção e da precaução, senão vejamos: “Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento”.

²²³ Vide Princípio 15 da Declaração do Rio (1992). No mesmo sentido, a Convenção da Diversidade Biológica, já aduz em seu preâmbulo que “a ausência de certeza científica plena não deve ser usada como justificativa para que se evite ou minimize ameaças ao meio ambiente.”.

²²⁴ Cfr. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Introdução ao Direito do Ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998, pp. 45.

provenientes de determinada atividade. Por isso, mais vale prevenir do que remediar.

Desse modo, esse princípio aglutina a necessidade do prevalecimento de ações sustentáveis, com o afastamento do perigo, na busca da proteção contra um dano eventualmente irreversível ou de difícil reparação e que possa vir a ocorrer.

Com isso, pelo princípio da precaução busca-se evitar danos ambientais ao obrigar que os responsáveis por atividades com grande potencial lesivo adotem medidas preventivas de proteção, como deve ocorrer nos casos de ecocídio. Enquanto isso, pelo princípio da prevenção, buscar-se a imposição de medidas mais duras contra os potenciais agentes causadores dos desastres ambientais – como eventuais os “ecocidas” – para desestimular a ocorrência desses danos pela mesma via.

Assim, seja à luz do princípio da precaução ou da prevenção, resta claro que a prática do ecocídio, por definição, gera danos graves ou irreversíveis aos ecossistemas. Nesse contexto, as medidas de precaução e prevenção serão sempre bem-vindas para evitar novos danos, pelo que as medidas de precaução e prevenção podem perfeitamente ser aplicadas em paralelo à tipificação do ecocídio.

Acerca do princípio do desenvolvimento sustentável, e nos termos do Princípio 4 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente em relação a ele”²²⁵.

A redação original do princípio é encontrada no Relatório Brundtland, o qual afirma que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades²²⁶. Em outras palavras, a aplicação deste princípio visa compatibilizar desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Importa ressaltar que o maior desafio deste princípio se confunde com seu próprio objetivo, qual seja, alcançar o ponto de equilíbrio entre o da atividade econômica em crescimento e o uso adequado e racional dos recursos naturais, de

²²⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 14 de junho de 1992. In: **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, 153-159, 1992.

²²⁶ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

forma que o meio ambiente seja respeitado e preservado para as atuais e futuras gerações.

Nesse contexto, através das lentes do princípio do desenvolvimento sustentável, a tipificação do ecocídio na esfera internacional é uma forma de brevar os danos ambientais de grande proporção através da punição exemplar dos agentes que pratiquem tal conduta, incentivando o uso racional dos recursos naturais em detrimento das ações inconsequentes, sobretudo advindas da atividade econômica. Em última análise, conter as condutas extremamente lesivas ao meio ambiente através da punição é condição para alcance do desenvolvimento sustentável.

Em relação à referida punição, e já adentrando no campo do Direito Penal, não é à toa que já tenha sido observada uma tendência no direito penal moderno em que o princípio do direito penal mínimo é expandido de forma a transformar o direito penal no chamado *direito penal de controle global*, o qual é utilizado como resposta pronta e eficaz aos complexos problemas nascidos na própria sociedade moderna²²⁷.

Não é comum observarmos um comportamento tão “ousado” no direito penal, já que, tradicionalmente, o direito penal é utilizado em *ultima ratio*²²⁸. Porém, face à entrada em cena dos riscos modernos, que são diferentes em termos de escala de ameaça, de dimensão das possíveis consequências, e também quanto aos próprios objetos ameaçados, surge o chamado direito penal do risco²²⁹.

Ou seja, no âmbito do direito penal, a inclusão do meio ambiente no horizonte da responsabilidade, nomeadamente através da introdução de novos meios de

²²⁷ Por amor ao debate, registra-se que parte da doutrina penalista considera perigosa a tendência de expansão do direito penal convertido a novas formas de “pedagogia social” por entenderem, dentre outros motivos, que não estão em sintonia com os princípios penais da necessidade e subsidiariedade. Cfr. MENDES, Paulo de Sousa. **Vale a Pena o direito penal do ambiente?**. Lisboa: AAFDL, 2000. p. 13-14. Na mesma linha, ensina Alexandre Salim que “Parte da doutrina adota posicionamento crítico em relação à expansão inadequada e ineficaz da tutela penal em razão desses novos bens jurídicos de caráter coletivo. Argumenta-se que tais bens são formulados de modo vago e impreciso, ensejando a denominada desmaterialização (espiritualização, dinamização ou liquefação) do bem jurídico, em virtude de estarem sendo criados sem qualquer substrato material, distanciados da lesão perceptível dos interesses dos indivíduos (ex.: mercado econômico; ordem tributária; a moralidade pública; sentimento do povo; saúde pública etc.). O discurso crítico sustenta que não mais se protege bem jurídico, mas funções, consistentes em objetivos perseguidos pelo Estado ou, ainda, condições prévias para a fruição de bens jurídicos individuais”. AZEVEDO, Marcelo André de; SALIM, Alexandre. **Direito Penal: Parte Geral**. v.1. 6.ed. Rev., ampl e atual. Salvador: Jus Podvim, 2016.

²²⁸ Cft. SANTIAGO, Alex Fernandes. Compreendendo o papel do Direito Penal na defesa do Meio Ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 61, p. 82, jan./mar. 2011. Nesse sentido, ver também: MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 6.ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2009, p. 976.

²²⁹ Cfr. MENDES, Paulo de Sousa. **Vale a Pena o direito penal do ambiente?**. Lisboa: AAFDL, 2000. p. 84-93.

responsabilização, foi precedida do imperativo de salvaguardar a permanência da vida humana na Terra²³⁰, o que se elege como uma boa razão para tal intervenção penal.

Contudo, quando o Direito Penal inclui no seu manto protetor os bens jurídicos ambientais e pune os réus com a severidade inerente a esse ramo do direito, não está propriamente a atuar como forma de prevenção de perigos isolados, mas a prevenir as ameaças contra o meio ambiente, em escala global, tendo como pressuposto que há riscos empiricamente catalogados que configuram elementos de grande perturbação por serem suscetíveis de abalar os ecossistemas²³¹.

Ocorre que, a partir da relativização do princípio do direito penal mínimo, que alarga o campo de abrangência deste ramo do direito para incluir a proteção do meio ambiente como bem difuso – a partir do pressuposto que esses bens são mais do que nunca essenciais para que haja a continuidade da vida e a paz mundial – uma luz de alerta se acende no que tange à necessidade de respeito ao princípio da legalidade penal.

De forma objetiva, o princípio da legalidade toca o ecocídio em pelo menos duas abordagens.

A primeira diz respeito à preservação deste princípio em decorrência da taxatividade. Nessa vertente, há um imperativo de respeito à norma escrita dos diplomas internacionais vigentes, de forma que para criminalizar o ecocídio no plano mundial essa medida não poderia contrariar, em concreto, o próprio texto do Estatuto de Roma.

Nessa linha, há duas opções para contornar o problema da taxatividade e evitar o desrespeito ao princípio da legalidade: a) utilizar uma cláusula aberta do próprio texto que permita a ampliação do conceito dos crimes abrangidos pelo Estatuto, o que seria possível, por exemplo, relativamente aos crimes contra humanidade, nos termos do artigo Artigo 7 (1) (k); ou, b) a partir da inserção do crime de ecocídio de forma expressa no ordenamento internacional. Essas possibilidades serão melhor analisadas no próximo item.

²³⁰ Aqui há críticas à intervenção do direito penal, já que supostamente este imperativo se dirige muito mais à política pública do que à conduta privada. Cfr. MENDES, Paulo de Sousa. **Vale a Pena o direito penal do ambiente?**. Lisboa: AAFDL, 2000. p. 90.

²³¹ Cfr. MENDES, Paulo de Sousa. **Vale a Pena o direito penal do ambiente?**. Lisboa: AAFDL, 2000. p. 92 e 93.

A segunda abordagem em que o princípio da legalidade toca o ecocídio é no que concerne ao desdobramento do princípio quanto ao requisito da tipicidade penal²³². Nessa vertente, considera-se de forma geral que deve haver criminalização de condutas desde que sejam típicas e circunscritas ao universo daquelas que representem riscos catalogados – portanto escolhidas a partir do conhecimento empírico ou científico, e não aleatoriamente.

Com efeito, o que se busca através do direito penal ambiental é a proteção do meio ambiente a partir da criminalização de condutas que configurem elementos de grande perturbação por serem suscetíveis de abalar os ecossistemas. Por isso, a situação ideal para harmonizar o ecocídio a esse princípio remete à necessidade de incluir os elementos do tipo de forma expressa, dando ao texto a desejável carga de legalidade quanto ao requisito da tipicidade penal.

Nesse sentido, apenas o crime ambiental estampado no artigo 8º, (2), al. b), iv) do Estatuto de Roma está previsto de forma expressa²³³ com os elementos do tipo bem definidos, em respeito ao princípio da legalidade, sendo, portanto, uma proteção real trazida pelo Direito Penal através da jurisdição do TPI, em plena harmonia com o princípio da legalidade. O problema é que esse é um crime de guerra, e de acordo com a definição pretendida para o ecocídio não há limitação apenas para tempos de guerra.

Contudo, enquanto não há disposição expressa no Estatuto de Roma em relação ao ecocídio, e tampouco há jurisprudência internacional sobre o tema, são vislumbradas algumas hipóteses capazes de alargar o manto protetor do meio ambiente a partir de ferramentas hermenêuticas capazes de ampliar a competência material do TPI, o que abre novas possibilidades à tutela do meio ambiente.

5.2.3 Da possibilidade de enquadramento do ecocídio enquanto Crime Contra a Humanidade ou Crime de Genocídio

²³² Para mais sobre a relação entre legalidade e tipicidade, ver: CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. Princípio da legalidade penal como direito humano fundamental. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 4, n. 2, p 77-91, 2012. Também nesse sentido: NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 53.

²³³ De acordo com esse dispositivo, esse Estatuto reconhece como crime de guerra “outras violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflitos armados internacionais” assim como o ato de “lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de vidas humanas ou ferimentos na população civil, danos em bens de carácter civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e directa que se previa.

Entende-se que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental dado que, apesar de não estar não previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, ele faz parte do “bloco de constitucionalidade” das “principais constituições contemporâneas”²³⁴.

Naturalmente, a violação ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado representa uma grave transgressão aos direitos humanos. Assim sendo, o ecocídio poderia ser considerado um crime contra a humanidade, dado que manter o equilíbrio do meio ambiente é sinônimo de manutenção da vida, seja humana ou não.

Os crimes contra a humanidade são tipificados pelo Estatuto de Roma como sendo aqueles que resultam de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque, e que implique em homicídio, extermínio, escravidão, deportação ou transferência forçada, prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, tortura, violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez à forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no sexual de gravidade comparável, perseguição de um grupo ou coletividade por motivos políticos, de raça, etnia, nacionalidade, cultura, gênero, religião, o desaparecimento forçado de pessoas, *apartheid* e outros atos desumanos graves.²³⁵

Dessa forma, nota-se que a intenção na atividade legiferante era trazer o máximo de condutas possíveis que pudessem configurar um crime contra a humanidade, de forma que fosse viável proteger a humanidade das práticas de destruição em massa, inclusive punindo condutas não previstas expressamente, mas de relevante crueldade equiparada.

Assim, a forma mais prática de se conseguir criminalizar as condutas contra o meio ambiente no Estatuto de Roma – o que inclui o ecocídio – sem alteração no texto e que não exige tanta “ginástica hermenêutica” é através da disposição do Artigo 7 (1) (k), que trata dos crimes contra humanidade.

Segundo este dispositivo:

²³⁴ MUZZUOLI, Valério de Oliveira. A proteção internacional Dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente. **Revista Amazônia legal de estudos sócio-jurídicos-ambientais**, Cuiabá, v.1, n.1, p. 169-196, jan.-jun. 2007.

²³⁵ Vide Artigo 7º do Estatuto de Roma.

Artigo 7.º - Crimes contra a Humanidade

1 - Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por «crime contra a Humanidade» qualquer um dos actos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

(...)

k) Outros actos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ferimentos graves ou afectem a saúde mental ou física.

Por isso, tendo em conta que o conceito de crime contra a humanidade reside na abrangência do dispositivo supratranscrito, os crimes ambientais como o ecocídio poderiam ser considerados como outros atos desumanos que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem de forma grave a integridade física ou a saúde mental dos povos²³⁶.

Logo, o ecocídio poderia ser observado como crime contra a humanidade através da ampliação do conceito de crimes contra a humanidade, mesmo com a atual definição do Estatuto de Roma. Dessa forma, os Estados poderiam estar sujeitos à jurisdição do TPI nessa matéria. Por isso, há uma grande expectativa em torno do tema, já que há uma solução hermenêutica em vista e uma Procuradoria (do TPI) empenhada em priorizar a persecução penal de casos dessa natureza e magnitude.

Contudo, uma vez defendida a possibilidade de ampliação do conceito de crimes contra a humanidade, por forma a abranger os crimes ambientais, ainda será necessário preencher os elementos do tipo penal. Dentre eles, que seja evidenciado o “ataque generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque”²³⁷.

Mesmo assim, esta certamente será a maior possibilidade de reconhecer os atos de crime ambiental sem alterar o texto legal, mais ainda do que o posicionamento da corrente divergente que associa crimes ambientais ao crime de genocídio, já que o alcance deste último é ainda menor²³⁸. É que o tipo penal do genocídio exige como elemento o dolo específico de “destruir no todo ou em parte,

²³⁶ Cfr. FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **Revista Internacional dos Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-140, 2005.

²³⁷ Vide Artigo 7 (1) do Estatuto de Roma

²³⁸ Cfr. FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **Revista Internacional dos Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-140, 2005. p. 129.

um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”²³⁹, o que revela um elemento subjetivo do tipo necessariamente específico.

Portanto, não há uma boa correlação entre o ecocídio e a descrição das condutas do genocídio²⁴⁰, tampouco em relação ao dolo específico deste crime, pelo que não há adequação do ecocídio à figura do crime de genocídio, devendo prevalecer a associação aos crimes contra a humanidade na falta de outra solução.

5.2.4 O Ecocídio enquanto tipo penal autônomo no Estatuto de Roma

Se o ecocídio representa uma grave violação aos direitos humanos, *a priori*, não há motivos para discordar da competência do TPI para processar e julgar tais delitos²⁴¹. Na verdade, o que está em causa até o momento é sua adequação típica do ecocídio e a sua repercussão cenário internacional.

Efetivamente, como discorrido no item anterior, para que ocorra o enquadramento do ecocídio nos crimes contra humanidade, nos termos do Artigo 7 (1) (k) do Estatuto de Roma, é necessário que seja praticado um ataque generalizado ou sistemático, dirigido a uma população civil.

Dessa forma, para eventual preenchimento do tipo penal, presume-se o envolvimento de um número significativo de vítimas e uma conduta estratégica – isto é, que tenha sido metodologicamente planejada e organizada²⁴². Nessa linha, seria necessária uma intencionalidade especial, além do próprio dolo, qual seja, a consciência dos autores que participam do ataque²⁴³.

Porém, por via de regra, esses elementos do tipo não são necessários nos crimes ambientais, bastando no caso concreto do ecocídio a comprovação da ofensa massiva ao meio ambiente capaz de provocar danos irreparáveis ou de difícil

²³⁹ Vide Artigo 6º, caput, do Estatuto de Roma.

²⁴⁰ De acordo com as alíneas do Artigo 6º do Estatuto de Roma as condutas associadas ao genocídio são: Homicídios de membros do grupo; Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo; sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial; Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

²⁴¹ GORDILHO, Heron José de Santana; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Revista Justiça do Direito**. Passo Fundo, v. 31, n. 3, p.688-704, set./dez. 2018.

²⁴² DISSENHA, Rui Carlo. **Os crimes contra a humanidade e o Estatuto de Roma**. 2011. Disponível em: <http://aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/os_crimes_contra_a_humanidade_e_o_estatuto_de_roma_-_rui_dissenha.pdf> Acesso em: 20 mar. 2019. p. 11.

²⁴³ JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **O Tribunal Penal Internacional: a internacionalização do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004. p. 242-243.

reparação. Portanto, o alcance pretendido pela proposta do crime de ecocídio encontra limitação nos elementos objetivos e subjetivos do tipo dos crimes contra a humanidade.

Isto porque, a acusação teria que provar que esse ataque provocou um dano ambiental, que por sua vez resultou em grave comprometimento da saúde física ou mental de determinada população civil. “Caso contrário, estar-se-á admitindo uma analogia *in malam partem*, proibida nos Estados Democráticos de Direito” ²⁴⁴.

Outrossim, tal situação poderia ser considerada uma ofensa ao princípio da legalidade, alegadamente na sua vertente da taxatividade²⁴⁵. Isto porque, a depender do caso concreto, se não forem provados todos os elementos do tipo, uma interpretação extensiva não poderá ser admitida.

Nesse tom, urge mencionar o Artigo 22º (2) do mesmo diploma²⁴⁶ que veda de forma expressa o recurso à analogia, em homenagem ao princípio do *nullum crimen sine lege*. Assim, o próprio Estatuto proíbe de forma expressa a interpretação extensiva.

Em termos práticos, para ilustrar o raciocínio, imagina-se a situação de uma usina hidrelétrica administrada por certa empresa, cuja barragem rompeu-se causando um acidente premeditado pelo engenheiro responsável, com indícios de que o mesmo solicitou ordem de reparação, mas que foi ignorada pelos seus superiores hierárquicos, assim como pelas autoridades que investigaram o caso, e que causou a morte de dezenas de pessoas que habitavam a beira do rio, sem prejuízo dos graves danos ao ecossistema em razão da decorrente inundação.

No exemplo em comento, a eventual não punição dos responsáveis através do direito interno do país onde funciona a usina, seja porque as autoridades competentes não investigaram a fundo para apurar os fatos ou por qualquer outro motivo que condicionasse a atuação do Estado ao prosseguimento da persecução penal, poderia ensejar a atuação do Tribunal Penal Internacional mediante queixa.

²⁴⁴ GORDILHO, Heron José de Santana; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 31, n. 3, p.688-704, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7841/4648>> Acesso em: 25 abr. 2019. p. 698.

²⁴⁵ Conforme mencionado no tópico 5.2.2 do presente trabalho.

²⁴⁶ Versa o nº 2 do Artigo 22º do Estatuto de Roma que “A previsão de um crime será estabelecida de forma precisa e não será permitido o recurso à analogia. Em caso de ambiguidade, será interpretada a favor da pessoa objecto de inquérito, acusada ou condenada.”.

Ocorre que, no exemplo dado, a atual redação do Estatuto de Roma sobre os crimes contra a humanidade não permitiria a condenação da empresa – já que o TPI não tem competência para julgar crimes praticados por pessoas jurídicas – nem a condenação da(s) pessoa(s) responsável(is) pelo delito, tendo em vista que no caso em tela dificilmente restaria comprovado um “ataque sistemático ou generalizado”, elemento constante no *caput* do Artigo 7º do Estatuto de Roma.

Do mesmo modo, a situação de impunidade também subsistiria caso nessa mesma situação de rompimento não houvesse vítimas humanas diretas com grave prejuízo à saúde física e mental permanecendo, contudo, os danos ao ecossistema – que afetariam os humanos de forma indireta e por questão de tempo. Logo, mantem-se o posicionamento de que a definição pretendida do crime de ecocídio não é completamente absorvida pela ampliação do conceito de crime contra a humanidade do Artigo 7 (1) (k) do Estatuto de Roma.

Além disso, tanto a doutrina como a jurisprudência apontam para a necessidade da presença do “elemento político” para que seja caracterizado o crime contra a humanidade²⁴⁷. Em outras palavras, é necessário provar que a conduta punível está associada a uma atividade política inspirada pelo Estado ou organização similar²⁴⁸. Assim, o comportamento delituoso exemplificado quedava-se sem as consequências da jurisdição do direito interno e também do direito internacional.

Por isso, diz-se que o mero reconhecimento do direito ao meio ambiente sadio ou ecologicamente equilibrado, com todas as implicações relativas à sua não observância, nomeadamente na qualidade de vida dos indivíduos, não é suficiente para adequar o ecocídio como crime contra a humanidade²⁴⁹, pelo que claramente há condutas violadoras do direito humano ao meio ambiente sadio que precisam ser tipificadas para evitar a degradação ambiental em larga escala.

²⁴⁷ DISSENHA, Rui Carlo. **Os crimes contra a humanidade e o Estatuto de Roma**. 2011. Disponível em: <http://aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/os_crimes_contra_a_humanidade_e_o_estatuto_de_roma_-_rui_dissenha.pdf> Acesso em: 20 mar. 2019. p. 13.

²⁴⁸ GORDILHO, Heron José de Santana; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 31, n. 3, p.688-704, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7841/4648>> Acesso em: 25 abr. 2019. p. 698.

²⁴⁹ GORDILHO, Heron José de Santana; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 31, n. 3, p.688-704, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7841/4648>> Acesso em: 25 abr. 2019. p. 698.

Fato é que há uma certa dificuldade de se estabelecer critérios técnicos para definição do crime, o que incentiva a flexibilização do conceito de ecocídio, e o arremessa na vala comum do movimento de criminalização geral de diversas condutas contra o meio ambiente, ao invés de o reconhecer como um tipo penal autônomo.

Por isso, merecem apreço as propostas que visam alterar o texto do Estatuto de Roma, como por exemplo a proposta apresentada pelo movimento Eradicating Ecocide, que consiste em uma emenda ao Artigo 5º do Estatuto, acrescentando o ecocídio ao rol de crimes da competência do TPI, ao lado dos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão.

Em concreto, o referido movimento busca a criminalização do ecocídio como tipo penal autônomo, em função da existência de danos ao próprio meio ambiente, independentemente da verificação de danos à saúde física ou psíquica²⁵⁰, o que retiraria a dificuldade acusatória em provar elementos do tipo específicos e desnecessários, tendo em vista o projeto de tipificação que se propõe para a configuração do crime de ecodídio.

É claro que, para modificar o ordenamento internacional em vigor, faz parte do processo a realização de convenções internacionais específicas para tratar dos crimes ambientais e alterar ou criar novos diplomas internacionais que regulem de forma específica os novos – mas velhos conhecidos – crimes ambientais.

Assim como no exemplo dado anteriormente acerca da proposta apresentada por Richard Falk, sobre a criminalização do ecocídio na conferência de Washington em 1970, também outros autores e cientistas contribuíram com propostas de convenções para crimes ambientais.

Nesse sentido, faz-se mister enaltecer os projetos de Convenção contra a Criminalidade Ambiental²⁵¹ e Convenção contra o Ecocídio²⁵², produzidos em uma

²⁵⁰ HIGGINS, Polly. **Proposed Amendment to the Rome Statute**. 2010. Disponível em: <<http://eradicatingecocide.com/the-law/factsheet/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

²⁵¹ Esse documento encontra-se traduzido para português em: MARTIN-CHENUT, Kathia; NEYRET, Laurent; PERRUSO, Camila. Rumo à internacionalização da proteção penal do meio ambiente: dos ecocrimes ao ecocídio. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 550-560, 2015.

²⁵² NEYRET, Laurent. From ecocrimes to ecocide. Protecting the environment through criminal law. **C-EENRG Reports**, Cambridge, 2017. Disponível em: <<https://www.ceenrg.landecon.cam.ac.uk/report-files/report-002/view>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

pesquisa²⁵³ realizada na França, que estabelece a distinção entre ecocrimes e ecocídio, com gradação das medidas repressivas em função da gravidade da infração, que se define como uma proposta de “racionalização do direito penal”.

Nessa perspectiva, entende-se por “ecocriminalidade” ou criminalidade ambiental os crimes que ameaçam ou prejudicam o meio ambiente, que tenham ou não repercussões sobre o homem²⁵⁴. Nessa linha, vale dizer que os ecocrimes poderiam derivar de condutas comissivas ou omissivas, derivados de comportamentos intencionais ou negligentes, com produção de efeitos em âmbito nacional ou mesmo com efeito transgressor de fronteiras.

Na proposta, o universo dos crimes ambientais é dividido em “crimes comuns”, como sendo aqueles que não engendram maiores consequências para o meio ambiente²⁵⁵, e os “crimes fora do comum”, provenientes de comportamentos excepcionais que causam danos irreversíveis e de extrema gravidade ao meio ambiente²⁵⁶. A partir dessa distinção é estabelecida uma base para a aplicação de um direito penal mais racional de forma que cada conduta tenha uma sanção proporcional à sua gravidade, como medida da mais lúdima justiça.

Outrossim, vale ressaltar que no projeto de convenção sobre o ecocídio é instituído um Tribunal Penal Internacional do Meio Ambiente, com competência para processar e julgar o crime de ecocídio, inclusive com previsão de sanções para pessoas jurídicas, o que representaria uma grande conquista para a humanidade protegendo-a dos seus próprios atos inconsequentes contra o meio ambiente.

Por fim, é de referir que a comunidade internacional, principalmente através das contribuições da área acadêmica, sempre traz novas propostas e soluções que buscam de resolver a questão das lacunas dos crimes ambientais no direito internacional.

²⁵³ NEYRET, Laurent. Des écocrimes à l'écocide, un groupe de juristes au secours de l'environnement. In: BRÉCHIGNAC, Catherine; BROGLIE, Gabriel de; DELMAS-MARTY, Mireille (Dir). **L'environnement et ses métamorphoses**. Paris: Hermann, 2015. p. 183-193.

²⁵⁴ FOUCHARD, Isabelle; NEYRET, Laurent. 35 propositions pour mieux sanctionner les crimes contre l'environnement. In: NEYRET, Laurent (Dir.). **Des écocrimes à l'écocide: le droit pénal au secours de l'environnement**. Bruxelles: Bruylant, 2015. p. 315.

²⁵⁵ Ou seja, aqueles que não trazem necessariamente grande disfunção nos ecossistemas, v.g. caça furtiva, abandono ilegal de resíduos na natureza, etc.

²⁵⁶ MARTIN-CHENUT, Kathia; NEYRET, Laurent; PERRUSO, Camila. Rumo à internacionalização da proteção penal do meio ambiente: dos ecocrimes ao ecocídio. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 550-560, 2015. p. 552. Nesse sentido, também: NETO, Djalma Alvarez Brochado; MONT' ALVERNE, Tarin Cristino Frota. Ecocídio: proposta de uma política criminalizadora de delitos ambientais internacionais ou tipo penal propriamente dito?. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 209-226, 2018.

Apesar disso, verifica-se a inércia das organizações internacionais, de modo que não se consegue ultrapassar o campo das discussões, sobretudo pela falta de interesse dos países que sobrepõe o crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Porém, enquanto não ocorre efetivamente uma alteração na ordem jurídica internacional, o homem estará a lidar mal com os riscos crescentes e inerentes à sociedade moderna.

5.3 A REAL POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL AO MEIO AMBIENTE

Não há dúvidas que o meio ambiente é considerado um valor superior. Porém, também não há dúvidas que há lacunas no direito – mesmo com a gradativa ampliação dos instrumentos protetivos desencadeados a partir da Conferência de Estocolmo (1972) – que deveriam ser preenchidas por sanções jurídicas capazes de obstaculizar determinadas condutas delituosas contra o meio ambiente.

Por isso, a insuficiência, ou melhor, a falta de eficiência dos meios disponíveis no direito que garantam a proteção do meio ambiente enquanto valor imprescindível à vida faz surgir uma tendência para a criminalização de condutas geradoras danos ambientais. Por conseguinte, como esses danos acabam por repercutir em âmbito global, cabe ao Direito Internacional Penal a tipificação desses comportamentos prejudiciais ²⁵⁷.

Assim, a partir da constatação de que a maioria das condutas danosas ao meio ambiente ocorrem em tempos de paz, e dado que a publicação do documento da Procuradoria do TPI, que define a política de seleção e priorização de casos, constitui uma intenção de cunho meramente político deste órgão de cooperar com os países signatários do Estatuto de Roma (não significando, portanto, a adesão formal do ecocídio à competência desta corte), surge aqui uma oportunidade, revestida de necessidade ²⁵⁸, para que o direito penal contribua para a proteção de um bem difuso – o meio ambiente.

²⁵⁷ NETO, Djalma Alvarez Brochado; MONT' ALVERNE, Tarin Cristino Frota. Ecocídio: proposta de uma política criminalizadora de delitos ambientais internacionais ou tipo penal propriamente dito?. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 209-226, 2018. p.223-224.

²⁵⁸ Sob pena de serem mais recorrentes os desastres ambientais que poderiam ser desencorajados pela existência de sanções.

Dessa forma, a expectativa é que num futuro próximo as organizações internacionais promovam as alterações necessárias na legislação internacional, seguindo a tendência de ampliação da proteção dos direitos humanos, para incluir os crimes ambientais de maior gravidade na jurisdição do TPI, ou mesmo para instituir um tribunal internacional penal ambiental, com jurisdição específica para tratar dos crimes ambientais mais graves.

Por outro lado, tal acontecimento resultaria não só na expansão do manto protetor dos direitos humanos – já que significaria a inclusão do bem “meio ambiente” em uma ampliação dos bens jurídicos tradicionalmente tutelados pelo direito internacional penal (v.g. vida, saúde, paz) – como também representaria uma conquista para o próprio direito do ambiente, ao finalmente reconhecer internacionalmente a proteção do meio ambiente sem a necessária vinculação à via interpretativa antropocêntrica. Tudo isso a partir do fundamento que a natureza possui seu valor inerente, não se constituindo apenas como um bem à disposição do homem²⁵⁹.

Além disso, a criminalização do ecocídio, se concretizada por uma proposta semelhante à referida Convenção sobre Ecocídio²⁶⁰ ou mesmo fruto de uma alteração ao Estatuto de Roma, também representaria um apoio à luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Nesse sentido, versa o Princípio 6 da Declaração de Estocolmo:

Princípio 6

Deve-se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Ora, o princípio em destaque faz referência ao dever reconhecido pelos Estados signatários da Declaração de apoiar a justa luta dos povos contra a poluição. Assim, no que tange aos Estados, a ratificação de instrumentos internacionais que visam a tipificação dos crimes mais ofensivos contra o meio

²⁵⁹ GORDILHO, Heron José de Santana; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 31, n. 3, p.688-704, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7841/4648>> Acesso em: 25 abr. 2019.

²⁶⁰ NEYRET, Laurent; PERRUSO, Camila. Rumo à internacionalização da proteção penal do meio ambiente: dos ecocrimes ao ecocídio. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 550-560, 2015.

ambiente seria uma forma incontestável de contribuir para a redução da poluição em larga escala, como acontece via de regra na poluição transfronteiriça, que desencadeia graves prejuízos aos ecossistemas.

Ressalta-se, por oportuno, que, ao comparar os dispositivos legais internos relativos aos crimes ambientais, são encontradas várias divergências entre os países relativamente aos conceitos, os delitos e as penas²⁶¹. Isto porque os sistemas jurídicos nacionais contemplam leis penais que variam de acordo com o grau de complexidade e eficiência²⁶².

Assim, o efetivo reconhecimento do ecocídio no direito internacional através de eventual tratado multilateral sobre o tema também terá um efeito uniformizador sobre as fontes de direito interno destes Estados, já que a adesão a uma convenção sobre ecocídio indica que os Estados signatários procederão à alteração da sua legislação interna em busca de uma adequação ao instrumento internacional ratificado.

Isto é, o conteúdo ratificado passará a ser dotado de força jurídica nos ordenamentos internos, de acordo com a especificidade da legislação de cada país. Isso permitirá a integração jurídico-ambiental entre as nações – respeitando a soberania de cada uma – e ainda possibilitará a formação de uma jurisprudência internacional com o auxílio do princípio da complementaridade²⁶³, dado que haveria a intervenção do tribunal elegido quando o direito interno não consiga solucionar a questão.

Por tabela, a padronização entre os Estados no que se refere a conceitos, delitos e respectivas sanções também aumentaria a capacidade investigativa nas práticas criminosas transnacionais (já que mais países passariam a investigar os

²⁶¹ Sobretudo porque “os deveres e obrigações internacionais são de cunho minimalista, ou seja, trabalham com padrões mínimos.” Dessa forma, “Os Estados ficam com uma ampla margem de conveniência e oportunidade para estabelecerem políticas além dos padrões internacionais acordados ou ficarem adstritos ao documento estrangeiro”. Cfr. JORDACE, Thiago. **Tutela Penal Ambiental**: necessidade, adequação e viabilidade. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016. p. 188.

²⁶² NETO, Djalma Alvarez Brochado; MONT’ ALVERNE, Tarin Cristino Frota. Ecocídio: proposta de uma política criminalizadora de delitos ambientais internacionais ou tipo penal propriamente dito?. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 209-226, 2018. p. 218.

²⁶³ Este princípio está presente no Artigo 1º do Estatuto de Roma e dispõe que a jurisdição do TPI é complementar das jurisdições penais nacionais. Contudo, esse princípio também pode ser reproduzido em um novo instrumento internacional que institua uma corte específica para tratar do ecocídio, como se observa no projeto já referido da Convenção sobre o ecocídio. Ademais, de acordo com Jordace, o mencionado princípio tem duas finalidades: respeitar a soberania dos países e dar efetividade à justiça internacional penal. (JORDACE, Thiago. **Tutela Penal Ambiental**: necessidade, adequação e viabilidade. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016. p. 223-224).

mesmos crimes) e diminuiria a possibilidade do *dumping ambiental*²⁶⁴, haja vista que as grandes empresas atualmente se beneficiam das diferentes abordagens²⁶⁵ quanto aos crimes ambientais ou mesmo da inexistência, insuficiência ou ineficiência das leis protetivas do meio ambiente em determinados países.

Em outras palavras, através do *dumping ambiental* as grandes empresas acham vantagem econômica na desregulamentação ambiental em territórios onde o crescimento econômico ainda é mais bem-vindo do que o desenvolvimento sustentável. Por isso, tipificar o ecocídio significa diminuir as discrepâncias entre os tipos penais e sanções entre os Estados e reduzir uma prática empresarial que é perigosa para o meio ambiente porque representa uma redução de custos das empresas às custas da degradação do meio ambiente e do desrespeito ao direito humano ao meio ambiente sadio.

Em suma, reconhecer o crime de ecocídio de forma autônoma significa, além de reverenciar os princípios contidos na Declaração de Estocolmo, reduzir o efeito do *dumping ambiental*, aumentar a capacidade investigativa dos países relativa aos crimes ambientais, estabelecer uma integração jurídico-ambiental entre os Estados, contar com a jurisdição complementar de um tribunal internacional para solucionar os casos não resolvidos internamente (seja o TPI ou uma nova corte que poderá ser criada), e ainda aumentar a possibilidade de formação de uma jurisprudência ambiental internacional.

Em que pese a dificuldade de se fixar uma jurisdição universal para crimes ambientais, antes disso há um desafio maior a ser ultrapassado, qual seja, obter um consenso entre os Estados sobre o conceito de ecocídio e os elementos do tipo penal. Obviamente a necessidade de definir tipos penais próprios implica

²⁶⁴ O *dumping ambiental* é a prática empresarial de redução dos custos com os recursos naturais ou com as consequências jurídico-ambientais ligadas ao meio ambiente ou ao mau uso da natureza no exercício da atividade empresarial.

²⁶⁵ Sublinha-se que “As variadas abordagens sobre os mesmos crimes acabam por provocar o chamado *dumping ambiental*, servindo de catalizador para atividades criminosas.” Por isso, “Agentes econômicos internacionais (empresas transnacionais, via de regra), optam por construir instalações poluentes ou degradantes em nações onde a legislação é mais branda, auferindo maiores lucros, frente à desnecessidade de adoção de medidas em relação à proteção do meio ambiente. A ausência de padronização dos crimes entre os Estados, portanto, favorece o incremento da criminalidade ambiental, especialmente naqueles onde haja consequências regionais ou globais. (NETO, Djalma Alvarez Brochado; MONT’ ALVERNE, Tarin Cristino Frota. Ecocídio: proposta de uma política criminalizadora de delitos ambientais internacionais ou tipo penal propriamente dito?. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 209-226, 2018. p. 218.). Nesse sentido, também: MARTIN-CHENUT, Kathia; NEYRET, Laurent; PERRUSO, Camila. Rumo à internacionalização da proteção penal do meio ambiente: dos ecocrimes ao ecocídio. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 550-560, 2015. p. 544.

necessariamente em alteração/adaptação/evolução/racionalização do direito penal. Isso só será possível através do direito penal. Por isso aqui está a grande possibilidade de contribuição desse ramo do direito ao meio ambiente.

Dessa forma, é imperioso que o Direito Internacional Penal proponha diretrizes jurídicas adequadas, com respeito aos princípios gerais do direito e às peculiaridades de cada país, com o fito de obter a necessária proteção do meio ambiente, que atualmente se resume a mecanismos ineficazes para conter as condutas lesivas ao meio ambiente.

5.4 O INDIVÍDUO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL E A LIMITAÇÃO DO SISTEMA GLOBAL QUANTO À GARANTIA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE

Feitas as considerações necessárias sobre a necessidade de reconhecimento do ecocídio como crime ambiental no Direito Internacional e da criação de uma jurisdição específica para o meio ambiente, cabe agora avaliar a limitação do Sistema Global.

O processo de justicialização dos direitos humanos iniciou-se com o Tribunal de Nuremberg²⁶⁶. Com fundamento no costume internacional, este tribunal condenou criminalmente os indivíduos envolvidos pela prática de crime contra a paz, crime de guerra e crime contra a humanidade, previstos pelo Acordo de Londres²⁶⁷.

Através do julgamento no Tribunal de Nuremberg foi consolidado o entendimento que, tal como os Estados, os indivíduos também poderiam ser sujeitos

²⁶⁶ Cfr. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 90. Acerca do Tribunal de Nuremberg, vale registrar que “Em 8 de agosto de 1945, os Governos do Reino Unido, dos Estados Unidos, Provisório da República Francesa e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas celebraram um acordo estabelecendo este Tribunal para o julgamento dos crimes de guerra, cujas ofensas não tivessem uma particular localização geográfica. De acordo com o artigo 5º, os seguintes Estados das Nações Unidas expressamente aderiram ao acordo: Grécia, Dinamarca, Iugoslávia, Países Baixos, Checoslováquia, Polônia, Bélgica, Etiópia, Austrália, Honduras, Noruega, Panamá, Luxemburgo, Haiti, Nova Zelândia, Índia, Venezuela, Uruguai e Paraguai. O Tribunal foi investido do poder de processar e punir as pessoas responsáveis pela prática de crime contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, como definido pela Carta” (HENKIN, Louis; PUGH, Richard; SCHACHTER, Oscar; SMIT, Hans. **International law: cases and materials**. 3. ed. Minnesota, West Publishing, 1993, p. 381.).

²⁶⁷ Sobre o referido acordo, merece destaque os seguintes dispositivos referentes ao capítulo da constituição do tribunal Internacional Militar com implicações para os indivíduos:

Artigo 7º: “A posição oficial de réu, seja como chefe de Estado ou como oficial responsável pelo aparato governamental, não será considerada como fator a excluir a responsabilidade ou reduzir a punição”.

Artigo 8º: “O fato de o réu agir em obediência a ordem de seu Governo ou de seu superior não afasta sua responsabilidade, mas pode ser considerado para atenuar sua punição, se o Tribunal entender que a justiça assim requer”.

de direito internacional, tendo em vista que os crimes contra a ordem internacional foram praticados por indivíduos e não por “entes abstratos”, consagrando assim o entendimento de que os indivíduos eram passíveis de punição por violação do direito internacional²⁶⁸.

Apesar das duras críticas²⁶⁹ a este tribunal de exceção, fato é que a situação vivida naquele momento trouxe para a humanidade a percepção de que deve haver limites à soberania estatal e que os indivíduos devem ter personalidade jurídica no direito internacional por serem sujeitos de direitos e obrigações²⁷⁰. Com efeito, houve uma mudança nas relações interestatais a partir da compreensão de que os certos direitos – os humanos – não devem ser assunto exclusivo da jurisdição interna. Dessa forma, os Estados não mais poderiam invocar a soberania para eximir os indivíduos das suas responsabilidades, tampouco para deixar de observar os direitos fundamentais dos indivíduos.

Em sequência, a criação do Tribunal Penal Internacional inaugurou o sistema internacional de justiça para julgamento de graves violações aos direitos humanos²⁷¹. Sublinha-se que as atividades internacionais na área dos direitos humanos são classificadas por Bobbio em três categorias: promoção, controle e garantia²⁷².

²⁶⁸ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 90. Nesse sentido, também ensina Cançado Trindade que “Já não se sustentam o monopólio estatal da titularidade de direitos nem excessos de um positivismo jurídico degenerado, que excluíram do ordenamento jurídico internacional o destinatário final das normas jurídicas: o ser humano.” (TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: ed. Del Rey, 2006. p. 111.).

²⁶⁹ Dentre as críticas ao Tribunal de Nuremberg destaca-se o fato de ter violado o princípio da anterioridade penal (já que as condutas não eram tipificadas anteriormente), as sanções impostas (incluindo pena de morte) e o fato de ser revestido de caráter político (porque tratou-se de um julgamento em que os vencedores julgaram os vencidos).

²⁷⁰ Cfr. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 93-94.

²⁷¹ Ao contrário dos tribunais de exceção, o TPI assenta-se no princípio da legalidade e da universalidade, em uma justiça preestabelecida, permanente e independente.

²⁷² Segundo Bobbio, “Por promoção, entende-se o conjunto de ações que são orientadas para este duplo objetivo: a) induzir os Estados que não têm uma disciplina específica para a tutela dos direitos do homem a introduzi-la; b) induzir os que já a têm a aperfeiçoá-la, seja com relação ao direito substancial (número e qualidade dos direitos a tutelar), seja com relação aos procedimentos (número e qualidade dos controle jurisdicionais). Por atividades de controle, entende-se o conjunto de medidas que os vários organismos internacionais põem em movimento para verificar se e em que grau as recomendações foram acolhidas, se e em que grau as convenções foram respeitadas. (...) Finalmente, por atividades de garantia (talvez fosse melhor: dizer de “garantia em sentido estrito”), entende-se a organização de uma autêntica tutela jurisdicional de nível internacional, que substitua a nacional. A separação entre as duas primeiras formas de tutela dos direitos do homem e a terceira é bastante nítida: enquanto a promoção e o controle se dirigem exclusivamente para as garantias existentes ou a instituir no interior do Estado, ou seja, tendem a reforçar ou a aperfeiçoar o sistema

Por conseguinte, no sistema global, até a aprovação do Estatuto de Roma, os direitos humanos eram apenas promovidos e protegidos²⁷³, pelo que a forma de garantia só se tornou realidade com a criação do TPI, mesmo que restrita ao ato de criminalização das condutas mais graves contra a humanidade em tempos de guerra.

Nesse sentido, leciona Flávia Piovesan²⁷⁴:

(...) as principais convenções de direitos humanos do sistema global, ao fixarem parâmetros protetivos mínimos, estabelecendo catálogo de deveres aos Estados e de direitos aos indivíduos, no campo do monitoramento internacional, preveem *treaty-bodies* que, na qualidade de órgãos políticos, têm a competência de examinar relatórios, comunicações interestatais e petições individuais, acrescendo-se, por vezes, a competência para realizar investigações *in loco*. Com efeito, no âmbito das Nações Unidas, os tratados de proteção de direitos humanos, sejam gerais (por exemplo: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), sejam especiais (por exemplo: a Convenção contra a Tortura, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher), estabelecem órgãos de monitoramento — os “Comitês” —, integrados por experts, eleitos pelos Estados-partes. Os experts são pessoas de reconhecida competência em matéria de direitos humanos e devem servir ao Comitê de forma independente e autônoma, e não como representantes do Estado. Os Comitês são órgãos políticos ou “quase judiciais” que, todavia, não apresentam caráter jurisdicional, isto é, suas decisões possuem natureza recomendatória e não jurídico-sancionatória, de modo que se aplicam ao Estado violador sanções de caráter moral e político, mas não jurídico, no enfoque estrito.

Desse modo, não há no sistema global, até o momento, um Tribunal Internacional de Direitos Humanos que, na qualidade de órgão jurisdicional, tenha a competência para julgar casos de violações de direitos humanos, enunciados em tratados internacionais de âmbito global, proferindo decisões juridicamente vinculantes.”

Nesse diapasão, evidencia-se a limitação do sistema global porque não há um Tribunal Internacional de Direitos Humanos. Na verdade, só há atividade de

jurisdicional nacional, a terceira tem como meta a criação de uma nova e mais alta jurisdição, a substituição da garantia nacional pela internacional, quando aquela for insuficiente ou mesmo inexistente.” (BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 39-40.).

²⁷³ As atividades de Promoção e Proteção no Sistema Global são desempenhadas pela Corte Internacional de Justiça.

²⁷⁴ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 102-103.

promoção e controle desempenhada pelos Comitês de Direitos Humanos, já que a Corte Internacional de Justiça – que é o principal órgão jurisdicional da ONU – possui competência geral para resolver disputas entre os Estados e dar opiniões consultivas²⁷⁵.

Com isso, a única forma de garantia desses direitos está adstrita à atuação do TPI (em que apenas os indivíduos estão sujeitos a decisões juridicamente vinculantes) enquanto os Estados, em regra, podem se utilizar dos meios diplomáticos e de solução pacífica de controvérsias (em que estarão sujeitos, no máximo, a uma condenação política e moral) em detrimento da submissão à jurisdição de um tribunal internacional específico²⁷⁶.

Mesmo assim, em que pesem as limitações observadas relativamente a atividade garantidora dos direitos humanos, a possibilidade de submissão dos Estados ao monitoramento e controle da comunidade internacional ainda tem o seu valor na medida que os indivíduos podem utilizar esse sistema como titulares de direitos internacionalmente conhecidos.

Ademais, esse sistema de proteção e controle ganha força posto que hoje em dia o respeito aos direitos humanos é fundamental para manter a legitimidade governamental, sendo vários os exemplos na história da humanidade em que ditadores foram destituídos do poder após violarem esses direitos.

²⁷⁵ De acordo com o próprio Estatuto da Corte Internacional de Justiça, apenas os Estados poderão ser partes em casos diante da Corte (vide art. 34). Em relação aos Estados que não são membros das Nações Unidas, estes poderão litigar perante a Corte, desde que se sujeitem às disposições especiais dos tratados vigentes e não coloquem as partes em situação de desigualdade diante da Corte (vide art. 35). Organização das nações unidas. Estatuto da Corte Internacional de Justiça

²⁷⁶ Isto porque, de acordo com o artigo 36 do Estatuto, a competência da Corte Internacional de Justiça se estende a todos os litígios que as partes a submetam e a todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas ou nos tratados e convenções vigentes.

6 CONCLUSÕES

Apesar da preocupação com o meio ambiente ter surgido de forma relativamente tardia no Direito Internacional, com o desenvolvimento da diplomacia multilateral foi possível amparar o direito ao meio ambiente de forma expressa tanto em âmbito global como nas Américas.

No Sistema Global a preocupação com o meio ambiente teve como marco a Declaração de Estocolmo (1972), quando se iniciou uma busca consciente pela preservação do meio ambiente consagrada por uma série de princípios que definem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como pressuposto para o gozo da vida digna.

Por sua vez, no Sistema Interamericano, o Protocolo de San Salvador (1988) trouxe de forma expressa o direito ao meio ambiente sadio, que foi acoplado ao rol de direitos econômicos, sociais e culturais que devem ser garantidos pelos Estados-partes.

Nessa esteira, pode-se afirmar que esses sistemas (Global e Interamericano) não são incompatíveis. Pelo contrário, ambos são úteis, complementares, coexistem e compatibilizam ideias em expressão ao chamado diálogo das fontes, com benefícios visíveis para o indivíduo.

Nesse sentido, no caso do Sistema Interamericano, o que inicialmente parece ser uma dicotomia na verdade tem sido solucionado satisfatoriamente, sobretudo porque a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem assumido extraordinária relevância, na medida que a jurisprudência internacional tem consolidado um importante campo para a proteção de direitos quando as instituições nacionais se mostram falhas e omissas em fazê-lo.

No que tange à participação do indivíduo no Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, verifica-se uma pequena evolução histórica. Inicialmente o Regulamento da CortelDH de 1980 não permitia qualquer influência no processo, como ocorre na Corte Internacional de Justiça. Entretanto, com a entrada em vigor do terceiro Regulamento da CortelDH foi concedido o direito de apresentação de argumentos e provas durante a fase de reparação através dos representantes das vítimas e seus familiares. Nessa linha, outra possibilidade de participação relevante do indivíduo no Sistema Interamericano é através da

apresentação de petições individuais à Comissão Interamericana. Ou seja, é possível provocar um procedimento de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos ou por não ter encontrado reconhecimento ou proteção desses direitos fundamentais no direito interno.

É verdade que essas formas de participação são singelas. Contudo, ressalta-se que se mostram imprescindíveis para a quantificação dos danos e melhor apuração da verdade real dos fatos, além de ser uma pequena expressão do princípio do acesso à justiça.

Devido à atividade da Corte Interamericana, tribunal específico de direitos humanos no âmbito da OEA, as formas de promoção e proteção são bem desenvolvidas nas Américas, inclusive com formação de jurisprudência. Por outro lado, no Sistema Global a atividade mais relevante é a forma de garantia dos direitos humanos que se tornou realidade com a criação do Tribunal Penal Internacional.

Perante o Tribunal Penal Internacional, e no que tange à participação do indivíduo enquanto sujeito de direito internacional, é inevitável referir-se às sanções penais internacionais. Nesse campo, com base no princípio da responsabilidade internacional do indivíduo, que invoca os indivíduos para prestarem contas de forma pessoal ao direito internacional, a atividade do TPI é imperativa, pois não existe qualquer outro mecanismo que acarrete aos indivíduos a necessidade de prestar contas por violação normas internacionais.

De toda sorte, a responsabilidade penal internacional do indivíduo não retira dos Estados a sua responsabilidade. Contudo, antes de os Estados chegarem ao ponto de serem responsabilizados, é preferível que estes cumpram os seus deveres respeitando os direitos humanos, inclusive os deveres de proteção do meio ambiente.

Dito isto, em relação à proteção do meio ambiente nos sistemas de promoção e proteção, tanto o Sistema Global quanto o Sistema Interamericano apresentam dificuldades para garantir a proteção desse bem difuso. Isto porque, em ambos os sistemas não há um tribunal específico para tratar da questão ambiental, que clama por uma via garantidora própria.

No Sistema Global, a única forma de garantia do direito ao meio ambiente é através da jurisdição do TPI, que não tem competência para julgar o ecocídio, estando limitado, no que tange ao meio ambiente, a punir o crime de guerra previsto

no artigo 8º, (2), al. b), iv) do Estatuto de Roma. Por isso, esse sistema carece de punição individual em relação às condutas danosas cometidas em tempos de paz.

Em contrapartida, no Sistema Interamericano, com o *Greening* da Convenção Americana, ainda se consegue obter a proteção reflexa do meio ambiente. Porém, esse fenômeno não é suficiente para salvaguardar, ou melhor, garantir a proteção deste bem jurídico nesse sistema regional.

De modo geral, quanto às ferramentas de promoção e controle, o Sistema Interamericano não apresenta grandes diferenças quando comparado ao Sistema Global. Isto porque, à semelhança do Sistema Global, o Sistema Interamericano também fixa parâmetros mínimos de proteção dos direitos humanos, impõe aos estados deveres jurídicos, institui órgãos de proteção (como a Comissão e a Corte interamericanas), e estabelece mecanismos de monitoramento voltados à implementação dos direitos humanos (como os relatórios, comunicações e petições individuais). Todavia, tal qual acontece no Sistema Global, o Sistema Interamericano ainda carece de uma maior capacidade sancionatória, e de uma jurisdição específica que garanta a proteção do meio ambiente.

Dessa forma, no Direito Internacional as reações a favor do meio ambiente – nem sempre harmônicas entre si – precisam ser amparadas por uma jurisdição específica que deve, preferivelmente, ser inaugurada no Sistema Global para permitir o efeito desfragmentador e resolver o problema da falta de coordenação em matéria ambiental. Deste modo, seria possível alcançar uma proteção mais efetiva para garantir o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Assim, caso seja instituído um tribunal internacional ambiental no Sistema Global, ou mesmo se a competência do TPI for alargada para receber os crimes ambientais, essa forma garantidora se somará às diversas soluções já oferecidas pelo Direito Internacional com um efeito integrativo para os Estados, preconizando inclusive o diálogo das fontes e a formação de uma jurisprudência internacional ambiental.

Em outras palavras, a criminalização do ecocídio tenderia a acabar com o problema da desorganização e falta de efetividade do direito do ambiente. Com efeito, o reconhecimento do ecocídio enquanto crime formaria de um verdadeiro sistema multidimensional de proteção do ambiente em que se somam, da menor

para a maior área de abrangência, as formas protetivas do direito interno, dos sistemas regionais e do sistema global.

Em última análise, ao estabelecer parâmetros mínimos de proteção no sistema global (que podem ser ampliados pelos sistemas regionais e ainda mais pelo direito interno) e, ao mesmo tempo, inaugurar uma jurisdição internacional penal ambiental que garanta a proteção do meio ambiente (de forma universal e complementar à jurisdição dos Estados), estar-se-ia inaugurado um sistema multidimensional de proteção, controle e garantia do meio ambiente fadado ao sucesso, justamente no momento em que o planeta mais precisa.

Assim, não se vislumbra melhor hipótese para conter os riscos desenvolvidos pela sociedade.

Com a solução proposta – o reconhecimento do ecocídio como crime internacional ambiental – não se pretende tirar do direito penal a sua tradição, nem abandonar definitivamente seus princípios gerais.

Do mesmo modo, não se almeja, com essa proposta, entregar ou delegar a proteção do meio ambiente exclusivamente à disciplina do direito penal.

No fundo, o que se busca é a união de dois ramos do direito em uma jurisdição internacional capaz de proteger o ser humano dos seus atos mais perversos que são capazes de destruí-lo e por tabela ainda acabar com a vida de modo geral. Isto seria o cúmulo inconsequente do egoísmo humano. A boa notícia é que, através de uma solução jurídica, essa catástrofe irreversível ainda pode ser evitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Diferença entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. In: **Lex Magister**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_27021556_CONCEITO__OBJETIVO__DIFERENCA_ENTRE_DIREITOS_HUMANOS_E_DIREITOS_FUNDAMENTAIS.aspx>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A arquitetura internacional dos direitos humanos**, São Paulo: FTD, 1997.

ALMEIDA, Susana. A protecção indirecta dos direitos humanos ambientais pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. In: MIRANDA, Jorge (dir.). **O Direito**. Coleção Cadernos O Direito. N.6. Temas de Direito do Ambiente. Coimbra: Almedina, 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

ALTHAUS, Ingrid Giachini. A tutela do meio ambiente como limitador da soberania estatal e do desenvolvimento. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 9, n. 9, p. 170-194, 2011.

ARRIGHI, Jean Michel. **OEA**: Organização dos Estados Americanos. Trad. Sérgio Bath. Barueri: Manole, 2004.

ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA PARA DEFESA DO MEIO AMBIENTE. **Guia de Defesa Ambiental: Construindo a Estratégia para o Litígio de Casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Disponível em: <https://aida-americas.org/sites/default/files/publication/GUIA%20AIDA%20PORTUGUES-WEBSITE_0.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____; GIDDENS, A; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. **Políticas ecológicas em la edad del riesgo**. Barcelona: El Roure, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, Orlindo Francisco. Ecocídio: Um crime ambiental internacional ou um crime internacional maquiado de verde? **RIDB**, Lisboa, v.2, n.7, p. 6457-6495, 2013. Disponível em: <www.idb-fdul.com>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 4.463, de 8 de novembro de 2002**. Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade, em consonância com o art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4463.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BREGALDA, Gustavo. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. São Paulo: Atlas, 2007.

BUERGENTHAL, Thomas; NORRIS, Robert. **Human rights**: the inter-american system. New York: Oceana Publications, 1982.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Introdução ao Direito do Ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. Princípio da legalidade penal como direito humano fundamental. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 4, n. 2, p 77-91, 2012.

COLOMBO, Silvana. Da noção de soberania dos Estados à noção de ingerência ecológica. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v.1, n.1, 2007.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais E Culturais, “**Protocolo De San Salvador**”. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/e.protocolo_de_san_salvador.htm>. Acesso em: 09 fev. 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. 01 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/RegulamentoCIDH2013.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolução n. 12/85**, Caso n. 7615 (Brasil), 5 de março de 1985, constante do Relatório Anual da CIDH 1984-85, OE A/Ser. L/ V/II. 66, doc. 10 rev. 1, 1 outubro, 1985, 24-31

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Impacto del procedimiento de solución amistosa**. Washington, D.C.: OAS, 2013.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito**. Caso dos “meninos de rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala. São José, 19 nov. 1999. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_63_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito**. Caso Bácam Velasquez vs. Guatemala. São José, 25 nov. 2000. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_70_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito**. Caso Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni v. Nicarágua. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C n. 79.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação e custas**. Caso da Comunidade Moiwana vs. Suriname. São José, 15 jun. 2005. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso de Kawas-Fernández sz. Honduras. **Sentença de mérito, reparação e custas**. 3 abr. 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_196_ing.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação e custas**. Caso da Comunidade indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai. São José, 24 ago. 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_214_ing.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença de mérito, reparação e custas**. Caso Gomes Lund e Outros (“guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. 24 nov. 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 13 jan, 2019. p. 102-103.

COUNCIL OF EUROPE. **Manual on Human Rights and the Environment**. 2. ed. Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2012. p, 33-74.

DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Droit international public**. 7.ed. Paris: LGDJ, 2002.

D’ÁVILA, Caroline Dimuro Bender. A proteção reflexa do meio ambiente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Instituto Interamericano de Direitos Humanos**, São José, n.1, jan./jun. p.11-38, 1985. Disponível em: <<https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/1117/revista-iidh-60.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

DISSENHA, Rui Carlo. **Os crimes contra a humanidade e o Estatuto de Roma**. 2011. Disponível em:

<http://aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/os_crimes_contra_a_humanidade_e_o_estatuto_de_roma_-_rui_dissenha.pdf> Acesso em: 20 mar. 2019.

DOTTI, René Ariel. **Proteção Constitucional do Meio Ambiente**: doutrinas essenciais de Direito Ambiental. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FALK, Richard. Environment warfare and ecocide: facts, appraisal and proposals. **Révue Belge de Droit International**, Brussels, n. 11, p. 1-27, 1973.

FONSECA, Fúlvio Eduardo. A convergência entre a proteção ambiental e a proteção da pessoa humana no âmbito do direito internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.50, n.1, p.121-138, 2007.

FOUCHARD, Isabelle; NEYRET, Laurent. 35 propositions pour mieux sanctionner les crimes contre l'environnement. In: NEYRET, Laurent (Dir.). **Des écocrimes à l'écocide**: le droit pénal au secours de l'environnement. Bruxelles: Bruylant, 2015.

FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **Revista Internacional dos Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-140, 2005.

FREITAS, Gilberto Passos de. Direito Penal Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé (ed.). **Curso interdisciplinar de direito ambiental**. Barueri: Manole, 2005.

GARFIELD, Seth. A nationalist environment: indians, nature and the construction of the Xingu National Park in Brazil. **Luso-Brazilian Review**, v. 41, n. 1, p. 139-167, 2004.

GOMES, Carla Amado. Princípios Jurídicos Ambientais e Protecção da Floresta: considerações assumidamente vagas. **RevCEDOUA**, Coimbra, n.17, ano IX, p. 51-69, 2006.

_____. **Elementos de apoio à disciplina de Direito Internacional do Ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2008.

_____. **Direito internacional do ambiente**: uma abordagem temática. Lisboa: AAFDL Editora, 2018.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Características gerais do direito (especialmente do direito internacional) na pós-modernidade. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, n. 106, v. 412, p. 470-474, nov./dez. 2010.

GORDILHO, Heron José de Santana; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 31, n. 3, p.688-704, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7841/4648>> Acesso em: 25 abr. 2019.

GRAY, Mark Allan. The international crime of ecocide. **California Western International Law Journal**, v. 26, n. 2, art. 3. p. 215-271, 1995.

GUERRA, Sidney. **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Controle de Convencionalidade**. São Paulo: Atlas, 2013.

HICKS, Bethany Luckitsch. Treaty congestion in international environmental law: the need for greater international coordination. **University of Richmond Law Review**, n. 32, pp. 1643-1674, 1999.

HIGGINS, Polly. **Proposed Amendment to the Rome Statute**. 2010. Disponível em: <<http://eradicatingecocide.com/the-law/factsheet/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____; SHORT, Damien; SOUTH, Nigel. Protecting the planet: a proposal for a law of ecocide. **Crime Law and Social Change**. v. 59. n.1. p. 251-266, 2013.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Office of the prosecutor policy paper on case selection and prioritization**. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/20160915_OTP-Policy_Case-Selection_Eng.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **O Tribunal Penal Internacional: a internacionalização do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004.

JACOBI, Pedro Roberto; CIBIM, Juliana. A necessária compreensão das consequências ampliadas de um desastre. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n.4, p.1-5, 2015.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. 2 reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2015.

JORDACE, Thiago. **Tutela Penal Ambiental**: necessidade, adequação e viabilidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

KISS, Alexandre. Sustainable Development and Human Rights. In: TRINDADE, A. A. C. **Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente**. São José: IIDH, 1995.

LECEY, Eladio. A proteção do meio ambiente e a responsabilidade penal da pessoa jurídica. In: FREITAS, Vladimir Passos de (org.). **Direito Ambiental em Evolução** 1. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

LIMA, Renata Mantovani de; BRINA, Marina Martins da Costa. **Coleção para entender: O Tribunal Penal Internacional**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

MACHADO, Flávio Paulo Meirelles. Soberania e meio ambiente: a adequação do direito internacional às novas necessidades de gestão ambiental e os mecanismos da ONU para a resolução de conflitos. **Revista PRISMAS: Direito, Políticas Públicas e Mundialização**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 123-150, 2007.

MARTIN-CHENUT, Kathia; NEYRET, Laurent; PERRUSO, Camila. Rumo à internacionalização da proteção penal do meio ambiente: dos ecocrimes ao ecocídio. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 550-560, 2015.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente. **Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico-ambientais**, Cuiabá, v.1, n.1, p.169-196, jan.-jun. 2007.

_____. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: RT, 2010.

_____. **Direito internacional público**: parte geral. 7ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Direito Internacional do Ambiente e o Greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 9, nº 1, p. 199-242, jan.-jun. 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Público**. v. 2. 8. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1986.

_____. **Direito Internacional Americano**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

MENDES, Paulo de Sousa. **Vale a Pena o direito penal do ambiente?**. Lisboa: AAFDL, 2000.

MOTTA, Thalita Lopes. Um Panorama Jurisprudencial da Proteção do Direito Humano ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n.12, p.9-24, Jul./Dez. 2009.

MESQUITA, Maria José Rangel de. **Justiça Internacional**: Lições. Parte 1. Lisboa: AAFDL, 2010.

MIRANDA, Jorge. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. Parede: Princípia, 2012.

_____. **Manual de Direito Constitucional**. 9.ed. Coimbra: Coimbra editora, 2011.

MONIZ, Maria. Direito Internacional do ambiente: o caso da fundição de trail. **Diversitates**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.1-33, 2012.

NETO, Djalma Alvarez Brochado; MONT' ALVERNE, Tarin Cristino Frota. Ecocídio: proposta de uma política criminalizadora de delitos ambientais internacionais ou tipo penal propriamente dito?. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 209-226, 2018.

NEYRET, Laurent. Des écocrimes à l'écocide, un groupe de juristes au secours de l'environnement. In: BRÉCHIGNAC, Catherine; BROGLIE, Gabriel de; DELMAS-MARTY, Mireille (Dir). **L'environnement et ses métamorphoses**. Paris: Hermann, 2015.

_____. From ecocrimes to ecocide. Protecting the environment through criminal law. **C-EENRG Reports**, Cambridge, 2017. Disponível em: <<https://www.ceenrg.landecon.cam.ac.uk/report-files/report-002/view>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. A importância do soft law na evolução do direito internacional. **RIDB**, Lisboa, v.1, n.10, 2012, p. 6265-6289.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Joanesburgo, de 2002. Disponível em: < www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc >. Acesso em: 22 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 14 de junho de 1992. In: **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, 153-159, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 14 de junho de 1992. In: **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, 153-159, 1992

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEB). Declaração sobre o ambiente humano, de junho de 1972. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf> >. Acesso em: 21 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 14 mar. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca**. Disponível em: < <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-29.html> >. Acesso em: 02 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. Aprovada na Nona Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948. Disponível em: <

http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm >. Acesso em: 27 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: < https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm >. Acesso em: 28 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Aprovado pela resolução AG/RES. 447 (IX-O/79), adotada pela Assembléia Geral da OEA, em seu Nono Período Ordinário de Sessões, realizado em La Paz, Bolívia, em outubro de 1979. Disponível em: < <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/t.Estatuto.CIDH.htm> >. Acesso em: 27 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório da Secretaria-Geral do Conselho Permanente da OEA sobre o cumprimento da Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Aprovado pela resolução AG/RES..1819 (XXXI-O/01) de 4 de abril de 2002.

PAIM, Maria Augusta Fonseca. Direitos Humanos e Meio Ambiente. **Revista Jurídica**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 59-78, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 4.ed. rev. atual. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. Brasil e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. In: **Centre for Brazilian Studies**. Working Paper 77. Oxford: University of Oxford, 2006.

_____. **Direitos humanos e justiça internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. e-book.

_____. Princípio da complementariedade e soberania. **Revista CEJ**, V. 4 n. 11 mai./ago., s/p. 2000. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/349/551>> Acesso em: 03 mar. 2019.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos em juízo**: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. **Direitos humanos em juízo**: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

RESENDE, Augusto César Leite de. A proteção do meio ambiente no Sistema Interamericano de Direitos Humanos a partir do Direito à Educação. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v.10, n.2, 2013, p. 297-314. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/19764237.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ROTA, Demetrio Loperena. **Los principios del derecho ambiental**. Madrid: Civitas, 1998.

SALMON, Jean (coord.). **Dictionnaire de droit international public**. Bruxelles: Bruylant, 2001.

SAND, Peter. The Evolution of International Environmental Law. In: DANIEL BODANSKY, Daniel; et. al. (Orgs.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SANDS, Philippe. **Principles of International Environmental Law**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. Impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Constituição brasileira de 1988. In: _____. **Poder constituinte e poder popular: estudos sobre a Constituição**, São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde Cor de Direito: Lições de Direito do Ambiente**. 2. reimpressão. Coimbra: Almedina, 2005.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 10 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003.

_____. **Curso de direito internacional público**. v.1. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades**, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. The contribution of international human rights law to environmental protection, with special reference to global environmental

change. In: WEISS, Edith Brown. **Environmental change and international law: new challenges and dimensions**, Toquio: United Nations University Press, 1992.

_____. A interação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos. **Arquivos do Ministério da Justiça**, Brasília, v. 46, n. 182, p. 27-54, jul./dez. 1993.

_____. **Direitos humanos e meio-ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

_____. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997)**: as primeiras cinco décadas. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. Os direitos humanos e o meio ambiente. In: SYMONIDES, Janusz (Org.). **Direitos humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: ed. Del Rey, 2006.

ZIERLER, David. **The Invention of Ecocide**: Agent Orange, Vietnam and the scientists who changed the way we think about the environment. London: The University of Georgia Press, 2011.

WEISBERG, Barry. **Ecocide in Indochina**. San Francisco: Canfield Press, 1970.

WOLFRUM, Rüdiger; MATZ-LÜCK, Nele. **Conflicts in International Environmental Law**. In: Max-Planck-Institute für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Springer: Heildeberg, 2003.